Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Terça-feira, 18 de junho de 2024

EDIÇÃO 25.102

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Aportes da CCR no Aeroporto da Pampulha chegam a R$ 45 milhões

% ECONOMIA Concessionária prioriza intervenções para melhorar a infraestrutura, tornando as operações mais seguras

A CCR Aeroportos já investiu em torno de R$ 45 milhões no Aeroporto da Pampulha, desde maio de 2022, quando assumiu a gestão do terminal. A melhoria da infraestrutura foi priorizada para tornar as 160 operações diárias, em média, mais seguras e preparar o espaço para futuras intervenções.

Com um aporte de R$ 40 milhões, a concessionária está construindo uma nova rede de microdrenagem na Praça Bagatelle, canais de escoamento e bacia de detenção, obra que se estende até a cabeceira 13 do aeródromo. Com conclusão prevista até o fim deste ano, a intervenção é essencial para o aeroporto e a população, pois busca atenuar os históricos alagamentos na região. % PÁG. 5

Com uma média de 160 operações diárias, o Aeroporto da Pampulha recebe investimentos da CCR desde maio de 2022, quando a concessionária assumiu a gestão do terminal FOTO: DIVULGAÇÃO - CCR AEROPORTOS

Brasil cai no Ranking Mundial de Competitividade
% PÁG. 9

Lavanderias são usadas por 16% da população de BH
% PÁG. 4

Minas responde por 60% do giro no Porto do Açu
% PÁG. 6

A construção de trincheiras na BR-381 beneficia Contagem FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J SILVA

Arteris Fernão Dias fará a implantação de duas trincheiras na BR-381 em Contagem

A concessionária Arteris Fernão Dias vai implantar duas trincheiras de nivel inferior na BR-381 em Contagem. Os aportes são parte do plano de obras da ANTT para toda a rodovia, estimado em R$ 13 bilhões. Uma trincheira será construída na altura do km 480, perto do viaduto da Hípica ,e a outra, no km 479, próximo à Tsea (antiga Toshiba). % PÁG. 3

O CRAQC vai estimular a melhoria e a regularização da produção de cachaça FOTO: DIVULGAÇÃO / IMA

Centro de qualidade da cachaça da Ufla tem inversão para valorizar a bebida no mercado

Instalado dentro da Universidade Federal de Lavras (Ufla), o Centro de Referência em Análise de Qualidade de Cachaça (CRAQC) foi estruturado, com investimentos de R$ 3,7 milhões, para dar assistência a produtores mineiros e de outros estados. Com capacidade de fazer análises de qualidade, o centro estimula a melhoria, a regularização e a valorização da cachaça no mercado. % PÁG. 8

% ARTIGOS

% EDITORIAL

A ilusão de que o reequilíbrio das contas públicas poderia ser alcançado somente com aumento da arrecadação parece ter chegado ao fim. O ministro Fernando Haddad disse que a agenda de gastos será tratada no que chamou de "ritmo mais intenso", dando a entender que já trabalha numa "revisão ampla de despesas". Haddad apontou também a possibilidade de cortar privilégios, sem que precisasse apontar como e onde. A ninguém escaparia que a folha de pagamentos é justamente a segunda maior despesa para a União. Isso faz lembrar em primeiro lugar que o tal teto salarial é na realidade um enorme faz de conta justamente para abrigar privilégios, ou os tais marajás, que não deveriam existir. Sepultá-los já representaria uma grande faxina na qual estariam incluídos também os apadrinhados, fantasmas que só existem para a folha de pagamentos. % PÁG. 2

DÓLAR DIA 17

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,4210	R$ 5,4210
TURISMO	R$ 5,4440	R$ 5,6240
PTAX (BC)	R$ 5,4124	R$ 5,4130

EURO DIA 17

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,8021	R$ 5,8049

OURO DIA 17

NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 2.319,20
BM&F (g) R$ 402,40

TR dia 18	0,0382%
POUPANÇA dia 18	0,5384%
IPCA – IBGE abril	0,38%
IPCA – IPEAD abril	0,24%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA

OPINIÃO

Governança corporativa e sustentabilidade

Fátima Bana
Executiva de Negócios

Atualmente, a governança corporativa ganhou grande destaque como um pilar essencial para qualquer organização que deseja assegurar sua longevidade e crescimento sustentável, seja ela familiar ou não. Mas por que, afinal, essa prática se tornou tão importante?

Para começar, devemos entender que a governança corporativa é um conjunto de práticas e políticas que visam à boa condução da gestão empresarial, garantindo que a empresa seja administrada de maneira eficiente, ética e transparente. Quando bem implementada, ela cria um ambiente de confiança que beneficia não apenas os acionistas, mas todos os *stakeholders*.

Em organizações familiares, a importância da governança corporativa é ainda mais evidente. Geralmente, esses negócios são passados de geração em geração, e o desafio de manter a harmonia entre os interesses familiares e os objetivos empresariais pode ser complexo. A implantação de boas práticas de governança ajuda a prevenir conflitos internos, facilitando a tomada de decisões e, consequentemente, contribuindo para a continuidade do negócio.

Além disso, investidores externos e parceiros de negócios têm mais confiança em instituições que adotam práticas de governança corporativa bem estruturadas. Transparência nas operações e clareza nas comunicações fazem com que a empresa seja mais atraente para investimentos, facilitando o acesso a capital para expansão e inovação.

Ter as diretorias e conselhos bem definidos também é outro aspecto vital, pois eles são responsáveis por supervisionar a gestão, assegurando que os recursos da organização sejam utilizados de maneira eficiente e em prol dos melhores resultados. Um conselho independente e diversificado pode trazer diferentes perspectivas e experiências, enriquecendo a tomada de decisões e fortalecendo o negócio.

Não podemos esquecer também a responsabilidade social e ambiental. Empresas que adotam práticas de governança corporativa tendem a ser mais conscientes de seu papel na sociedade e no meio ambiente, o que pode melhorar sua reputação e fortalecer a relação com a comunidade.

Em suma, a governança corporativa é mais do que um conjunto de regras; é uma cultura que deve ser cultivada dentro da organização. Quando implementada corretamente, ela proporciona uma base sólida para o crescimento sustentável e a perpetuação das empresas. Fica claro que tanto os acionistas como os donos de empresas têm muito a ganhar ao investir na governança corporativa, garantindo não apenas o sucesso financeiro a curto prazo, mas também a viabilidade e a prosperidade a longo prazo.

Portanto, seja uma grande corporação ou uma empresa familiar, a governança corporativa se revela como um ingrediente essencial no caminho para o sucesso e a sustentabilidade de empresarial. Afinal, em um mundo onde as mudanças são constantes e as exigências do mercado são cada vez maiores, estar preparado é uma questão de sobrevivência.

Condomínio e os cuidados ao escolher uma administradora

Kênio de Souza Pereira
Diretor em MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário, Conselheiro do Secovi-MG e da Câmara do Mercado Imobiliário de MG

A diversificação e o crescimento dos condomínios de grande porte residenciais e comerciais passaram a exigir melhor desempenho das administradoras de condomínio dirigidas por profissionais registrados no Conselho Regional de Administração (CRA), que cumpram as regras de *compliance*.

Caracteriza ilegalidade a administradora oferecer serviços de assessoria jurídica, por ferir o Estatuto da OAB, que veda que qualquer advogado venha a se vincular a outra atividade para captar clientes. A Justiça Federal condenou várias administradoras por enganar clientes com essa prática prejudicial aos condôminos, por meio da conduta antiética do advogado de proteger, em especial, os interesses da administradora, preterindo os interesses dos condôminos. O fato de uma administradora oferecer serviço advocatício que por lei é vedado é indicativo de que ela não seja merecedora de confiança.

É importante que o síndico e conselheiros, ao escolherem uma empresa, verifiquem sua experiência e reputação, bem como o seu trabalho com condomínios semelhantes ao seu e as referências, devendo verificar se está registrada no Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - Gestão e administração da propriedade imobiliária.

Ao escolher uma administradora deve ser avaliada sua gestão financeira e de pessoal, a comunicação com os condôminos, dentre outros, que variam conforme o porte do condomínio. É fundamental que a administradora estimule o condomínio a ter conta bancária própria, pois a conta *pool* oferece muitos riscos por dificultar aos condôminos o controle do fluxo de caixa. As informações financeiras e administrativas devem ser transmitidas com clareza para os condôminos e síndico.

Algumas empresas se destacam pela confiabilidade e compromisso com práticas de *compliance*, como a AuditSign Administradora e Contabilidade de Condomínios. Seu diretor Daniel Gomes, esclarece: "É importante utilizar softwares de gestão modernos, que permitam acesso *on-line* a documentos, relatórios financeiros, comunicação com moradores, entre outros. O síndico deve conhecer os profissionais das áreas contábil e financeira que estarão à disposição do seu condomínio". Uma administradora de condomínios adequada impacta diretamente na qualidade de vida dos moradores e na valorização do patrimônio.

Como colunista, advogado especializado em Direito Imobiliário ministrará a palestra dia 19/06. "A conta *pool* das administradoras de condomínios, seus riscos e a responsabilidade do síndico na condução dos problemas jurídicos, no III Seminário de Gestão de Condomínios que será realizado de 19 a 21/06, de 18h30 às 21h30, no auditório do CRA de MG e pelo Youtube CRAMG Oficial. As inscrições gratuitas podem ser feitas no site CRA-MG: https://www.cramg.org.br/iii-seminario-de-gestao-de-condominios/

EDITORIAL

Hora de fazer dever de casa

A ilusão de que o reequilíbrio das contas públicas poderia ser alcançado somente com aumento da arrecadação parece ter chegado ao fim. Outra não pode ser a leitura das mais recentes do ministro Fernando Haddad, da Fazenda. Na semana passada, depois de mais um encontro com empresários, ele disse que a agenda de gastos será tratada no que chamou de "ritmo mais intenso", dando a entender que já trabalha numa "revisão ampla de despesas". Um esforço que, nas condições que se apresentam, deveria ser parte essencial das políticas públicas e mesmo fora desse contexto só pode ser entendida como a mais elementar obrigação dos agentes públicos. E agora, nas palavras de Haddad, que tiveram repercussão muito positiva, para levar a uma "revisão ampla, geral e irrestrita" das despesas.

E tudo isso, adiantou o ministro, como dever de casa para montagem do orçamento do próximo exercício, trabalho que deve ser iniciado no próximo mês. E deu uma pista crucial: "Gasto primário tem que ser revisto, gasto tributário tem que ser revisto e gasto financeiro, juros, também." Mesmo que com algum atraso fica a impressão que o caminho correto, no que toca à gestão das finanças públicas, está sendo apontado. Quando fala em juros, por exemplo, o ministro aponta na direção do pagamento do serviço da dívida pública, de longe a maior das contas espetadas no Tesouro Nacional, situação que só piora na medida em que as taxas de juros são mantidas em patamares muito elevados. Por absoluta ironia, se não insanidade, o maior dos devedores é também quem mantém os juros nas alturas.

Para além desse ponto, que deveria ser a questão central em todas as discussões, Haddad apontou também a possibilidade de cortar privilégios, sem que precisasse apontar como e onde. A ninguém escaparia que a folha de pagamentos é justamente a segunda maior despesa para a União. Isso faz lembrar em primeiro lugar que o tal teto salarial é na realidade um enorme faz de conta justamente para abrigar privilégios, ou os tais marajás, que não deveriam existir. Sepultá-los já representaria uma grande faxina na qual estariam incluídos também os apadrinhados, fantasmas que só existem para a folha de pagamentos.

Tudo isso pode ser feito, na realidade já deveria ter sido feito, mas é preciso reconhecer que as ações consequentes dependem menos, ou nada, da caneta do presidente da República e, muito, muitíssimo, dos interesses pessoais ou políticos incrustados na máquina pública e nas três esferas do poder. E é aí precisamente que as boas intenções esbarram num muro inabalável.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br

SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana

ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana

PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50

Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.

FILIADO À

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

ECONOMIA

BR-381 em Contagem terá duas novas trincheiras

INFRAESTRUTURA

Projetos serão executados pela Arteris, concessionária da rodovia

RODRIGO MOINHOS

A BR-381, no trecho que corta Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), deverá receber investimentos a para implantação de duas trincheiras de nível inferior. O investimento é parte de um plano de obras em toda a rodovia estimado em R$ 13 bilhões pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A implantação das duas trincheiras será na altura do km 480 (perto do viaduto da Hípica) e no km 479 (próximo à empresa Tsea - antiga Toshiba, e Vila Lempp). As obras da primeira trincheira, no km 480, que ligará o bairro Jardim Riacho à avenida Francisco Firmo de Matos, será iniciada em 2026. A segunda trincheira, na altura do km 479, conta com previsão de início entre 2027 e 2028.

Porém, de acordo com a prefeita de Contagem, Marília Campos, que esteve reunida com representantes da ANTT ontem, esse cronograma pode ser alterado.

"Vou tentar fazer o possível para agilizar esse processo, pois são intervenções fundamentais que integram a cidade. Contagem é cortada pela BR-381 e pela BR-040, então segmenta muitos bairros e essas vias de integração são fundamentais para que a mobilidade seja melhorada na cidade. Outro ponto é que, quando tem algum problema na BR-381, Contagem se torna a válvula de escape", afirmou.

Ela acredita que essas duas grandes intervenções na BR-381, em Contagem, serão fundamentais para garantir desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida da população. "Agora estou bem mais otimista, porque o projeto executivo já foi aprovado pela nossa equipe, e foi autorizado pelo Ministério de Transportes. O próximo passo é ser enviado para o Tribunal de Contas da União (TCU), uma vez que isso pressupõe a revisão no contrato de concessão da rodovia", explicou a prefeita.

Uma das intervenções será realizada perto do viaduto da Hípica e ligará o bairro Jardim Riacho à avenida Francisco Firmo de Matos FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALISSON J. SILVA

> **"Contagem é cortada pela BR-381 e pela BR-040, então segmenta muitos bairros e essas vias de integração são fundamentais para que a mobilidade seja melhorada na cidade."**
>
> Marília Campos

Contrato - A Arteris Fernão Dias, que é responsável pela gestão da rodovia, apresentou ao Ministério dos Transportes uma proposta de repactuação do contrato de concessão que permitirá a realização das obras, que serão executadas pela concessionária.

De acordo com o projeto desenvolvido pela Arteris, a primeira trincheira fará ligação da avenida Riacho das Pedras com a avenida Francisco Firmo de Matos, em trecho com duas pistas. Esta passagem facilitará o trânsito para quem quer atravessar as regiões Riacho e Eldorado, acabando com a necessidade de acessar a BR-381, em Contagem, o que vai desafogar o tráfego na rodovia e agilizar o deslocamento entre as regiões, principalmente a saída do bairro Jardim Riacho das Pedras, que conta com um polo industrial com mais de 90 empresas.

A outra trincheira iniciará o novo traçado no encontro das ruas Arterial e Anchieta (bairros Bandeirantes e Santa Maria) e seguirá até ligar com a avenida Vila Rica (Vila Lempp e Inconfidentes). As melhorias vão beneficiar não só moradores de Contagem, mas os motoristas que se deslocam entre Belo Horizonte e Betim, tendo alcance metropolitano.

SETOR INDUSTRIAL

Empresariado mantém a confiança em Minas Gerais

JULIANA GONTIJO

A confiança dos industriais mineiros em junho foi avaliada como moderada, conforme levantamento da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). O Índice de Confiança do Empresário Industrial de Minas Gerais (Icei-MG), divulgado ontem, registrou crescimento de 1,1 ponto no sexto mês de 2024, frente a maio (50,4 pontos), alcançando 51,5 pontos.

O indicador está acima dos 50 pontos — limite entre falta de confiança e confiança — pelo 17º mês consecutivo. Quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança.

De acordo com a entidade, o aumento da confiança da indústria de Minas Gerais foi impulsionado principalmente pela melhora nas expectativas para o próximo semestre. O componente atingiu 54,3 pontos, indicando um maior otimismo entre os empresários sobre o futuro.

Outro ponto que ajudou no resultado, conforme a economista da Fiemg, Daniela Muniz, foi o forte crescimento do consumo das famílias, explicado pelo mercado de trabalho aquecido, pelo aumento real do salário mínimo e pelas políticas governamentais de transferência de renda, que corroboram para a estabilidade da confiança da indústria em terreno positivo.

No levantamento, a Fiemg observa que as dúvidas sobre a velocidade e a extensão dos cortes na taxa de juros, a Selic, pelo Banco Central, bem como sobre o equilíbrio das contas fiscais, impedem elevações mais expressivas na confiança da indústria de Minas Gerais.

Daniela Muniz observa que a confiança da indústria de Minas Gerais foi moderada também durante o primeiro semestre deste ano, no patamar um pouco acima dos 50 pontos, mas sem conseguir decolar, justamente devido a duas preocupações recorrentes dos empresários do setor: taxa de juros e contas fiscais do país.

Fora os aspectos internos, outra preocupação que pode interferir no país e na confiança é o cenário internacional, em especial, os juros nos Estados Unidos. Ela explica que o Federal Reserve (Fed) – banco central dos Estados Unidos – está mantendo a taxa de juros alta, o que fortalece o dólar e pode ter impactos na inflação do Brasil. Além disso, o dólar é visto como a principal moeda de proteção para os investidores em momentos conturbados ou de incertezas.

Na comparação com junho de 2023 (53,2 pontos), o índice que mostra a confiança da indústria de Minas Gerais diminuiu 1,7 ponto e ficou 1,3 ponto abaixo da média histórica, que é de 52,8 pontos. Já o Icei nacional recuou 0,8 ponto entre maio (52,2 pontos) e junho (51,4 pontos), mostrando uma confiança menos intensa e disseminada entre os industriais brasileiros.

Conforme o estudo, o componente de condições atuais não variou entre maio e junho, mantendo-se em 45,8 pontos. Esse indicador permaneceu abaixo dos 50 pontos, refletindo uma percepção negativa dos empresários quanto às condições econômicas do Brasil e de Minas Gerais, bem como com relação aos seus negócios. Na comparação com junho de 2023 (46,3 pontos), o índice recuou 0,5 ponto.

O componente de expectativas cresceu 1,6 ponto ante maio (52,7 pontos), atingindo 54,3 pontos em junho. Esse resultado sinalizou um maior otimismo dos empresários para os próximos seis meses. Na comparação com junho do ano passado, quando o índice apresentado foi de 56,7 pontos, o indicador diminuiu 2,4 pontos.

CARREIRA EM FOCO

David Braga

CEO, board advisor e headhunter da Prime Talent, empresa de busca e seleção de executivos, presente em 30 países e 50 escritórios pela Agilium Group; É Conselheiro de Administração e Professor pela Fundação Dom Cabral e Conselheiro da ABRH MG, ACMinas e ChildFund Brasil. Instagrams: @davidbraga | @prime.talent

Assuma as suas decisões

Ao longo do dia, precisamos tomar decisões em várias esferas de nossa vida e como diz o ditado popular: "a melhor decisão é a decisão tomada". Nunca teremos o controle de tudo e algumas escolhas serão avaliadas com o tempo, quando entendemos se foram as mais bem-sucedidas ou não. No entanto, a vida exige ação diante dos problemas e precisamos enfrentá-los, vencendo um dia após o outro.

No âmbito profissional, não é diferente. A todo momento é preciso decidir sobre contratações, demissões, entrega de projetos, prazos e inúmeras outras questões inerentes ao cargo que ocupamos. Dessa forma, decisões estruturadas e planejadas são fundamentais para o crescimento e sucesso de uma organização. Cabe ao líder reunir o máximo de competências, habilidades, comportamento e conhecimentos técnicos para embasar resoluções mais conscientes e efetivas.

E quanto a você, como tem tomado suas decisões? Você se considera uma pessoa feliz na empresa onde trabalha? Está onde planejou? São perguntas breves, mas que trazem profundas reflexões. Se a vida é nada além daquilo que permitimos, a grande pergunta que fica é: o que temos consentido em nossa vida, seja no âmbito pessoal ou no profissional?

O protagonismo é algo muito relevante para aqueles que desejam sucesso em suas carreiras profissionais. Ninguém melhor do que você para saber o que o motiva, o que proporciona satisfação. Mas, para isso, é necessário um autoconhecimento, pois somente dessa forma será possível acessar suas principais competências e habilidades, além de identificar o que ainda precisa ser melhorado. A vida é um eterno aprendizado e aprender a reaprender é a grande máxima do momento.

Muitos terceirizam suas vidas, seja para seus cônjuges e namorados ou, mesmo, para a empresa em que trabalham, tornando-se dependentes dos outros. Dessa forma, quando deixa de tomar uma decisão, permite que o outro decida por você. Mas essa decisão nem sempre estará alinhada com seus desejos. Por isso, é crucial que você mantenha o controle de sua vida. Caso contrário, poderá se encontrar na situação descrita pelo enigmático Gato Cheshire, do livro "Alice no País das Maravilhas", de Lewis Carroll, que diz: "Se você não sabe para onde ir, qualquer caminho serve."

Quando assumimos o protagonismo, tomamos as rédeas de nossas escolhas e ações, o que nos dá um senso de controle e empoderamento. Isso leva a uma sensação de realização pessoal e satisfação, contribuindo para uma maior felicidade. Temos a oportunidade de definir metas claras, perseguir nossos sonhos e valores, e enfrentar desafios com determinação e coragem. Essa atitude proativa nos permite moldar nosso próprio destino o que pode resultar em uma sensação de contentamento e bem-estar. Mas e você, tem assumido as decisões de sua vida ou as têm terceirizado?

Em BH, 16% usam lavanderia

FECOMÉRCIO MG **Pesquisa em conjunto com Sindlav BH é pioneira para entender cenário e dinâmica desse mercado na capital mineira**

JULIANA SODRÉ

Pesquisa de mercado constatou que 16% da população da Capital utiliza serviço de lavanderias. A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio MG) em conjunto com o Sindicato das Lavanderias e Similares de Belo Horizonte (Sindlav BH) realizaram, pela primeira vez, uma pesquisa para entender o cenário e a dinâmica desse mercado em Belo Horizonte.

O número é considerado alto na avaliação da economista da Fecomércio-MG, Gabriela Martins. "Isso significa que o mercado tem uma demanda bastante expressiva pelo serviço", pontuou. Entretanto, ela destaca que, de acordo com o estudo, 30% dos não usuários admitiram já terem feito uso desses serviços em algum momento, o que na opinião dela é uma mostra clara de um potencial significativo de mercado a ser explorado pelas lavanderias na capital mineira.

Em relação aos hábitos de consumo, os resultados apontam que a frequência de uso do serviço, para a maioria dos usuários das lavanderias, varia entre mensal e trimestral. As peças mais frequentemente lavadas pelos consumidores incluem cortinas, tapetes, sofás, roupas sociais e itens de cama, mesa e banho.

O principal motivo apontado para recorrer aos serviços de lavanderia é a necessidade de cuidados especiais com essas peças. Para a economista da Fecomércio, é exatamente por isso que os consumidores apontam a qualidade do serviço e a confiança como pontos importantes na hora de escolher uma lavanderia.

Ainda no que diz respeito às preferências dos usuários, 73,4% alegaram preferir lojas físicas e entrega e retirada no balcão. Porém, quando perguntados sobre serviços adicionais considerados importantes, 74% citou o serviço de retirada e entrega (delivery). "O consumidor já conhece, já confia e sugere o serviço adicional de delivery. É algo como: sei que eu posso confiar de olhos fechados e seria ótimo que vocês pudessem buscar as roupas aqui em casa", explica Gabriela Martins.

Para o diretor do Sindlav, Gustavo Bregunci, "a busca por serviços que ofereçam conveniência e qualidade está em alta. Neste sentido, investir em tecnologias que simplifiquem esses processos e melhorem a oferta de serviços como delivery pode ser um diferencial competitivo importante", sugere.

A tendência da conveniência fez o tradicional centro de compras da região da Pampulha, o ViaBrasil, fazer uma transição de negócios e seguir o objetivo de se tornar um centro de facilidades para o consumidor. Nessa linha, entre as lojas que serão inauguradas ainda este ano, há uma lavanderia.

O proprietário da Lavanderia Express, Denilson Magela, no bairro Barro Preto, região Centro-Sul de Belo Horizonte, alega que o forte dele é mesmo o balcão. "A gente tem delivery, mas até por atendermos mais os idosos, eles são muito adeptos ao serviço. Preferem entregar a roupa no balcão, conferir e buscar quando o serviço estiver pronto", explicou.

Perfil do consumidor - Quanto ao perfil do consumidor, quase a metade dos usuários do serviço entrevistados possui entre 24 a 59 anos, com ensino médio completo (52,4%) e a maioria são mulheres (54,6%). A grande parte possui renda entre R$ 2,6 mil e R$ 3,9 mil. E o motivo principal para quem não utiliza o serviço é a falta de necessidade, já que alegaram fazer o serviço em casa.

Quanto às embalagens, embora sacos plásticos sejam preferidos, a maioria dos consumidores demonstra não se importar com o tipo utilizado, contanto que seja prático e funcional. Além disso, a pesquisa revelou que a maioria dos consumidores deseja opções sustentáveis de embalagens a preços acessíveis, demonstrando uma preocupação crescente com a sustentabilidade ambiental.

"Promover práticas de negócios ambientalmente responsáveis e adotar tecnologias limpas pode não apenas atrair um segmento de mercado mais consciente, mas também posicionar as lavanderias de Belo Horizonte como líderes em inovação e responsabilidade ambiental no setor", diz o diretor do Sindlav BH.

EXPRESSO NEPOMUCENO S/A

CNPJ: 19.368.927/0001-07 NIRE: 31300020274

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024.

1. LOCAL, DATA E HORÁRIO: Realizada no dia 12 de junho de 2024, às 18h00min (dezoito horas), na sede da sociedade **EXPRESSO NEPOMUCENO S/A** ("Companhia"), localizada na cidade de Lavras/MG na Rua Alcides Thomaz da Silva, nº 15, bairro Distrito Industrial Deputado Sylvio Menicucci, CEP: 37.205-850. **2. PRESENÇA:** Presentes os acionistas detentores das ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da Companhia, dispensando-se as formalidades de convocação, conforme disposto no Artigo 124, §4°, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** O Sr. Agnaldo de Souza Filho assumiu a Presidência da Mesa, por aclamação, e nomeou o Sr. Ricardo Braghiroli como Secretário de Mesa. **4. ORDEM DO DIA:** Iniciados os trabalhos, o Sr. Secretário procedeu à leitura da ordem do dia, a saber: i. Deliberação sobre a proposta de realização pela Companhia da 1º (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em até 2 (duas) séries, ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, sob o rito de registro automático de distribuição, em regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação sendo (i) R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) em regime de garantia firme de colocação; e (ii) R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em regime de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente); ii. Autorização da outorga da Alienação Fiduciária (conforme definido abaixo) e da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) pela Companhia, em garantia da Emissão; iii. Autorização à realização, pela Diretoria/ Administração e/ou procuradores da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à formalização da Emissão ou à realização da Oferta, bem como à outorga das Garantias (conforme definido abaixo); e iv. Ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia para efetivação das deliberações aqui aprovadas. **5. DELIBERAÇÕES:** Colocada em discussão a matéria constante na ordem do dia, deliberou-se, por unanimidade, sem qualquer restrição, oposição ou ressalva: i. Aprovar a Emissão, nos termos do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações e conforme o "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia real, com Garantia adicional Fidejussória, em até 02 (duas) séries, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição da Expresso Nepomuceno S.A.*" ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures objeto da Emissão ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), e, na qualidade de fiadores, a Nepomuceno Cargas Ltda. ("Nepomuceno Cargas"), o Agnaldo de Souza Filho ("Agnaldo") e o Agnésio de Souza Neto ("Agnésio", e, em conjunto com a Nepomuceno Cargas e com Agnaldo, simplesmente "Fiadores" ou "Garantidores"), que terá as seguintes características e condições: a) Número da Emissão. A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia; b) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), dos quais R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) serão distribuídos sob o regime de garantia firme de colocação, para as Debêntures da Primeira Série, e R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) serão distribuídos sob o regime de melhores esforços de colocação para as Debêntures da Segunda Série, observados o Montante Mínimo da Oferta (conforme definido abaixo) e a possibilidade de Distribuição Parcial (conforme abaixo definido); c) Número de Séries: A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, sendo certo que o somatório das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não poderá exceder a quantidade de Debêntures prevista no item "h" abaixo; sendo que a existência das Debêntures da Segunda Série será definida ao final do Período de Distribuição (conforme definido na Escritura de Emissão); d) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); e) Data de Início da Rentabilidade. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade para as Debêntures de cada uma das séries será a 1ª (primeira) Data de Integralização (conforme abaixo definido) das debêntures da respectiva série ("Data de Início da Rentabilidade"); f) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; g) Conversibilidade. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; h) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 90.000 (noventa mil) Debêntures, sendo 70.000 (setenta mil) Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e 20.000 (vinte mil) Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), observada a possibilidade de Distribuição Parcial das Debêntures da Segunda Série, sem prejuízo do Montante Mínimo da Oferta; i) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário de cada Debênture será de R$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); j) Preço de Subscrição e Forma de Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (cada uma, uma "Data de Integralização"), pelo seu Valor Nominal Unitário na 1ª (primeira) Data de Integralização e, caso ocorra a subscrição e integralização de Debêntures em data diversa e posterior à 1ª (primeira) Data de Integralização, as Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive) ("Preço de Subscrição"); k) Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário: Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário; l) Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real; m) Garantias: Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e/ ou acessórias, presentes e/ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia nos termos das Debêntures e da Escritura de Emissão, incluindo todos e quaisquer valores, sem limitação, como o Valor Nominal Unitário, a Remuneração (conforme definido abaixo), os Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), verbas de caráter indenizatório, a remuneração do Agente Fiduciário e demais despesas por este comprovadamente incorridas no desempenho de sua função, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive honorários advocatícios, peritos ou avaliadores, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário na proteção dos interesses dos Debenturistas ou pelos Debenturistas, inclusive em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Alienação Fiduciária e à execução das Garantias (conforme definido abaixo), mas não se limitando, multas, penalidades, eventuais indenizações, despesas e custas devidas pela Companhia e todo e qualquer custo e eventuais despesas incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário, pelo Agente de Liquidação e/ou pelo Escriturador até o final da liquidação das Debêntures, incluindo, mas não se limitando, as suas remunerações, ("Obrigações Garantidas"), será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, as seguintes garantias: m.i) Garantia Fidejussória. Os Fiadores, se obrigam, solidariamente entre si e com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente (entre si e com a Companhia) responsáveis por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e da Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Alienação Fiduciária, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), em garantia do pagamento fiel, pontual e integral das Obrigações Garantidas ("Fiança"); m.ii) Alienação Fiduciária. Nos termos do artigo 66-B, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei nº 4.728"), no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, em garantia ao fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, a Companhia e a Nepomuceno Cargas irão transferir em caráter irrevogável e irretratável, aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em alienação fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, a propriedade resolúvel e a posse indireta dos bens e direitos indicados no Contrato de Alienação Fiduciária listados e descritos nos Anexos I-A, I-B e I-C do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos ("Ativos Alienados Fiduciariamente"), os quais deverão representar durante toda a vigência das Debêntures valor agregado equivalente a, no mínimo, o Limite Mínimo da Garantia (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária); (ii) todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados aos Ativos Alienados Fiduciariamente, bem como o produto de eventual venda, permuta ou alienação dos Ativos Alienados Fiduciariamente, garantindo que tais direitos não serão transferidos a terceiros até o correto, fiel, integral e pontual pagamento das Obrigações Garantidas, por meio do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Veículos em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, a Nepomuceno Cargas e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Alienação Fiduciária" e "Contrato de Alienação Fiduciária"); m.iii) Cessão Fiduciária. Nos termos do artigo 66-B, da Lei nº 4.728, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, em garantia ao fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, a Companhia irá ceder e transferir fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, a propriedade resolúvel e a posse indireta: (a) a totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Emissora depositados ou que venham a ser depositados e mantidos na conta vinculada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Votorantim S.A., na função de banco depositário ("Banco Depositário"), a ser indicada no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta Vinculada"), bem como quaisquer recursos eventualmente em trânsito para a Conta Vinculada, ou em compensação bancária observado o Fluxo Mínimo (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) ("Direitos da Conta Vinculada"); e (b) a totalidade dos valores, principais e/ou acessórios, presentes e/ ou futuros, que transitem ou venham a transitar na Conta Vinculada, inclusive, mas não limitado a, eventuais rendimentos atrelados à Conta Vinculada; e (c) a Conta Vinculada; de acordo com os termos e condições do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária" e "Cessão Fiduciária"; o Contrato de Cessão Fiduciária quando referido em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária, simplesmente "Contratos de Garantia", a Cessão Fiduciária, quando referida em conjunto com a Alienação Fiduciária, simplesmente "Garantias Reais" e as Garantias Reais, quando referidas em conjunto com a Fiança, simplesmente "Garantias"); n) Desmembramento. Não será admitido desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; o) Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se na data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série") e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se na data prevista na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e quando em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, simplesmente "Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures resultante: (a) do vencimento antecipado, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo); ou (b) de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso; ou (c) de uma Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), que resulte no resgate da totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, conforme aplicável. Na respectiva Data de Vencimento, a Companhia se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso. As Debêntures serão liquidadas pelo seu Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a respectiva Data de Início da Rentabilidade ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme aplicável; p) Distribuição e Negociação: As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da B3; (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento das Debêntures liquidados financeiramente por meio da B3; e (iii) custódia eletrônica na B3; q) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos operacionais adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3; r) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (cada uma, uma "Data de Integralização"), pelo seu Valor Nominal Unitário na 1ª (primeira) Data de Integralização e, caso ocorra a subscrição e integralização de Debêntures em data diversa e posterior à 1ª (primeira) Data de Integralização, as Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis a partir da Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive). As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, a partir da data de divulgação do Anúncio de Início (conforme definido na Escritura de Emissão), dentro do Período de Distribuição (conforme definido na Escritura de Emissão). A Oferta está dispensada de utilização de boletim de subscrição para fins de formalizar a subscrição das Debêntures pelos Investidores Profissionais, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 9º da Resolução CVM 160. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, a exclusivo critério dos Coordenadores, em comum acordo, em qualquer Data de Integralização, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, eventual ágio ou deságio deverá ser aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures da respectiva série, subscritas e integralizadas em uma mesma Data de Integralização, nos termos do artigo 61 da Resolução CVM 160. A aplicação do ágio ou deságio será realizada em função de condições objetivas de mercado, a exclusivo critério dos Coordenadores, incluindo, mas não se limitando a: (i) alteração na taxa SELIC; (ii) alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; (iii) alteração na Taxa DI, ou (iv) alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela ANBIMA; s) Remuneração das Debêntures da Primeira Série. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI") acrescida de spread de 3,35% (três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série ou desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, exclusive, de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão; t) Remuneração das Debêntures da Segunda Série. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI acrescida de spread de 3,35% (três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série ou desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, exclusive, de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão; u) Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série: A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão, nas datas previstas na tabela constante da Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada da totalidade das Debêntures da Primeira Série resultante: (a) do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado; ou (b) de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série; ou (c) de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido abaixo) das Debêntures da Primeira Série; ou (d) de uma Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, que resulte no resgate da totalidade das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão. Farão jus aos pagamentos das Debêntures da Primeira Série aqueles que sejam Debenturistas da Primeira Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada data de pagamento previsto na Escritura de Emissão; v) Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão, nas datas previstas na tabela constante da Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada da totalidade das Debêntures da Segunda Série resultante: (a) do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado; ou (b) de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série; ou (c) de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série; ou (d) de uma Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, que resulte no resgate da totalidade das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e quando em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, simplesmente "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão. Farão jus aos pagamentos das Debêntures da Segunda Série aqueles que sejam Debenturistas da Segunda Série ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada data de pagamento previsto na Escritura de Emissão; x) Amortização do Saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série. O Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será pago trimestralmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, conforme datas previstas na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série"), ressalvadas as hipóteses de: (a) do vencimento antecipado, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado das Debêntures; ou (b) de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série; ou (c) de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Primeira Série; ou (d) de uma Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável, conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão; w) Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série. O Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será pago trimestralmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, nas datas previstas na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série"), ressalvadas as hipóteses de: (a) do vencimento antecipado, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado das Debêntures; ou (b) de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Segunda Série; ou (c) de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Segunda Série; ou (d) de uma Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável, conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão; y) Destinação dos recursos: A totalidade dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido), serão utilizados, no curso ordinário de seus negócios para (i.a) a quitação das notas comerciais escriturais, emitidas pela Companhia em 23 de maio de 2024, em favor do Banco Votorantim S.A., com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), correspondendo a um valor total de emissão de R$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), na data em que foram emitidas; e (i.b) a quitação das notas comerciais escriturais, emitidas pela Companhia em 27 de maio de 2024, em favor do Banco ABC Brasil S.A., com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), correspondendo a um valor total de emissão de R$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), na data em que foram emitidas; (i.c) o reembolso de gastos e/ou despesas relacionadas à aquisição de Veículos Novos (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária), despendidos até, no máximo, 90 (noventa) dias antes da Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura de Emissão); e (i.d) o saldo remanescente dos recursos líquidos das Debêntures da Primeira Série, para o reforço de caixa da Companhia. A totalidade dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido), serão utilizados, no curso ordinário de seus negócios para (ii.a) o reembolso de gastos e/ou despesas relacionadas à aquisição de Veículos Novos, despendidos até, no máximo, 90 (noventa) dias antes da Primeira Data de Integralização, em percentual mínimo equivalente a 70% (setenta por cento) dos recursos líquidos das Debêntures da Segunda Série; e (ii.b) o saldo remanescente dos recursos líquidos das Debêntures da Segunda Série, para o reforço de caixa da Companhia; z) Amortização Extraordinária Facultativa. A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, a partir do 23º (vigésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, conforme data prevista na Escritura de Emissão, independentemente da vontade dos Debenturistas, com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Agente de Liquidação e à B3, de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ("Amortização Extraordinária Facultativa"), limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, mediante o pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, acrescido da Remuneração aplicável às Debêntures de cada série, calculada pro rata temporis, desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa"), de eventuais Encargos Moratórios, incluindo quaisquer valores devidos e não pagos, e de prêmio flat, incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, correspondente ao previsto na Escritura de Emissão, conforme período em que a Amortização Extraordinária Facultativa for realizada; aa) Resgate Antecipado Facultativo Total. A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, a partir do 23º (vigésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, conforme data prevista na Escritura de Emissão, independentemente da vontade dos Debenturistas, com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Agente de Liquidação e à B3, de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração aplicável às Debêntures de cada série, calculada pro rata temporis, desde a Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"), de eventuais Encargos Moratórios, incluindo quaisquer valores devidos e não pagos, e de prêmio flat, incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo, correspondente ao descrito na Escritura de Emissão, conforme período em que o Resgate Antecipado Facultativo total for realizado; bb) Oferta de Resgate Antecipado. A Companhia poderá realizar, a partir do 23º (vigésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, conforme previsão constante na Escritura de Emissão,, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, endereçada a todos os Debenturistas de cada uma das séries, conforme o caso, sendo assegurado a todos os Debenturistas de cada uma das séries, igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures da respectiva série por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem resgatadas, acrescido (a) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e (b) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão), o qual não poderá ser negativo; cc) Aquisição Facultativa. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração aplicável às demais Debêntures da respectiva série; dd) Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, e serão registradas perante a CVM sob o rito de registro automático de distribuição, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), sendo um dos Coordenadores o intermediário líder da Oferta ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, sob o Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 2 (Duas) Séries, da Expresso Nepomuceno S.A.*", celebrado entre a Companhia, os Fiadores e os Coordenadores, ("Contrato de Distribuição" e quando em conjunto com a Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia, simplesmente "Documentos da Operação"), tendo como público-alvo exclusivamente Investidores Profissionais, sob o regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação sendo (i) R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) em regime de garantia firme de colocação, a ser prestada por cada um dos Coordenadores, conforme proporção detalhada no Contrato de Distribuição; e (ii) R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em regime de melhores esforços de colocação, conforme detalhado no âmbito do Contrato de Distribuição; ee) Agente de Liquidação e Escriturador. O agente de liquidação da Emissão e o escriturador das Debêntures será a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88 (respectivamente, "Agente Liquidação", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação na prestação dos serviços de Agente de Liquidação da Emissão e "Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços de escriturador das Debêntures); ff) Público-alvo da Oferta. Nos termos do artigo 25, parágrafo 2º, da Resolução CVM 160, as Debêntures serão alocadas exclusivamente para investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução da CVM n° 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30" e "Investidores Profissionais", respectivamente), observado que os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do órgão de governo competente na esfera federal, conforme previsto no artigo 13 da Resolução CVM 30; gg) Plano de Distribuição. A Oferta será conduzida pelos Coordenadores conforme plano de distribuição elaborado nos termos do artigo 49 da Resolução CVM 160 e do Contrato de Distribuição, não havendo qualquer limitação em relação à quantidade de Investidores Profissionais que poderão ser acessados pelos Coordenadores, sendo possível, ainda, a subscrição das Debêntures por qualquer número de Investidores Profissionais ("Plano de Distribuição"); hh) Distribuição Parcial. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, observado que a Emissão das Debêntures está condicionada à colocação de, no mínimo, 70.000 (setenta mil) Debêntures da Primeira Série, correspondentes a R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) ("Montante Mínimo da Oferta"). Caso não haja demanda suficiente de investidores para o valor total das Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Segunda Série poderão a qualquer momento durante o Período de Distribuição e a exclusivo critério dos Coordenadores, ser colocadas parcialmente, ou deixar de ser colocadas, nos termos dos artigos 73 e 75 da Resolução CVM 160 ("Distribuição Parcial"). As Debêntures da Segunda Série eventualmente não colocadas serão canceladas pela Companhia, de modo que o Valor Total da Emissão, a quantidade e o número de séries das Debêntures, serão ajustados por meio de aditamento a Escritura de Emissão e aos demais documentos da Emissão, conforme seja necessário, sem a necessidade de consulta aos Debenturistas por meio de assembleia geral de debenturistas ou de novas aprovações societárias ("Aditamento"); ii) Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração e do disposto na Escritura de Emissão, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados pro rata temporis desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"); jj) Vencimento Antecipado: As Debêntures estarão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado a serem definidas na Escritura de Emissão ("Eventos de Vencimento Antecipado"); e kk) Demais condições: Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Debêntures serão tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão. ii. Aprovar, a outorga, pela Companhia, da Alienação Fiduciária e da Cessão Fiduciária, nos termos e condições detalhadas nos itens "m" e seguintes da deliberação acima, bem como na Escritura de Emissão, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas. iii. Autorizar expressamente à prática, pela Diretoria/Administração e/ou procuradores da Companhia, de todos os atos necessários à efetivação, formalização e administração das deliberações da presente assembleia geral, assim como representar a Companhia junto às entidades participantes da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) negociar e assinar a Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Distribuição e demais instrumentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo eventuais aditamentos; e (ii) contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a distribuição pública das Debêntures, bem como os demais prestadores de serviços inerentes à Emissão, à Oferta e às Debêntures, incluindo, sem limitação, o Agente Fiduciário, a instituição financeira para atuar como escriturador, a instituição financeira para atuar como banco liquidante das Debêntures, o banco depositário, os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures e o assessor legal. iv. Ratificar, nesta data, todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela Diretoria da Companhia e/ou pelos seus procuradores para a implementação da Emissão e da Oferta. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, observadas as formalidades legais e não havendo a oposição de nenhum acionista, o Presidente deu por encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente Ata, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada na data informada no preâmbulo: Acionistas Presentes: **LAME PARTICIPAÇÕES LTDA**., representada por seu sócio-administrador AGNALDO DE SOUZA FILHO, **G3 PARTICIPAÇÕES LTDA.,** representada por seu sócio- administrador AGNÉSIO CARVALHO DE SOUZA NETO., a acionista **ALESSANDRA SOUZA SANTA CECÍLIA**, acionista **LIZIANE ALVARENGA DE SOUZA MESQUITA**, a acionista **KÊNIA APARECIDA DE SOUZA PAES LEME**, a acionista **TÂNIA MARA DE SOUZA CASTRO**, representando a totalidade do capital social da Companhia. Assinam digitalmente o presente instrumento: **Agnaldo de Souza Filho**, na qualidade de Presidente da Mesa, e **Ricardo Braghiroli**, na qualidade de Secretário da Mesa. *Esta ata confere com a original, lavrada em livro próprio.* Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob o nº 11772668 em 14/06/2024 da Empresa EXPRESSO NEPOMUCENO S/A, Nire 31300020274 e protocolo 243657064 - 13/06/2024. Efeitos do registro: 12/06/2024. Autenticação: C8F1C54610D121D4CDDDBE97B41CA1E9C9 BD7E75. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/365.706-4 e o código de segurança nJNz Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

ABAD

Setor atacadista reivindica Selic menor

MARCO AURÉLIO NEVES, de Atibaia*

A redução da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central (BC) é vista com bons olhos e incentivada pelo setor atacadista e distribuidor, afirmou o presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad), Leonardo Miguel Severini, durante coletiva de imprensa na 43ª Convenção Nacional e Anual do Canal Indireto, que ocorre em Atibaia, interior de São Paulo.

"Toda prática de juro alto é muito malvista, mas, muitas vezes, o País, por uma questão macro, tem que implementar sob pena de perder a mão da economia, que é o que sustenta a nossa economia (do setor)", declarou. O País vive novamente especulações acerca da diminuição - ou mesmo paralisação - do ritmo de cortes na taxa Selic iniciado pelo BC em agosto do ano passado.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), no início de maio, o corte dos juros foi de apenas 0,25 ponto percentual (p.p.), a metade do ritmo de 0,50 p.p. imprimido pelo BC após o início do ciclo de afrouxamento monetário. Assim, o Brasil continua com o 2º maior juro real do mundo, atrás apenas da Rússia.

Severini ressaltou que o setor foi bastante afetado quando o BC iniciou a política monetária contracionista em um ritmo acelerado, após a Selic estar em um patamar muito baixo durante a pandemia (2%). Algumas empresas do setor não tiveram capacidade de arcar com o custo dos juros altos e enfrentaram dificuldades. "Esse movimento de redução de taxa de juros é extremamente bem-vindo, pertinente e incentivado pelo nosso setor", alertou.

Além da taxa de juros, durante a coletiva, o presidente da Abad destacou que o abastecimento de arroz no País está garantido pelos agentes da cadeia produtiva do produto. Ele afirmou que a associação das empresas do ramo atacadista confia na segurança que ouviu dos órgãos competentes, após a tragédia climática que assolou o Rio Grande do Sul, maior produtor. **O repórter viajou a convite da Abad*

Aeroporto da Pampulha recebe aporte de R$ 45 mi

Reis explica que foi necessário fazer investimento para acabar com alagamentos na região do aeroporto FOTO:DIVULGAÇÃO / CCR

SETOR AÉREO Investimentos realizados pela concessionária CCR visam à infraestrutura do terminal

THYAGO HENRIQUE

Desde que assumiu a gestão do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, mais conhecido como Aeroporto da Pampulha, na Capital, em maio de 2022, a CCR Aeroportos já investiu cerca de R$ 45 milhões no local. As primeiras ações da empresa foram direcionadas para a infraestrutura, de modo a tornar as operações ainda mais seguras, e preparação da área para futuras intervenções.

A concessionária realizou melhorias no cabeamento do balizamento, no próprio balizamento das *taxiways*, na pavimentação, com a revitalização de trincas na pista de pouso e decolagem (PPD), na sinalização do pátio 2, que passou a ser homologado, e na instalação do Indicador de Trajetória de Aproximação de Precisão (Papi) em uma das cabeceiras. Também fez a supressão de 46 árvores no aeródromo e entorno, e iniciou a reparação de cercas e muros que estavam sucateados.

As informações são do gerente do Aeroporto da Pampulha, Fabiano Reis, em entrevista exclusiva ao Diário do Comércio. Segundo ele, essas adequações, mais os custos com manutenções para manter o equipamento operacional, somaram aproximadamente R$ 5 milhões, valor que está incluso nos R$ 151 milhões que a CCR precisa investir ao longo dos 30 anos de concessão.

Conforme o responsável pelo local, a fase de maior investimento do contrato está prevista para começar em janeiro de 2025 e terminar em abril de 2026, porém, o grupo considera que já começou os trabalhos, visto que revitalizou parte da PPD, uma das obrigações dessa etapa. Mas para conseguir, de fato, executar os demais deveres, como melhorar o terminal de passageiros (TPS), a companhia teve que recuar e investir em um sistema de drenagem, de acordo com ele.

Drenagem - Representando um aporte de R$ 40 milhões à parte da obrigação contratual, a CCR está construindo uma nova rede de microdrenagem na Praça Bagatelle, canais de escoamento e bacia de detenção, obra que se estende desde o espaço público até a cabeceira 13 do aeródromo. Com estimativa de conclusão até o fim deste ano, a intervenção é considerada crucial para o aeroporto e também para a população, pois visa mitigar os históricos alagamentos que impactam a região.

"A bacia de detenção terá capacidade para 16 mil metros cúbicos (m³) de água. Fizemos um estudo, analisando os últimos cinquenta anos, para identificar o volume de água que caía em Belo Horizonte e causava essas inundações. Esse volume chegava no máximo a 12 mil m³. Estamos construindo algo maior para não ter nenhum risco de os alagamentos continuarem", destacou Reis.

> **"Para ter uma dimensão, se analisarmos a aviação inteira, considerando até a regular, somos o 14º aeroporto com maior movimentação do Brasil. Estamos na frente de aeroportos enormes"**
>
> Fabiano Reis

Terminal é o 3º maior em aviação geral

O Aeroporto da Pampulha tem uma grande importância para a aviação e para os negócios da CCR, de acordo com o gerente da CCR, Fabiano Reis. Ele ressalta que são 160 operações diárias, em média, no aeródromo, sendo que, em maio, registrou 4,8 mil operações, colocando-o como o terceiro maior do País em pousos e decolagens na aviação geral.

Em 2023, o aeródromo teve 55 mil voos, segundo Reis. O bom desempenho tem contribuído para a empresa ser líder no *ranking* da aviação geral, ainda que não seja a gestora dos dois maiores aeroportos do tipo, de Jacarepaguá (Rio de Janeiro) e Campo de Marte (São Paulo). Conforme ele, se retirado a frota de helicópteros desses locais, Pampulha seria o maior em movimentação.

"Para ter uma dimensão, se analisarmos a aviação inteira, considerando até a regular, somos o 14º aeroporto com maior movimentação do Brasil. Estamos na frente de aeroportos enormes e de outras categorias, como Guarulhos (São Paulo) e Brasília (Distrito Federal)", reiterou.

Projetos - No ano passado, rumores indicavam que poderia haver a retomada dos voos comerciais de grande porte no Aeroporto da Pampulha, mas isso não aconteceu. Porém, Reis rechaçou a possibilidade em razão do que está estabelecido no contrato de concessão do aeródromo.

"O nosso contrato define a categoria do aeroporto, que é direcionado para a aviação geral, executiva, *charter* ou fretamento", salientou.

À época da assinatura da cessão do aeroporto chegou a ser dito que a ideia era que o espaço recebesse cargas, além de passageiros, e que tivesse uma conexão com o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, também operado pela CCR, por meio da BH Airport. Questionado, o gerente disse que esse projeto não é algo que está em estudo.

Hoje, uma das iniciativas em análise é o Cidade de Hangares, empreendimento que a companhia pretende implantar no local para oferecer infraestrutura para atender à demanda da aviação geral e executiva. Reis afirma que esse projeto é importante para a empresa e para o desenvolvimento socioeconômico da própria aviação, contudo, alguns pontos continuam em avaliação, embora já exista a área para implantá-lo. Serão cerca de 15 lotes, com 4 mil metros quadrados cada. **(TH)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

PTO ANDAIMES E EQUIPAMENTOS S/A
CNPJ/MF 12.668.650/0001-99
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

1 – Data, Hora e Local: 16 de maio de 2024, às dezesseis horas, na sede da sociedade, situada em Nova Lima, MG, na Rua Mackenzie, nº 800, Bairro Jardim Canadá, CEP 34.007-628; **2 – Composição da Mesa:** Jacques Tinoco Rios e Igor Silva Maia Igor, respectivamente Presidente e Secretário; **3 – Presenças**: Presentes os acionistas representantes de 100% (cem por cento) do capital social da PTO ANDAIMES E EQUIPAMENTOS S/A, a saber: **JACQUES TINOCO RIOS**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro arquiteto, portador da Carteira de Identidade nº M-520.100, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 585.461.546-00, residente e domiciliado na Alameda do Morro, nº 85, apto 1.200, bairro Vila da Serra, em Nova Lima – MG, CEP 34.006-083; **HELENA TEIXEIRA RIOS**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG M 3 624.628, expedida pela SSP/MG e inscrita no CPF sob o nº 721.549.856-53, residente e domiciliada na Alameda do Morro, nº 85, apto 1.200, bairro Vila da Serra, em Nova Lima – MG, CEP 34.006-083; **DHX LOGISTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.212.051/0001-00, com endereço na Avenida Lisboa, nº 69, apartamento 201, distrito Santa Cruz Industrial, município de Contagem - MG, CEP 32.340-540, representada na forma de seus atos sociais por **IGOR SILVA MAIA**, e **IGOR SILVA MAIA**, brasileiro, empresário, solteiro, maior, portador do CPF nº 081.166.096-61 e da Carteira de Identidade MG-10.456.115 expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado na Avenida Professor Mario Werneck, n° 3.180, apto 403, bairro Buritis, em Belo Horizonte – MG, CEP 30.575-180. **4 – Regularidade**: Constatada a presença dos acionistas representando 100% do capital, foi declarada regularmente instaladas as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária. **5 – Deliberações**: Por unanimidade, foram tomadas as seguintes deliberações: **(i)** A fim de cumprir a escala do Programa de Stock Option, nos termos de seu segundo aditivo, foram emitidas 38.644 (trinta e oito mil, seiscentas e quarenta e quatro) novas ações ON1, implicando no aumento do capital social, antes de R$ 2.095.073,30 (dois milhões, noventa e cinco mil, setenta e três reais e trinta centavos para R$ 2.133.717,30 (dois milhões, cento e trinta e três mil, setecentos e dezessete reais e trinta centavos). O número de ações ON1 passará a ser de 2.069.946 (dois milhões, sessenta e nove mil, novecentas e quarenta e seis) ações (ON1), representando R$ 2.069.946,00 (dois milhões, sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais) no capital social. Submetido à apreciação dos presentes, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia na forma do Anexo II que, devidamente assinado por todos os acionistas, integra de forma indissociável esta Ata de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, que foi alterado nos seguintes pontos, que passarão a prevalecer sobre qualquer outra deliberação anterior: **Parte do Estatuto ora revogada: Nova redação dos artigos 5º do Estatuto: ARTIGO 5º** - O capital da companhia é de R$ 2.133.717,30 (dois milhões, cento e trinta e três mil, setecentos e dezessete reais e trinta centavos), dividido em 2.228.454 (dois milhões, duzentos e vinte e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro) ações, sendo 2.154.156 (dois milhões, cento e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e seis) ordinárias, que representam R$ 2.078.367,00 (dois milhões, setenta e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais) do capital social, sendo de 2.069.946 (dois milhões, sessenta e nove mil, novecentas e quarenta e seis) Ações Ordinárias Nominativas ON1, representando R$ R$ 2.069.946,00 (dois milhões, sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais) e 84.210 (oitenta e quatro mil e duzentas e dez) Ações Ordinárias Nominativas ON2, no valor total de R$ 8.421,00 (oito mil, quatrocentos e vinte e um reais) e 74.298 (setenta e quatro mil, duzentas e noventa e oito) preferenciais, sendo 42.106 (quarenta e duas mil, cento e seis) Ações Preferenciais Nominativas PN1, no valor total de R$ 42.106,00 (quarenta e dois mil, cento e seis reais); 21.053 (vinte e um mil e cinquenta e três) Ações Preferenciais Nominativas PN2, no valor total de R$ 2.105,30 (dois mil, cento e cinco reais e trinta centavos) e 11.139 (onze mil, cento e trinta e nove) Ações Preferenciais Nominativas PN3, no valor total de R$ 11.139,00 (onze mil, cento e trinta e nove reais), todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas. **(ii)** As ações PN1 e PN2 terão o direito ao dividendo mínimo de R$ 17,01 (dezessete reais e um centavos) anuais por ação e, ainda, participar da distribuição dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ordinárias. A vantagem das Ações de Classe PN3 passará a ser de distribuição de dividendo fixo prioritário e intercalar no importe de R$ 35,79 (trinta e cinco reais e setenta e nove centavos) anuais por ação PN3. Para tanto, o Estatuto será alterado, conforme segue: **Parte do Estatuto ora revogada: Nova redação dos artigos 6º do Estatuto: ARTIGO 6º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas e as ações preferenciais não terão direito a voto. As PN1 e PN2 terão o direito ao dividendo mínimo de R$ 17,01 (dezessete reais e um centavos) anuais por ação e, ainda, participar da distribuição dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ordinárias. As ações PN3 desfrutam de vantagem na distribuição de dividendo fixo prioritário e intercalar no importe de R$ 35,79 (trinta e cinco reais e setenta e nove centavos) anuais por ação PN3. **(iii)** Deliberação sobre as contas dos administradores, bem como das demonstrações financeiras: a Assembleia Geral houve por bem de aprovar as contas dos diretores, bem como aprovar as demonstrações financeiras, sem ressalvas. Nos termos do art. 294, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não foram publicadas as demonstrações financeiras na forma do art. 133 desta Lei. **(iv)** Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos: os lucros apurados no exercício financeiro findo foram de R$ 13.154.841,47 (treze milhões, cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos) tendo sido distribuídos dividendos da seguinte forma: R$ 867.503,19 (oitocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e três reais e dezenove centavos) para HELENA TEIXEIRA RIOS; R$ 9.528.124,51 (nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta e um centavos) para JACQUES TINOCO RIOS; R$ 1.977.920,42 (um milhão, novecentos e setenta e sete mil, novecentos e vinte reais e quarenta e dois centavos) para DHX LOGISTICA LTDA e R$ 118.962,57 (cento e dezoito mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) para IGOR SILVA MAIA, ficando outorgadas quitações recíprocas entre os acionistas, inclusive quitação desses para a companhia PTO ANDAIMES E EQUIPAMENTOS S/A, relativamente aos dividendos e às contas da sociedade. **(v)** Deliberação sobre a expressão monetária do capital social (artigo 167): A Assembleia Geral deliberou que a expressão monetária do capital social será de R$ 2.133.717,30 (dois milhões, cento e trinta e três mil, setecentos e dezessete reais e trinta centavos), em razão da emissão de 38.644 (trinta e oito mil, seiscentas e quarenta e quatro) novas ações ON1, no importe subscrito de R$ 38.644,00 (trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e quatro reais). **6 – Comunicação de alienação de ações**: Na oportunidade, o representante da acionista DHX LOGISTICA LTDA, em homenagem ao dever de informação, comunicou aos demais acionistas e à SOCIEDADE, pedindo para constar em ata, que a totalidade de suas ações na companhia está sendo transmitida, concomitantemente à presente sessão, para o acionista IGOR SILVA MAIA, comprometendo-se cedente e cessionário a assinarem o Livro de Transferência de Ações. **7 – Extinção do Plano de Stock Option:** Em razão da emissão das ações ON1 e da subscrição/integralização das mesmas pela acionista DHX LOGISTICA LTDA, esta outorga quitação à PTO ANDAIMES E EQUIPAMENTOS S/A e aos demais acionistas pelas obrigações previstas no Plano de Stock Option que, neste momento, fica extinto, para mais nada exigir a favorecida ou seus sócios quaisquer direitos, a que título forem. **8 – Encerramento**: Compareceram e assinaram o livro de atas de assembleia geral todos os acionistas, a saber: **JACQUES TINOCO RIOS**, **HELENA TEIXEIRA RIOS**, **IGOR SILVA MAIA** e **DHX LOGISTICA LTDA,** representada por seu instituidor e representante **IGOR SILVA MAIA.** A presente cópia de ata é fiel à ata original que se encontra na sede da companhia, tendo presidido a Assembleia o acionista JACQUES TINOCO RIOS e exercendo a função de Secretário, atuou IGOR SILVA MAIA. Participou, ainda, o advogado Renato Ourives Neves, inscrito na OAB/MG sob o nº 65.594 e no CPF sob o nº 839.066.146-20. Concluídos os trabalhos, o Presidente deu por encerradas as Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, determinando que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os Acionistas e Diretores da Companhia, produzindo a partir de então seus jurídicos e legais efeitos.

LISTA DE SUBSCRIÇÃO - ANEXO I
(parte integrante da Ata das Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 16 de maio de 2024) - Boletim de subscrição consolidado:

Acionista	N.ºAções	Espécie	Valor Total (R$)
HELENA TEIXEIRA RIOS, brasileira, casada, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG M 3 624.628 (SSP/MG) e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob nº 721.549.856-53, residente e domiciliada em Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda do Morro, 85, edifício Zeus, apto 1200, bairro Vila da Serra.	182.539	Ord.ON1	182.539,00
JACQUES TINOCO RIOS, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro arquiteto, nascido em 18/07/1962, em Belo Horizonte - MG, residente e domiciliado na Alameda do Morro, n°.85, apto 1200, edifício Zeus, bairro Vila da Serra em Nova Lima – MG, CEP 34060-083, portador da Carteira de Identidade nº. M-520.100 expedida pela SSP/MG e CPF nº. 585.461.546-00.	1.669.535 42.106	Ord. ON1 Pref. PN1	1.669.535,00 42.106,00
IGOR SILVA MAIA, brasileiro, empresário, solteiro, maior, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na Avenida Professor Mário Werneck 3180, apartamento 403, bairro Buritis, CEP 30575-180, portador do CPF nº. 081.166.096-61 e da Carteira de Identidade MG-10.456.115 expedida pela SSP/MG.	217.872 62.560 21.053 11.139	Ord. ON1 Ord. ON2 Pref. PN2 Pref. PN3	217.872,00 6.256,00 2.105,30 11.139,00
TOTAL	2.154.156	Ord. Total)	2.078.367,00
	74.298 2.228.454	(Pref.(Total) Total Geral	55.350,30 2.133.717,30

Nova Lima, 16 de maio de 2024. Jacques Tinoco Rios - Acionista e Presidente da AGO E AGE. Igor Silva Maia - Acionista e Secretário da AGO E AGE. Helena Teixeira Rios - Acionista. DHX LOGISTICA LTDA - Acionista representada por Igor Silva Maia. PTO ANDAIMES E EQUIPAMENTOS S/A - Companhia – por seus diretores Jacques Tinoco Rios e Igor Silva Maia. Visto do advogado: Renato Ourives Neves - OAB/MG - 65.594

ANEXO II
(parte integrante da Ata das Assembleias Geral Ordinária e Geral Extraordinária de 16 de maio de 2024.) - **ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO PRIMEIRO - NOME, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO - ARTIGO 1º** - A companhia tem a denominação de PTO ANDAIMES E EQUIPAMENTOS S/A, e reger-se-á pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. **ARTIGO 2º -** A companhia tem por objetivo social a locação, com montagem ou não, de bens móveis, compreendendo formas, escoramentos, andaimes, pisos, estruturas e equipamentos semelhantes, em aço, alumínio, metal, plástico e madeira, bem como suas peças, componentes e acessórios; locação sem operador de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópios, bem como assistência técnica e manutenção destes equipamentos, locação e montagem de coberturas em tenda estruturada, com fechamento em lona plástica ou similar. **ARTIGO 3º -** A Companhia tem sede e foro na cidade de Nova Lima, MG, na Rua Mackenzie nº. 800, Bairro Jardim Canadá em Nova Lima – MG, CEP 34007-628, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **ARTIGO 4º -** A Companhia deverá funcionar por tempo indeterminado tendo iniciado suas atividades em 01/09/2010. **CAPÍTULO SEGUNDO - DO CAPITAL SOCIAL** - ARTIGO 5º - O capital da companhia é de R$ 2.133.717,30 (dois milhões, cento e trinta e três mil, setecentos e dezessete reais e trinta centavos), dividido em 2.228.454 (dois milhões, duzentos e vinte e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro) ações, sendo 2.154.156 (dois milhões, cento e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e seis) ordinárias, que representam R$ 2.078.367,00 (dois milhões, setenta e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais) do capital social, sendo de 2.069.946 (dois milhões, sessenta e nove mil, novecentas e quarenta e seis) Ações Ordinárias Nominativas ON1, representando R$ R$ 2.069.946,00 (dois milhões, sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais) e 84.210 (oitenta e quatro mil e duzentas e dez) Ações Ordinárias Nominativas ON2, no valor total de R$ 8.421,00 (oito mil, quatrocentos e vinte e um reais) e 74.298 (setenta e quatro mil, duzentas e noventa e oito) preferenciais, sendo 42.106 (quarenta e duas mil, cento e seis) Ações Preferenciais Nominativas PN1, no valor total de R$ 42.106,00 (quarenta e dois mil, cento e seis reais); 21.053 (vinte e um mil e cinquenta e três) Ações Preferenciais Nominativas PN2, no valor total de R$ 2.105,30 (dois mil, cento e cinco reais e trinta centavos) e 11.139 (onze mil, cento e trinta e nove) Ações Preferenciais Nominativas PN3, no valor total de R$ 11.139,00 (onze mil, cento e trinta e nove reais), todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas. **ARTIGO 6º -** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas e as ações preferenciais não terão direito a voto. As PN1 e PN2 terão o direito ao dividendo mínimo de R$ 17,01 (dezessete reais e um centavos) anuais por ação e, ainda, participar da distribuição dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ordinárias. As ações PN3 desfrutam de vantagem na distribuição de dividendo fixo prioritário e intercalar no importe de R$ 35,79 (trinta e cinco reais e setenta e nove centavos) anuais por ação PN3. **CAPÍTULO TERCEIRO - DA ASSEMBLEIA GERAL - ARTIGO 7º -** A Assembleia Geral, que é o órgão deliberativo da Companhia, reunir-se-á sempre na sede social (I) ordinariamente, dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social para (a) deliberar sobre as contas e demonstrativos do exercício findo; relatório da administração; e Parecer do Conselho Fiscal, se o órgão estiver em funcionamento; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido (ou prejuízo) do exercício e a distribuição de dividendos; (c) eleger os administradores e fixar a sua remuneração; e (II) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. § 1º – Qualquer matéria submetida à apreciação da Assembleia Geral somente será aprovada se obtiver o voto favorável de mais de 58% (cinquenta e oito por cento) de acionistas titulares das ações com direito a voto de emissão da Companhia. **§ 2º –** Somente serão consideradas aprovadas as matérias que importem em modificação do Estatuto Social se obtiverem votos favoráveis de acionistas titulares de mais de 50% (cinquenta por cento) das ações representativas do capital votante da Companhia. **ARTIGO 8º -** A Assembleia Geral será sempre presidida por um diretor que necessariamente convidará outro acionista ou diretor para secretariar os trabalhos. **CAPÍTULO QUARTO - DA ADMINISTRAÇÃO - ARTIGO 9º -** A administração da Companhia compete exclusivamente à Diretoria, eleita e destituível a qualquer tempo pela Assembleia Geral, e cujos membros serão eleitos por um mandato de 03 (três) anos, admitida a reeleição. Parágrafo Primeiro - A Diretoria, através de cada um dos diretores, na forma prevista no inciso IV do artigo 143 da lei 6.404, terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. **Parágrafo Segundo -** Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros da Diretoria. Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura da ata da assembleia em que foram eleitos. **Parágrafo Terceiro** - O mandato da Diretoria estende-se até a posse da nova Diretoria a ser eleita. **ARTIGO 10** - A Diretoria será composta **de 02 (dois) membros**, acionistas ou não, todos sem designação específica. **Parágrafo Primeiro -** Em suas ausências ou impedimentos temporários os diretores se substituirão reciprocamente, dividindo entre si as atribuições do ausente/impedido. **Parágrafo Segundo** - Em caso de vacância permanente de cargo de diretor, será convocada Assembleia de Acionistas que elegerá novo diretor cujo mandato estender-se-á até a data prevista para o término daquele do diretor substituído. **ARTIGO 11** – Compete a cada um dos Diretores na forma prevista no inciso IV do artigo 143 da lei 6.404/76, a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, observado o disposto neste estatuto, tendo plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social. **ARTIGO 12** -. A Companhia será representada ativa e passivamente, e se vinculará ou se obrigará, mediante a assinatura conjunta de quaisquer dois diretores, ou de um diretor em conjunto com procurador(es) nomeado(s) na forma do Artigo 13 deste Estatuto, nas condições estabelecidas no instrumento de mandado. **ARTIGO 13** - As procurações outorgadas pela Companhia, só terão validade mediante a assinatura conjunta de quaisquer dois Diretores e deverão especificar expressamente os poderes conferidos, e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, vedado o substabelecimento, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em qualquer processo judicial ou administrativo, que terão prazo indeterminado e poderão admitir o substabelecimento. **CAPÍTULO QUINTO - DO CONSELHO FISCAL - ARTIGO 14** - A Companhia terá um Conselho Fiscal integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, ao qual competirão as atribuições previstas em lei. **Parágrafo Primeiro** - O funcionamento do Conselho Fiscal não será permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas nos termos do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo** - O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia, ainda que a matéria não conste do edital de convocação. **Parágrafo Terceiro** - A Assembleia que receber pedido de funcionamento do Conselho Fiscal e instalar o órgão deverá eleger os seus membros e fixar-lhes a remuneração. **Parágrafo Quarto** - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. **CAPÍTULO SEXTO - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO. ARTIGO 15** - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o balanço geral e os demais demonstrativos exigidos por lei. **Parágrafo Único** - Fica a Diretoria autorizada a determinar o levantamento de balanços em períodos menores e, com base nos lucros apurados nos mesmos, distribuir dividendos intercalares, obedecidos os limites legais. **ARTIGO 16** - Dos resultados apurados inicialmente serão deduzidos os prejuízos acumulados na forma prevista na legislação e a provisão para o Imposto de Renda, sendo os lucros a realizar destinados a reserva específica; o lucro remanescente terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social; (b) 5% (cinco por cento) do lucro liquido serão distribuídos aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório; e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia. **ARTIGO 17** - O dividendo mínimo obrigatório poderá deixar de ser distribuído quando a Assembleia Geral deliberar, sem oposição de qualquer dos acionistas presentes, a distribuição de dividendos em percentual inferior aos referidos 5% (cinco por cento) ou mesmo a retenção integral do lucro. **ARTIGO 18** - Salvo a deliberação em contrário da Assembleia Geral, o dividendo será pago no prazo de 30 (trinta) dias da data em que for declarado. **CAPÍTULO SÉTIMO - DIREITO DE PREFERÊNCIA** - **ARTIGO 19** - As ações são indivisíveis e não poderão ser transferidas, alienadas ou cedidas a terceiros, no total ou em parte, sem a prévia comunicação aos demais acionistas, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição. Não havendo interesse dos mesmos, o que deverá ser manifestado expressamente, as ações poderão ser transferidas a terceiros. **§ Único** – A oferta deverá ser feita individualmente aos outros acionistas, por escrito, com menção clara do preço e demais condições, cabendo ao destinatário pronunciar-se a respeito no prazo de 15 (quinze) dias, findos os quais ou não sendo exercido o direito de preferência, poderá o interessado, livremente, alienar suas quotas. **DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO** - **ARTIGO 20** - A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. Nova Lima, 16 de maio de 2.024. Jacques Tinoco Rios - Acionista e Presidente da AGO E AGE. Igor Silva Maia - Acionista e Secretário da AGO E AGE. Helena Teixeira Rios - Acionista. DHX LOGISTICA LTDA - Acionista representada por Igor Silva Maia. PTO ANDAIMES E EQUIPAMENTOS S/A - Companhia – por seus diretores Jacques Tinoco Rios e Igor Silva Maia. Visto do advogado: Renato Ourives Neves - OAB/MG - 65.594.

A MADEIREIRA DUQUE DE CAXIAS LTDA, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 53.326/2023, a Revalidação da Licença Ambiental Simplificada, 095/2024, para a atividade "Comércio de materiais de construção bruto, tais como areia, brita e similares, serraria e comércio varejista de madeiras", localizada na Avenida Tapajós, 1030 - Bairro São Luiz, CEP: 32.675-698, Betim- MG.

HOSPITAL MATER DEI S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado – CVM nº 02569-0
CNPJ nº 16.676.520/0001-59 - NIRE 31.300.039.315
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 20, alínea 'f' e artigo 29, Parágrafo 1º, do Estatuto Social do **Hospital Mater Dei S.A.** ("Companhia"), ficam os acionistas da Companhia convocados a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a se realizar em primeira convocação no dia **08 de julho de 2024**, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, situada na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Rua Mato Grosso, nº 1100, bairro Santo Agostinho, CEP 30.190-081, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (" Resolução CVM 81"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Aprovar o recebimento das ações de emissão da própria Companhia ("Ações Mater Dei"), como pagamento de parcela da contraprestação a ser recebida pela Companhia no âmbito da operação por meio da qual a Companhia se comprometeu a vender e transferir, sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, 18.557.000 ações ordinárias, representativas de 70% do capital social da Centro Saúde Norte S.A, e o imediato e simultâneo cancelamento do número de Ações Mater Dei necessário para cumprimento de todos os requisitos da regulamentação aplicável, em especial o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada; (ii) Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, sob condição suspensiva do recebimento e cancelamento das Ações Mater Dei, para refletir o novo número total de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia; (iii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, sob condição suspensiva do recebimento e cancelamento das Ações Mater Dei; e (iv) Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários ou convenientes para a implementação das matérias aprovadas. **INFORMAÇÕES GERAIS: 1. Documentos à disposição dos acionistas.** Os documentos pertinentes à Ordem do Dia a serem analisados e/ou discutidos na AGE, incluindo este Edital de Convocação, o Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia ("Manual"), bem como aqueles exigidos nos termos do §6º do artigo 124 e §3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 7º da Resolução CVM 81, encontram-se disponíveis **(i)** no *website* da Companhia (ri.materdei.com.br), bem como na sua sede social, **(ii)** no *website* da CVM (www.gov.br/cvm); e **(iii)** no *website* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **2. Participação dos acionistas na AGE.** Os acionistas da Companhia poderão participar da AGE: **(i)** presencialmente; ou **(ii)** por procurador devidamente constituído. Pedimos a gentileza de comparecerem na sede da Companhia, localizada na Rua Mato Grosso, nº 1100, bairro Santo Agostinho, CEP 30.190-081, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais até as 09:15 horas, portando os documentos necessários para participação indicados no Manual. A Companhia solicita que, para uma melhor organização da AGE, os documentos necessários para participação na AGE também sejam enviados pelo acionista, **até às 14:00 horas do dia 05 de julho de 2024**, para o endereço eletrônico ri@materdei.com.br. A regularidade dos documentos de representação será verificada antes da realização da AGE, razão pela qual pedimos aos acionistas a gentileza de chegarem com antecedência à AGE, de forma que possam ser conferidos os documentos necessários em tempo hábil à sua participação. **3. Documentos Necessários para a Participação.** Os acionistas poderão participar diretamente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, sendo que as regras para outorga de procuração encontram-se detalhadas no Manual. Para orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a participação do acionista (pessoa física, pessoa jurídica e fundos investimento) na AGE, vide o Manual, o qual se encontra disponível nos endereços eletrônicos indicados no item 1 acima. **4.** Os acionistas interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, no telefone +55 (31) 3401-7100 ou via e-mail (ri@materdei.com.br). Belo Horizonte, 15 de junho de 2024.
Henrique Moraes Salvador Silva - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E NOTIFICAÇÃO DAS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS Nº 007/2024. NORMAS E CONDIÇÕES GERAIS DE LEILÃO: Cláudio Luiz Reis Araújo, Leiloeiro Público Oficial matriculado na JUCEMG sob o nº 658, com escritório e auditório situado à Rua Aymoré, nº 2001 11º andar, salas 1104 e 1105 Bairro de Lourdes, Belo Horizonte - MG, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária, **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVAR LTDA – SICOOB CREDIVAR**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.798.596/0001-48, com sede na cidade de Varginha – MG, na Rua Silvio Cougo, nº 680, Vila Paiva, Varginha/MG, e como **FIDUCIANTE, JEPACA JOAIS LTDA, INSCRITA NO CNPJ. Sob o Nº 30.918.070/0001-94**, domiciliados à Rua São Miguel, nº 48, Bairro Vila Nossa Senhora dos Anjos, Varginha MG, CEP 37.006-060, faz saber na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei 21.981/32 que levará a leilão público nº 007/2024 na modalidade On-Line, através do site www.crleiloes.com.br, o imóvel a seguir caracterizados, nas seguintes condições: **Lote 001 – VARHGINHA/MG: UM LOTE SEM BENFEITORIAS, SITUADO À RUA AURÉLIA RUBIÃO (ANTIGA RUA 04) LOTE 19, QUADRA N, BAIRRO MINAS GERAIS, EM VARGINHA/MG, CONFORME CONFRONTAÇÕES E LIMITAÇÕES DISCRIMINADAS NA MATRÍCULA, Nº 76.289, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VARGINHA MG, COM ÁREA TOTAL DE 275,00 m² (DUZENTOS E SETENTA E CINCO METROS QUADRADOS). Imóvel ocupado. Valor venda 1º leilão ON-LINE 09/07/2024 a partir das 14:00h, valor de avaliação R$88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS), e em segundo leilão, se houver, valor de venda 2º leilão ON-LINE 09/07/2024 a partir das 15:00h, valor de R$130.697,63 (CENTO E TRINTA MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS), os valores estão atualizados até a presente data, podendo sofrer alterações na ocasião do Leilão. Desocupação e demais despesas inerentes, serão por conta do Adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. "A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado que se encontram. Todas as regularizações para transferência de documentação pós-venda existentes, serão de responsabilidade exclusiva do comprador." PAGAMENTO:** A venda será realizada à vista, p arrematante vencedor deverá recolher o valor integral da arrematação em até 24 horas após o envio de dados bancários, tanto do valor da arrematação, como de 5% da comissão do leiloeiro mais despesa administrativa, mediante depósito em dinheiro ou TED nas contas indicadas pelo Leiloeiro. Após os pagamentos se faz necessário o envio dos comprovantes de pagamento, bem como cópias de documentos pessoais e comprovante de endereço para os e-mails: leiloeiro@crleiloes.com.br e juridico@crleiloes.com.br através do número **31-99615-7499**. com a identificação do lote arrematado. Caso não seja apresentado os comprovantes e a documentação dentro do prazo previsto, será considerado desistência e a venda será cancelada com previsão de multa em favor do Banco, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais cabíveis. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá, ao arrematante a comissão do leiloeiro, no valor de **5%** da arrematação mais despesa Administrativa no valor de R$1.200,00 (Hum mil e duzentos reais), **5%** (cinco por cento) do valor da avaliação em caso de adjudicação (arcada pelo adjudicante), e **5%** (cinco por cento) do valor da avaliação) em caso de remição ou acordo (arcada pela(s) parte(s) executadas(s) a serem pagas à vista por depósito em dinheiro, PIX ou TED, na modalidade **on-line** no prazo de até 24 horas após o envio de dados bancários pelo Leiloeiro, sendo que o valor da comissão não compõe o valor do lance ofertado. Em caso do não cumprimento das obrigações assumidas no prazo estabelecido, estará o arrematante, sujeito á sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. O direito de preferência do devedor fiduciante, previsto no §2º-b do artigo 27 da Lei 9514/97, deverá ser exercido até a data de realização do 2º leilão através de proposta oficial, assinada e reconhecida em cartório e enviada através dos e-mails; leiloeiro@crleiloes.com.br e juridico@crleiloes.com.br.. **DO LEILÃO ON LINE:** Os interessados em participar do leilão on line deverão se cadastrar através do www.crleiloes.com.br e se habilitar com a antecedência de até uma hora antes do início do leilão. Correrão por conta do arrematante todas as despesas relativas á arrematação. transferência, ITBI, despesas cartoriais do imóvel, inclusive as despesas inerentes á documentação e regularização do imóvel junto aos órgãos competentes (se houver), bem como a desocupação, se necessário, conforme art. 30 da Lei 9.514/97.**Maiores informações pelos telefones: (31)3991-8006 – (31) 99615-7499(WhatsApp), 31-99929-7499 e através do link** – www.crleiloes.com.br.

CLÁUDIO LUIZ REIS ARAÚJO
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL. JUCEMG 658

Porto do Açu: predominância de MG

COMPLEXO PORTUÁRIO Situada em São João da Barra (RJ), unidade tem cerca de 60% da movimentação feita por clientes mineiros de vários setores

THYAGO HENRIQUE

Razões não faltam para explicar porque o Porto do Açu, situado em São João da Barra, no Rio de Janeiro, é conhecido como o "Porto de Minas Gerais". O Estado é o mercado mais relevante para o empreendimento. Atualmente, mais da metade da movimentação do Terminal Multicargas (T-Mult) do complexo portuário, aproximadamente 60%, é realizada para clientes mineiros.

Via Porto do Açu, Minas Gerais exporta, por exemplo, grãos, concentrado de lítio, ferro-gusa, coque, carvão e estacas de ancoragem. No local também tem uma significativa exportação de minério de ferro, visto que o material produzido pela Anglo American, no Sistema Minas Rio, deságua no empreendimento e é transportado por meio de um terminal específico – em 2023, 24 milhões de toneladas do insumo siderúrgico foram exportados, volume recorde para a instalação.

Do lado das importações, a infraestrutura portuária do norte fluminense é responsável por receber produtos que abastecem toda a cadeia da indústria cimenteira e siderúrgica do Estado. Através do complexo também chegam caminhões fora de estrada para as mineradoras. A unidade logística ainda importa fertilizantes.

> "Via Porto do Açu, Minas Gerais exporta, por exemplo, grãos, minério de ferro, concentrado de lítio, ferro-gusa, coque, carvão e estacas de ancoragem"

Em entrevista exclusiva ao Diário do Comércio, o diretor comercial e de industrialização do Porto do Açu, João Braz, explica que a conectividade com os mineiros é um diferencial para a relação, já que estão próximos da BR-356, facilitando o escoamento, no entanto, ressalta que uma conexão ferroviária seria importante.

Porto do Açu acaba sendo conhecido como o "Porto de Minas Gerais" e está próximo da BR-356, mas ligação ferroviária seria muito importante FOTO: AÇU / DIVULGAÇÃO

Ferrovia - Conforme o dirigente, existe um projeto avançado para construir uma ferrovia ligando Cariacica, no Espírito Santo, à Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro. O corredor ferroviário está dividido em alguns trechos. Um deles tem 41 quilômetros e será construído pelo próprio Porto do Açu, com investimento já autorizado de R$ 610 milhões, que será capaz de conectar os terminais do complexo portuário a São João da Barra – incluindo ramais internos.

A ponta de cima da malha ferroviária, de Cariacica a Anchieta, será construída pela Vale e tem recursos garantidos com a renovação antecipada do contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Segundo ele, a mineradora está elaborando ainda os estudos de engenharia da Ferrovia Kennedy, que dará continuidade ao ramal até a fronteira entre os estados capixaba e fluminense, e se comprometeu a doar o projeto básico para o governo federal.

De acordo com Braz, o Porto do Açu está realizando todos os estudos para os demais trechos do corredor ferroviário, que ficarão prontos no mês que vem e também serão doados à União. Ele diz que, ainda neste ano, poderá ser feita a audiência pública do projeto e, em 2025, a licitação.

O diretor afirma que a ferrovia fará um arco na região Sudeste, com conexões com outros ramais. Para ele, se o empreendimento, de fato, sair do papel até o fim da década, negócios do complexo portuário crescerão, especialmente com Minas Gerais, local mais afetado pela movimentação, com foco em grãos, fertilizantes, minério de ferro, carvão, coque e produtos siderúrgicos.

"O Noroeste mineiro será o principal beneficiado por essa ferrovia. O grão que será capturado já no dia zero de funcionamento seria de lá", destaca, reiterando que a demanda existe e o Porto do Açu estaria pronto para exportá-la e enfatizando que o ramal Unaí-Pirapora, antiga demanda da região, cujo projeto está parado, seria uma importante conexão com o corredor ferroviário.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Comarca De Montes Claros - Estado De Minas Gerais - Edital De Citação - Prazo De Vinte Dias. A Exma, Sra, Dra. Cibele Maria Lopes Macedo, Mma. Juiza De Direito Da Primeira Vara Cível Desta Comarca De Montes Claros, Estado De Minas Gerais, Na Forma Da Lei, Etc... Faz Saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da Primeira Vara Cível desta Comarca de Montes Claros-MG. tramita uma ação de Busca E Apreensao registrada sob o n° 5014733-73.2021.8.13.0433. requerida pelo Banco RCI Brasil SA, instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob n° 62307848/0001-15, contra Marcelo Ruas Adriano. e. por meio deste. CITA o requerido Marcelo Ruas Adriano, brasileiro, portador do RG MG-8.534 090, inscrito no CPF sob o n° 025.186996-27, titulo de eleitor n° 0113429800213. nascido em 24/02/1975, filho de Luiza Ruas de Andrade. com endereço em lugar incerto e não sabido, para. querendo. no prazo de cinco (05) dias, pagar o débito integral da dívida, devidamente atualizado, ou. querendo. contestar a presente ação no prazo de quinze (15) dias. sob pena de. não o fazendo, serem tidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Fica esclarecido que não havendo manifestação da parte requerida, será nomeado Curador para representá-la nos autos. E. para que ninguém possa alegar ignorância, a MMa, Juíza mandou expedir o presente, que será afixado no local de costume e publicado pela Imprensa Oficial do Estado. Dado e passado nesta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, aos vinte e sete (27) dias do mês de maio (05) de 2024. K-18e19/06

PTO ANDAIMES E EQUIPAMENTOS S/A
CNPJ: 12.668.650/0001-99

BALANÇO PATRIMONIAL
Valores expressos em Reais (R$)

ATIVO	8.243.912,58
Circulante	4.676.088,44
Disponível	841.556,65
Bancos Conta Movimento	5.639,75
Aplicações de Liquidez Imediata	835.916,90
Clientes	3.824.090,97
Duplicatas a Receber	3.824.090,97
Outros Créditos	10.440,82
Adiantamentos a Terceiros	977,97
Adiantamentos a Funcionarios	2.580,73
Tributos a Recuperar	1.737,52
Impostos a Compensar	5.144,60
Não Circulante	3.567.824,14
Imobilizado	3.567.824,14
Imobilizado em Geral	15.635.834,71
Imobilizado em Andamento	1.046,78
(-) Dep./Amort./Exaust. Acum	(12.069.057,35)
PASSIVO	8.243.912,58
Circulante	902.572,67
Fornecedores	264.023,88
Fornecedores Nacionais	264.023,88
Obrigações Tributárias	447.105,23
Impostos e Contribuições a Recolher	446.866,47
Tributos Retidos a Recolher	238,76
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	190.184,35
Obrigações com o Pessoal	129.106,80
Obrigações Previdenciárias	26.296,62
Provisões	34.780,93
Outras Obrigações	1.259,21
Contas a Pagar	1.259,21
Patrimônio Líquido	7.341.339,91
Capital Social	2.079.973,05
Capital Subscrito	2.095.073,30
(-) Capital a Integralizar	(15.100,25)
Reservas de Capital	1.146.060,52
Lucros e Prejuízos Acumulados	3.839.245,84
Lucros e Prejuízos Acumulados	3.176.915,06
Lucros e Prejuízos do Exercício	13.154.841,47
Lucros Distribuidos	(12.492.510,69)
Futuro Aumento de Capital	276.060,50
Futuro Aumento de Capital	0,00
Futuro Aumento de Capital	276.060,50

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, levantado a partir dos documentos fornecidos pela empresa e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Valores expressos em Reais (R$)

Receita Operacional Bruta	17.798.896,47
Receitas Operacionais (Vendas e Serviços)	17.798.896,47
(-) Deduções da Receita Bruta	(2.627.033,93)
Impostos Incidentes sobre Vendas	(2.627.033,93)
(=) Receita Operacional Liquida	15.171.862,54
(-) Custo dos Produtos/Mercadorias/Serviços	(908.499,16)
(=) Resultado Bruto	14.263.363,38
(+/-) Despesas e Receitas Operacionais	(1.108.521,91)
Despesas Administrativas	(1.598.824,85)
Despesas Financeiras	(2.614,58)
(-) Receitas Financeiras	33.034,98
Despesas Tributarias	(11.256,59)
(-) Outras Receitas Operacionais	471.139,13
(=) Resultado do Exercicio	13.154.841,47
Resultado Antes da CS e IR	13.154.841,47
(=) Resultado do Líquido do Exercício	13.154.841,47

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
Valores expressos em Reais (R$)

1 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
Resultado do exercício/período	13.154.841,47
Lucros e Prejuízos do Exercício	13.154.841,47
Depreciação e Amortização	485.932,35
(-) Dep./Amort./Exaust. Acum	485.932,35
Variações nos ativos e passivos	(5.824,28)
Adiantamentos a Terceiros	(977,97)
Adiantamentos a Funcionarios	(55,47)
Tributos a Recuperar	319,16
Impostos a Compensar	(5.110,00)
(Aumento) Redução em contas a receber	(728.005,29)
Clientes	(728.005,29)
Aumento (Redução) em fornecedores	37.443,35
Fornecedores Nacionais	37.443,35
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(9.559,97)
COFINS a Recolher	(18.333,59)
ICMS a Recolher	117,06
IRRF a Recolher	(169,96)
IRRF sobre Trabalho Assalariado	174,14
PIS a Recolher	(3.972,28)
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	(538,63)
Tributos Retidos a Recolher	170,77
Obrigações com o Pessoal	5.476,64
Obrigações Previdenciárias	445,57
Provisões	7.590,99
Contas a Pagar	(520,68)
Aumento (Redução) no imposto de renda e contribuição social	15.134,07
CSLL a Recolher	1.855,61
IRPJ a Recolher	13.278,46
= Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplic. nas) ativ. operac.	12.949.961,70
2 - Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	
Compras de imobilizado	52.299,48
Imobilizado em Geral	52.299,48
= Disponibilidades liquidas geradas pelas (aplic. nas) ativ. invest.	52.299,48
3 - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	
Integralização de capital	25.033,00
Capital Subscrito	25.033,00
Pagamentos de lucros/dividendos	(12.492.510,69)
Lucros Distribuidos	(12.492.510,69)
Empréstimos tomados	(504.000,00)
Futuro Aumento de Capital	(504.000,00)
= Disponibilidades liquidas ger pelas (apl nas) ativ de financiamento	(12.971.477,69)
4 - Aumento (Redução) nas disponibilidades (1+/-2+/-3)	30.783,49
5 - Disponibilidades no ínicio do período	810.773,16
6 - Disponibilidades no final do período (4+/-5)	841.556,65

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração Contábil, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nova Lima (MG), 31/12/2023

Jacques Tinoco Rios
Acionista e Presidente - CPF: 585.461.546-00

Eduardo Lara E Silva
Contador - CRC: 1-MG-031372/O-1
CPF: 295.648.756-68

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em Reais (R$)

Histórico	Capital Capital Social	Reservas Capital Ágio Subscrição	Outras Reservas Adto.P/Futuro Aumento de Capital	Lucros/Prejuízos Acumulados Lucro Acumulado	Prejuízo Acumulado	Total
	2.070.040,30	1.146.060,52	780.060,50	3.808.867,74	(181.952,68)	7.607.976,13
Lucro Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	13.154.841,47	0,00	13.154.841,47
Pagamento Distribuição de Lucros conforme recibo	0,00	0,00	0,00	(12.942.510,69)	0,00	(12.942.510,69)
Valor Devolução de Aporte conforme Extrato Banco	0,00	0,00	(504.000,00)	0,00	0,00	(504.000,00)
Valor Aumento de Capital Social conf. alteração registrada sob nº 104.943.57	25.033,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.033,00
Valor Lucros Distribuidos para sócio ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2023	**2.095.073,30**	**1.146.060,52**	**276.060,50**	**4.021.198,52**	**(181.952,68)**	**7.341.339,91**

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração Contábil, levantada a partir dos documentos fornecidos pela empresa e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Constituição da empresa - A empresa foi constituída em 14/10/2010 com seu contrato constitutivo registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS do Estado de Minas Gerais, sob. nº 31300110320 em 21/01/2015 tendo como principal objetivo social explorar o ramo de Aluguel de andaimes. **2. Apresentação para as Demonstrações Financeiras -** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os ditames do ITG 1000, além dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. **3. Aplicações Financeiras -** Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;

APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	R$ 835.916,90
Banco do Brasil S/A	R$ 0,00
Banco do Brasil Simples ágil	R$ 4.123,66
Banco Santander S/A	R$ 831.793,24

4. Direitos e Obrigações - Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência. **5. Valores de Ativo Imobilizado -** Os valores dos bens do ativo imobilizados, estão escriturados pelo custo de aquisição corrigidos até o encerramento do exercício, de acordo com a legislação vigente, e devidamente retificados pela depreciação acumulada, com base nas taxas usuais aceitas pela legislação fiscal. **6. Descriminação do Ativo -** Composição do Ativo Imobilizado;

IMOBILIZADO EM GERAL	R$ 15.635.834,71
Equipamentos Processamento de Dados e Informática	R$ 39.420,62
Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	R$ 196.157,50
Móveis e Utensílios	R$ 15.539,19
Veículos	R$ 0,00
Equipamentos	R$ 15.384.717,40
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	R$ 1.046,78
Consórcios de Bens	R$ 1.046,78
(-) DEP./AMORT./EXAUST. ACUM	R$ -12.069.057,35
(-) Deprec. Equipamentos Proc. de Dados Informática	R$ -20.934,27
(-) Deprec. Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	R$ -29.626,38
(-) Deprec. Móveis e Utensílios	R$ -14.541,51
(-) Deprec. Veículos	R$ 0,00
(-) Deprec.s/Equipamentos	R$ -12.003.955,19

8. Impostos Federais - A empresa está no regime de tributação do Lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de caixa. **10. Capital Social -** O capital social é de R$ 2.095.073,30 , dividido em 2.095.073,30 quotas de R$ 1,00 cada, totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Igor Silva Maia	2.165 quotas	2.165,00
Jacques Tinoco Rios	1.711.641 quotas	1.711.641,00
Helena Teixeira Rios	182.539 quotas	182.539,00
DHX LOGISTICA EIRELI	198.728 quotas	198.728,30

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Santander | SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 27 de junho de 2024, a partir das 09h40min
2º LEILÃO: 28 de junho de 2024, a partir das 13h40min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 0010375161, firmado em 27/06/2023, com o(s) **Fiduciante(s) SILVICLEA ROSA PINHAL**, maior, inscrito no CPF n° 017.720.756-63, no dia **27 de junho de 2024, a partir das 09h40min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 191.000,00 (cento e noventa e um mil reais)**, o imóvel matriculado sob n° 111.222 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Uberlândia/MG, constituído pelo Apartamento nº 205, situado na Rua Orzinda Lemes Montana n° 280, Bloco J, Condomínio Residencial Vertentes II, Bairro Jardim Europa, em Uberlândia/MG, com área privativa de 89,063 e área total de 95,270m², com direito a vaga de garagem nº 98. Cadastro Municipal: 00.04.0402.02.09.0001.0231. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.12 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **28 de junho de 2024, a partir das 13h40min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 183.386,31 (cento e oitenta e três mil, trezentos e oitenta e seis reais e trinta e um centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.22125).

Gustavo Costa Aguiar Oliveira, Leiloeiro Oficial MAT. JUCEMG nº 507, realizará leilão online, por meio do Portal: www.gpleiloes.com.br. Abertura: 14/06/2024. Encerramento: 06/08/2024 a partir das 15:00 horas com encerramento randômico. Bens: Imóveis Comerciais em BH e Juiz de Fora. Comitente: CRA - Conselho Regional de Administração de MG e outros. Informações sobre visitação e edital completo no site ou pelo tel.: (31) 2117-9001.

HOSPITAL MATER DEI S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado – CVM nº 02569-0
CNPJ nº 16.676.520/0001-59 - NIRE 31.300.039.315

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DO HOSPITAL MATER DEI S.A.

Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), ficam os titulares das debêntures objeto da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, do Hospital Mater Dei S.A. ("Debenturistas" e "Companhia" ou "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, do Hospital Mater Dei S.A.*", celebrado em 13 de outubro de 2021 e aditado em 04 de novembro de 2021, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instrumento de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), convocados para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada exclusivamente de forma digital e remota, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, em primeira convocação, no dia **08 de julho de 2024**, às **15:00** horas, por meio da plataforma *Atlas AGM* ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia ("Assembleia" e "Ordem do Dia", respectivamente): **1.** Consentimento prévio para a alienação de ações de titularidade da Emissora, de emissão da Centro Saúde Norte S.A., conforme Fato Relevante divulgado pela Emissora no dia 30 de maio de 2024 ("Operação Permitida"), e, consequentemente, a não decretação do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 6.1.2, item "(f)" do Instrumento de Emissão; **2.** Consentimento prévio para que o conceito de "EBITDA" previsto na Cláusula 6.1.8 do Instrumento de Emissão e adotado para os fins previstos no Instrumento de Emissão, não considere os efeitos da Operação Permitida para fins de sua apuração, nos quatro trimestres subsequentes ao fechamento da Operação Permitida ("Dispensa Temporária EBITDA"). Em caso de aprovação deste item 2, fica certo que, após findo o período de Dispensa Temporária EBITDA, o conceito de "EBITDA" voltará a ser considerado como previsto na Cláusula 6.1.8 do Instrumento de Emissão; e; **3.** Autorização à Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizarem todos os atos e celebrarem todos os documentos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações previstas nos itens acima. **INFORMAÇÕES GERAIS - (A)** ***Documentos à Disposição dos Debenturistas*** - A documentação relativa à Ordem do Dia estará à disposição na sede da Companhia, bem como nos sites da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), da Companhia (ri.materdei.com.br) e do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br), para exame pelos Debenturistas. A Proposta da Administração referente à Assembleia será disponibilizada, nesta data, nos sites acima indicados, e poderá ser atualizada mediante reapresentação nos mesmos canais ("Manual"). **(B)** ***Quóruns*** - *Quórum de Instalação*. Nos termos da Cláusula 9.4 do Instrumento de Emissão, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido no Instrumento de Emissão). Se não for possível instalar a Assembleia em primeira convocação, novo edital será publicado pela Companhia e a Assembleia poderá ser instalada, em segunda convocação, com a presença de qualquer quórum. *Quóruns de Deliberação*. Nos termos da Cláusula 9.6 do Instrumento de Emissão, as deliberações sobre as matérias elencadas nos itens (1) a (3) da Ordem do Dia deverão ser tomadas tanto em primeira quanto em segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação. **(C)** ***Participação na Assembleia -*** Fica facultado aos Debenturistas, ou seus respectivos procuradores, devidamente constituídos, o proferimento do voto durante a realização da Assembleia ou por meio do envio da instrução de voto a distância ("Instrução de Voto"), conforme a seguir descrito. Observados os procedimentos previstos neste Edital de Convocação e no Manual, para participação do debenturista ou procurador na Assembleia, conforme aplicável, será exigida a apresentação dos documentos relacionados a seguir, os quais deverão ser encaminhados para (1) o e-mail da Companhia (ri@materdei.com.br) e do Agente Fiduciário (assembleias@pentagonotrustee.com.br), ou (2) por meio da Plataforma Digital, com antecedência mínima de 2 (dois) dias (ou seja, até 06 de julho de 2024) antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81: **(a)** *Pessoa física*: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(b)** *Pessoa jurídica*: (a) cópia da versão vigente de atos societários, devidamente registrados na Junta Comercial competente; (b) documentos que comprovem a representação do debenturista; e (c) documento de identidade válido e com foto do representante legal; **(c)** *Fundo de Investimento*: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e **(d)** *Representação por procurador*: quando for representado por procurador, além dos documentos indicados nos itens "(a)", "(b)" e "(c)" acima, conforme o caso, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. O instrumento de mandato (procuração) referido no item "(d)" acima, outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1° e 2° da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. Para participação e votação na Assembleia, o debenturista deverá se cadastrar, impreterivelmente até o dia 06 de julho de 2024, mediante solicitação na Plataforma da *Atlas AGM*, pela internet através do website www.atlasagm.com ou pelo aplicativo Atlas AGM disponível na *Appstore* e na Google Play Store, fornecendo as informações e documentos indicados nos itens acima diretamente na plataforma. O link para a participação da videoconferência será enviado apenas aos Debenturistas que enviarem, prévia e diretamente à Companhia e ao Agente Fiduciário ou à Plataforma Digital, conforme aplicável, os documentos acima indicados. Como anexo ao Manual pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima. (D) **Instrução de Voto:** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento e envio de Instrução de Voto, conforme instruções e orientações constantes do Manual. O debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: (i) através do preenchimento da Instrução de Voto, por meio da Plataforma Digital, pela internet através do website www.atlasagm.com ou pelo aplicativo Atlas AGM disponível na Appstore e na Play Store, anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou (ii) através do envio da Instrução de Voto devidamente preenchida, rubricada e assinada: (i) à Companhia, através do seguinte endereço: ri@materdei.com.br; e (ii) ao Agente Fiduciário, através do seguinte endereço:assembleias@pentagonotrustee.com.br, acompanhada dos documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (C) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. A Instrução de Voto poderá ser rubricada e assinada de próprio punho (não sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório), ou assinada digitalmente por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou por meio do portal "Gov.br", ou ainda, por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, nos termos do artigo 10, §1º, da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e do artigo 5º do Decreto nº 10.278/2020. O debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Companhia esclarece que, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. Esclarecimentos e o detalhamento das orientações gerais com relação ao procedimento adotado para a Assembleia serão disponibilizados no Manual. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu site de relacionamento com investidores) e/ou ao Agente Fiduciário. Os termos em letras maiúsculas que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos no Instrumento de Emissão.

Belo Horizonte/MG, 15 de junho de 2024. **HOSPITAL MATER DEI S.A.**

VIAÇÃO TRANSMOREIRA LTDA.
CNPJ 23.266.026/0001-81 - NIRE 312.0036939-9
Reunião de Sócios/ Edital de Convocação

Ficam os sócios da sociedade VIAÇÃO TRANSMOREIRA LTDA. ("Sociedade") convocados para se reunir em reunião de sócios, a ser realizada no dia 25 de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede da Sociedade, localizada na Avenida Doutor Antônio Chagas Diniz, nº 1232, bairro Cidade Industrial, em Contagem/MG, CEP 32.210-160 ("Reunião"). A Reunião terá por finalidade deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) inclusão de cláusula compromissória no Contrato Social da Sociedade; (ii) [illegible] no Contrato Social da Sociedade; (iii) adequações no Contrato Social da Sociedade [illegible] no Código Civil pela Lei nº 14.451, de 21 de setembro de 2022, bem como as melhores práticas de governança e de transferência de participação societária; e (iv) a reformulação e consolidação do Contrato Social da Sociedade, para refletir as deliberações das matérias constantes dos itens "i", "ii" e "iii" acima. Os sócios ou seus representantes legais, conforme o caso, deverão apresentar os seus respectivos documentos de identificação e/ou representação na Reunião. O sócio que for participar da Reunião por meio de procurador e/ou desejar ser acompanhado por procurador para lhe assistir durante a Reunião [illegible]. Todos os documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia encontram-se disponíveis na sede da Sociedade.
Contagem/MG, 13 de junho de 2024. Adriana Gomes Moreira.

Santander | FRAZÃO LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ON-LINE
1º LEILÃO: 03 de julho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 05 de julho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 0010344657, firmado em 22/11/2022, com a **Fiduciante JUNIA MOURA ANDRADE**, maior, inscrita no CPF nº 519.437.946-34, no dia 03/07/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais)**, o imóvel matriculado sob nº **64.065 do 7º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG**, constituído por "Apartamento nº 31, do Edifício Selênio, na Rua Selênio, nº 9, com todas as suas instalações e pertences, e a correspondente fração ideal de 1/6 do lote nº 1, do quarteirão nº 235, da Vila Alvina, com a área, limites e confrontações de acordo com a planta respectiva". **Indice Cadastral**: 491235.001.001-7. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.08 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel ocupado**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 05/07/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 174.500,00 (cento e setenta e quatro mil e quinhentos reais), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira: www.FrazaoLeiloes.com.br.** Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.22075_CL_2716-06).

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75 - NIRE: 31300011879 - Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 16 de maio de 2024, às 18:00h, ocorreu a Reunião do Conselho de Administração da Ferrovia Centro Atlântica S.A. ("Companhia" ou "FCA") com sede na Rua Sapucaí, nº 383, Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP 30.150-904. **2. CONVOCAÇÃO, PRESENÇA E INSTALAÇÃO**: Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do Estatuto Social da Companhia, ante a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Manifestaram seus votos por e-mail e por isso considerados presentes na reunião, os membros titulares: Fábio Tadeu Marchiori Gama, Joyce Andrews da Costa, Rute Melo Araújo e Paulino Rodrigues de Moura. Com a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, a reunião foi considerada regularmente instalada. **3. MESA**: Assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama, que convidou o Sr. Tomás Vaz de Oliveira Brandão para secretariar a reunião. **4. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: (i) Compra de torno TRF 1400; (ii) Compra de trilhos TR57 da FNS; (iii) Contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de Combustível (Óleo Diesel) com a Vale; (iv) a regularização e assinatura de 8 termos aditivos de prazo dos contratos de comodato entre a Vale e FCA. **5. DELIBERAÇÕES**: Após a análise e discussões, os Conselheiros, sem quaisquer ressalvas ou reservas, aprovaram, por unanimidade: 5.1. a compra, pela Companhia, de equipamento torno TRF1400 (usado) da Vale S/A.; 5.2. a compra, pela Companhia, de 177.596 toneladas de trilhos TR57 da Ferrovia Norte Sul S.A.; 5.3. a celebração, pela Companhia, de contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de Combustível (Óleo Diesel) com a VALE S.A. retroativo a janeiro de 2024 com vigência até dezembro de 2028 e obrigação de *Take or Pay* (apuração anual); 5.4. a regularização e celebração de aditivos de prazo dos contratos de comodato, pela Companhia, com a Vale, postergando a vigência dos contratos indicados a seguir de 28/03/24 até 31/12/24 e inclusão de Cláusula de Rescisão mediante acordo entre as Partes. Os contratos são (i) 98 vagões GFE de propriedade VALE; (ii) 53 vagões HAD de propriedade do DNIT e Arrendados à FCA; (iii) 1 vagão HAD de propriedade FCA; e (iv) 38 vagões GFE de propriedade FCA. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da mesa declarou encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada a presente ata, que foi lida e achada conforme e foi assinada por todos os presentes: Mesa – Fábio Tadeu Marchiori Gama, Presidente; Tomás Vaz de Oliveira Brandão, Secretário; e, Conselheiros - Fábio Tadeu Marchiori Gama, Joyce Andrews da Costa, Rute Melo Araújo e Paulino Rodrigues de Moura. Belo Horizonte/MG, 16 de maio de 2024. Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Tomás Vaz de Oliveira Brandão - **Secretário da Mesa. Certidão**: JUCEMG - Certifico registro sob o nº 11744437 em 03/06/2024 e protocolo: 243255853 em 23/05/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

HELICÓPTEROS DO BRASIL S.A. – HELIBRAS
CNPJ/MF nº 20.367.629/0001-81 - NIRE 31.300.052.184
Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Nesta data, o Conselho de Administração da **HELICÓPTEROS DO BRASIL S.A. - HELIBRAS** ("Companhia"), nos termos do artigo 123 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, e do art. 6º, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia, órgão competente para convocação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **Gilberto de Almeida Peralta**, convida os senhores acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de junho de 2024, às 10:00 horas ("AGE"), presencialmente, na filial da Helicópteros do Brasil S.A. – Helibras, localizada na Avenida Santos Dumont, 1979 – Setor C – Lote 03, Santana, Aeroporto Campo de Marte, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e por videoconferência, conforme autorizado pelo §2-A do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para exame, discussão e aprovação das seguintes matérias constantes na Ordem do Dia: (i) ratificação da quantidade de ações ordinárias da Companhia em razão do grupamento realizado conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de agosto de 2023; (ii) alteração do Estatuto Social para inclusão de previsão de distribuição intermediária de dividendos aos acionistas; (iii) distribuição intermediária de dividendos aos acionistas, mediante lucro líquido verificado durante o exercício de 2024. Os acionistas interessados em ingressar na reunião através de videoconferência deverão requerer o link de acesso através do e-mail bruno.schweter@airbus.com. Itajubá/MG, 18 de junho de 2024.
Gilberto de Almeida Peralta - Presidente do Conselho de Administração

---

Santander | FRAZÃO LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ON-LINE
1º LEILÃO: 22 de julho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 24 de julho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 0731542300010951 firmada em 31/08/2015, com o **Fiduciante EPAMINONDAS PEREIRA CHAVES**, inscrito no CPF/MF nº 190.742.636-15, no dia 22/07/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 350.982,45** (trezentos e cinquenta mil novecentos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), o imóvel matriculado sob nº **36.933 do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Ipatinga/MG**, constituído por "Apartamento nº 303, situado no terceiro pavimento à frente e lateral direita do terreno, com uma área total construída (conf. Av. 05) de 88,636m², sendo 64,14m² de área privativa, 12,00m² de garagem e 12,496m² de área comum; integrante do "Residencial Cotty", à Rua Turquesa, no bairro Iguaçu, na cidade de Ipatinga/MG e bem assim na respectiva fração ideal de terreno equivalente a 0,08553 do lote nº 06 (seis), da quadra nº 40 (quarenta), com as seguintes confrontações e medidas: frente com a Rua Turquesa, onde mede 5,00 metros; à direita com o lote 07, onde mede 17,00 metros; à esquerda em curva pela Rua Turquesa onde mede 27,84 metros e fundos com o lote 6-A, onde mede 24,00 metros; perfazendo uma área total de 330,53m²". **Cadastro Municipal**: 203.040.0006.016-0 (Av.14). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.15 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 24/07/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 237.134,04** (duzentos e trinta e sete mil cento e trinta e quatro reais e quatro centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira: www.FrazaoLeiloes.com.br.** Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21646_PDTEC_2775-02).

POLÍTICA

Lula está impressionado com subsídios no Brasil

CONTAS PÚBLICAS Informação é de ministros que participaram de reunião com o presidente da República ontem para discutir o cenário fiscal

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve uma reunião ontem com os auxiliares da área econômica para discutir o cenário fiscal e possíveis medidas de reequilíbrio para as contas públicas. De acordo com os ministros, ele chamou atenção para aspectos ligados à perda de receita e ficou impressionado com o alto nível de subsídios existentes no País.

Esta foi a primeira reunião do presidente neste ano com a chamada Junta de Execução Orçamentária (JEO), composta pela Casa Civil e pelos ministros da área econômica, para rediscutir o cenário de receitas e despesas federais. A discussão é feita enquanto o governo é pressionado pelo mercado a tomar iniciativas de redução de gastos.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou que, no plano da receita, há uma preocupação muito grande do governo com os R$ 519 bilhões em renúncias fiscais observadas em 2023. Além disso, Lula teria ficado surpreso com a queda da carga tributária no ano passado.

"A carga tributária no País caiu mais de 0,6% do PIB, o que foi considerado pelo presidente bastante significativo, à luz das reclamações que o próprio presidente nem sempre compreende de setores isolados que foram, enfim, instados a recompor essa carga tributária que foi perdida", acrescentou o ministro.

Citou a experiência do Rio Grande do Sul como exemplo, em referência ao Auxílio Reconstrução, um *voucher* de R$ 5.100 repassado pelo governo federal para as vítimas das enchentes que atingiram o estado no final de abril.

"[Tomamos] o trabalho que foi feito no saneamento dos cadastros, o que isso pode implicar em termos orçamentários, do ponto de vista de liberar espaço orçamentário para acomodar outras despesas e garantir que as despesas discricionárias continuem no patamar adequado para os próximos anos", disse Haddad.

Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) participaram da reunião da JEO ontem em Brasília FOTO: DIOGO ZACARIAS / MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

> **""A carga tributária no País caiu mais de 0,6% do PIB, o que foi considerado pelo presidente bastante significativo, à luz das reclamações que o próprio presidente nem sempre compreende de setores isolados."**
> Fernando Haddad

Segundo o chefe da área econômica, foram apresentados gráficos e dados históricos para ajudar o chefe do Executivo a "compreender a evolução das despesas e o que isso significa em termos de impacto, para que ele se familiarize com os números e uma proposta de equacionamento dessas questões."

De acordo com a ministra Simone Tebet (Planejamento), o presidente ficou "extremamente mal impressionado" com o nível de subsídios do País -correspondentes a quase 6% do PIB. Segundo ela, as soluções para equilíbrio das contas públicas serão apresentadas a Lula em uma futura reunião.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, uma ala do governo quer emplacar ações de revisão de gastos como parte da compensação à medida que prorroga a desoneração da folha de empresas e municípios, aprovada pelo Congresso Nacional.

Há o diagnóstico de que é preciso acelerar as medidas de revisão de programas sociais, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, e o seguro-defeso, para pescadores artesanais. **(Marianna Holanda e Nathalia Garcia/ Folhapress)**

Despesa da Previdência é uma preocupação

Brasília - Além das renúncias fiscais, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, chamou atenção para a preocupação com o crescimento dos gastos da Previdência, citando relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre despesas fiscais da União.

"Há uma intersecção entre os dois aumentos [renúncia e previdência], porque o aumento do gasto da previdência está relacionado também ao aumento da renúncia dos gastos tributários. Então você pega por exemplo agora esse ano a discussão da desoneração da folha dos municípios, da previdência, isso impacta no déficit da previdência", disse ela.

"Então esses números foram apresentados para o presidente, ele ficou extremamente impressionado, mal impressionado com o aumento dos subsídios que está batendo quase 6% do PIB do Brasil. Então nós estamos falando da renúncia tributária, mas também das renúncias aqui dos benefícios financeiros e creditícios", completou a ministra.

O encontro ocorre após o mercado intensificar a pressão para que o governo corte gastos, diante de crescente desconfiança dos investidores com o compromisso de Lula com o equilíbrio das contas públicas.

Na semana passada, Haddad e Tebet haviam pedido para que os técnicos do governo intensifiquem os trabalhos de revisão de gastos. A orientação foi dada enquanto o governo vive um cenário de esgotamento do apoio político a medidas de aumento de receita.

A equipe econômica chegou a discutir uma alteração nos pisos de saúde e educação, de forma a liberar recursos dessas áreas. Mas o plano foi criticado publicamente por Lula, que diz não querer fazer ajuste fiscal 'em cima dos pobres". **(Marianna Holanda e Nathalia Garcia/Folhapress)**

CÂMARA MUNICIPAL

BH pode ter 21 novas leis nos próximos dias

Nas próximas semanas, Belo Horizonte pode ter 21 novas leis. A Câmara Municipal votou em junho todas as proposições que estavam pendentes desde maio, após acordo entre as bancadas. Esses projetos de lei (PLs) já foram apreciados em 1º e 2º turnos e agora aguardam a sanção do prefeito Fuad Noman (PSD) para se tornarem leis.

Entre as proposições destacam-se matérias como o Plano Municipal de Informações e Monitoramento de Catástrofes Climáticas, a proibição da nomeação em cargos públicos municipais de condenados por crimes de raça e cor, a obrigatoriedade da apresentação do cartão de vacina para cadastro e renovação de matrícula de estudantes no Sistema Municipal de Ensino (SME), além da transformação de todos os assentos dos ônibus do transporte coletivo urbano em preferenciais.

Um dos projetos em avaliação é o PL 62/2024, que estabelece o Plano Municipal de Informações e Monitoramento de Catástrofes Climáticas (PMIMCC). Proposto pelo vereador Fernando Luiz (Republicanos), o plano visa divulgar informações sobre previsões de catástrofes climáticas, definir ações preventivas e de resposta imediata, além de medidas de médio e longo prazo para minimizar os impactos dos eventos climáticos.

Conjunto de projetos aprovados em maio pela Câmara Municipal segue para sanção do prefeito Fuad Noman FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALISSON J. SILVA

O projeto inclui diretrizes como o mapeamento de áreas de alagamento, limpeza de canais e galerias, criação de uma cartilha com direitos básicos dos afetados, capacitação da população por meio de exercícios simulados, planos de contenção para áreas de risco geológico e alternativas habitacionais seguras.

Crimes de raça - Outro projeto aguardando sanção é o PL 58/2024, do vereador Wagner Ferreira (PV), que proíbe a nomeação em cargos públicos municipais de pessoas condenadas por crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Segundo o autor, a proposta visa garantir que os ocupantes de cargos públicos estejam alinhados com valores constitucionais e éticos, contribuindo para uma sociedade justa e sem discriminações.

Já o PL 510/2023, de autoria da vereadora Professora Marli (PP), torna obrigatória a apresentação do cartão de vacina para o cadastro e renovação de matrícula de estudantes nas unidades municipais. A comprovação será feita através de uma "declaração de vacinação atualizada", emitida por um profissional de saúde habilitado, após avaliação do cartão/caderneta de vacina. O projeto prevê a dispensa da apresentação mediante atestado médico que demonstre contraindicação de vacinação.

Assentos preferenciais – Outra proposição que pode sancionada é o PL 607/2023, do vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão (MDB). O texto propõe que todos os assentos do transporte coletivo (ônibus e micro-ônibus) sejam preferenciais para idosos, pessoas com deficiência, gestantes, obesos e pessoas com crianças de colo. O projeto prevê a fixação de avisos de preferência ao longo dos veículos, nos terminais de ônibus e em locais de fácil visualização para os usuários, além da realização de campanhas educativas e de conscientização sobre o uso respeitoso e solidário dos assentos preferenciais.

Os projetos que completaram a fase de redação seguirão para apreciação do prefeito, que pode sancioná-los ou vetá-los, total ou parcialmente. **(Com informações da CMBH)**

AGRONEGÓCIO

Centro de Referência de Qualidade favorece setor

CACHAÇA Instalado na Ufla, CRAQC recebeu investimentos de R$ 3,7 milhões e foi reestruturado; unidade prestará assistência a produtores da bebiba de Minas Gerais e também do País

MICHELLE VALVERDE

Com investimentos de R$ 3,7 milhões, o Centro de Referência em Análise de Qualidade de Cachaça (CRAQC), que fica na Universidade Federal de Lavras (Ufla), foi estruturado e vai prestar assistência a produtores de cachaça de Minas Gerais e também do País. A expectativa com o centro, que tem capacidade de realizar diversas análises de qualidade das cachaças, é estimular a melhoria da bebida, promover a maior regularização da produção e contribuir para a valorização da cachaça.

O aporte do governo de Minas Gerais ocorreu por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Conforme as informações da Fapemig, o CRAQ compreende um grande complexo de laboratórios onde há o desenvolvimento das análises e pesquisas referentes à origem e formação dos principais congêneres e contaminantes da bebida. A estimativa é iniciar as análises em setembro, já que o momento agora é de testes dos equipamentos.

Ao todo, a unidade tem capacidade de emitir laudo sobre os 20 Parâmetros de Identidade e Qualidade (PIQs). Estes parâmetros são do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e fundamentais para registrar uma cachaça. A estimativa é de que quando estiver em pleno funcionamento, será capaz de prestar assistência para os produtores de Minas Gerais e do País.

Para a coordenadora do CRAQC, Maria das Graças Cardoso, a inauguração do centro, que aconteceu em abril, é a realização de um sonho e terá um papel muito relevante no desenvolvimento da produção de cachaça: "É a realização de um sonho e foi possível porque na Ufla já são realizados, há muitos anos, estudos e pesquisas que envolvem a cadeia da cachaça. Um trabalho que é atrelado ao Mapa. Contamos com pesquisadores qualificados que já desenvolveram e desenvolvem muitos trabalhos".

Diversos testes - Ainda segundo a coordenadora, o CRAQC conta com diversas salas de análises, anfiteatro e equipamentos modernos para analisar todos os parâmetros necessários da cachaça.

"Quando as análises apontam características fora dos parâmetros, o produtor é chamado e orientado em como corrigir e melhorar a produção. A consultoria é gratuita e nosso objetivo é que o produtor tenha conhecimento para fabricar a cachaça dentro dos parâmetros estabelecidos", explicou ela.

O serviço de análise é para todos os produtores de cachaça. As análises são cobradas e há emissão de laudos. A Ufla também realiza cursos para a capacitação dos produtores. Em outubro, por exemplo, dos dias 2 a 5, haverá um, no qual a capacitação dos produtores irá desde o plantio da cana-de-açúcar até a comercialização da cachaça.

"O curso é muito completo e relevante para a produção da cachaça. Além disso, esse tem um preço acessível, R$ 650, que inclui as aulas, visita em campo, ao laboratório, lanche", afirmou Maria das Graças Cardoso.

> **"Centro de Referência em Análise de Qualidade da Cachaça (CRAQC) tem capacidade de emitir laudo sobre 20 Parâmetros de Identidade e Qualidade (PIQ's), que são do Mapa"**

Estado tem mais de 1.700 produtos registrados, segundo Mapa FOTO: CARLOS ALBERTO / IMPRENSA MG

Incentivo à regularização da bebida do Estado e do País

Com a possibilidade de realizar os mais diversos testes para a qualificação das cachaças, consultorias e cursos, a expectativa é também incentivar a regularização das marcas. Apesar de Minas Gerais contar com o maior número de alambiques registrados do País, o volume ainda é pequeno quando comparado com o potencial e o número de unidades irregulares.

Segundo o Anuário da Cachaça de 2021, elaborado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), o Estado tem mais de 1.700 produtos registrados. Conforme os dados da Seapa, em 2022, Minas Gerais contava com 397 estabelecimentos produtores de cachaça com registro. Atualmente, há mais de 560 locais regularizados.

"No Estado, temos muitos alambiques dentro dos padrões exigidos. Diante das amostras testadas, temos condição de mostrar ao produtor que é possível trabalhar com qualidade e que é preciso ter o registro da cachaça. Além da segurança para o consumidor, é importante para a valorização", explicou a coordenadora Maria das Graças Cardoso. **(MV)**

MEGALEITE 2024

Negócios na exposição movimentam R$ 245 milhões

DIONE AS

A 19ª edição da Exposição Brasileira do Agronegócio do Leite (Megaleite), realizada entre os dias 11 de junho e o último sábado (15), em Belo Horizonte, movimentou pelo menos R$ 245 milhões em negócios. Esse valor representa 23% a mais em novos negócios realizados durante a maior feira de pecuária leiteira da América Latina na comparação com 2023. Em cinco dias, o evento reuniu 80 mil visitantes, 100 stands de marcas do setor e um total de 160 expositores de animais.

O presidente da Associação de Girolando, entidade organizadora da Megaleite, Domício Arruda, celebra a construção de um evento democrático para a discussão de ideais e oportunidades de fomento. "Posso considerar que o evento trouxe toda a discussão da cadeia produtiva do leite e o debate sobre políticas públicas para o setor", diz.

Ele acrescentou ainda: "Foi um evento que reuniu também à Câmara dos Deputados juntamente com as câmaras técnicas do Brasil sobre a pauta da produção de leite, com proposições sobre a qualidade de leite, e tratando de uma maneira muito forte o mercado de consumo da bebida no País e os benefícios para a população".

A Megaleite 2024 concentrou cerca de 1.500 animais entre as raças Girolando, Gir Leiteiro, Holandês, Guzerá, Guzolando, Jersey, Simental e búfalos. "A raça Girolando alcançou um alto nível de qualidade genética e está contribuindo para tornar o Brasil mais competitivo no mercado de leite", considera o especialista pecuário e jurado do evento, Celso Menezes.

Segundo ele, as vacas expostas produziram 100 kg de leite por dia. "Com todos os recordes e qualidade dos animais, a Megaleite deixa um recado ao mundo: temos recursos naturais e genéticos que permitirão ao Brasil alcançar a liderança na produção mundial de leite", conclui.

Inovação - "Um dos principais objetivos desse evento é a difusão das novas tecnologias. Estamos em um momento de grandes novidades que surgem no mercado", reforçou o presidente da Girolando.

O evento, segundo ele, tem a função de abrir espaço para inovações e ser palco para fomento de novas tecnologias que podem compreender a Inteligência Artificial (IA) e outros recursos de inovação. "Podemos destacar, dentre as novidades, as tecnologias de monitoramento de rebanhos e para estudo e análise de material genético, e também as novas tecnologias para equipamentos, que são muitas", pontuou Domício Arruda.

"As empresas que são parceiras têm o papel de trazer essas tecnologias para o evento e tivemos também as palestras com consultores do segmento. Mas, sobretudo, essas empresas parcerias buscam trazer novidades que vão desde as tecnologias voltadas aos alimentos para melhorar a qualidade animal e a qualidade do leite, até recursos para monitoramento e acompanhamento de cio, de estresse térmico, da informatização de ordenha e outros fatores por meio de colares e brincos via sinal de satélite", acrescenta.

Recordes de produção - Com números de destaque tanto em presença de público como em movimentação financeira, a Megaleite, de acordo com Domício Arruda, obteve dois recordes de produção de leite no Torneio Leiteiro da raça Girolando.

A vaca Fanny FIV Kingboy 131 FGS Sapucaia, de Laranjal, na Zona da Mata, é um destes recordes. O animal de propriedade do expositor Fernando Gonçalves dos Santos bateu o recorde que era mantido desde 2015. Fanny produziu 306,960 kg/leite, com média de 102,320 kg/leite.

Outro recorde registrado durante o Megaleite 2024 foi para a vaca jovem Tradição FIV Elixir, de Santa Luzia, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que produziu 268,670 kg/leite, com uma média de 89,557 kg/leite. De propriedade do expositor José Freire Neto, ela bateu o recorde que vinha sendo mantido desde a Megaleite 2019.

O evento também registrou um número recorde de comitivas internacionais participantes. Empresários e representantes da Índia, Colômbia, México, Equador, El Salvador, Costa Rica, Panamá, Bolívia e Venezuela estiveram na exposição em dias de imersão e de *networking*.

Para o ano que vem, a Megaleite já tem data confirmada: a 20ª edição será realizada entre os dias 17 e 21 de junho, no tradicional Parque da Gameleira, na Capital.

NEGÓCIOS

A decomposição do resultado mostra que o Brasil tem no tamanho da população e na diversidade do território os seus principais ativos FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Brasil cai em *ranking* de competitividade mundial

LADEIRA ABAIXO Posição brasileira é a mais baixa dos últimos anos, com piora em eficiência governamental e infraestrutura em relação ao ano passado

DANIELA MACIEL

Mais uma vez o Ranking Mundial de Competitividade do IMD, que conta com a parceria técnica do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral (FDC), não traz boas notícias para o Brasil. Na edição de 2024, o País caiu duas posições em relação ao ano passado, passando de 60º para 62º lugar no *ranking* geral, em um total de 67 nações avaliadas.

A decomposição do resultado mostra que o Brasil tem no tamanho da população e na diversidade do território os seus principais ativos. E quanto mais são necessários investimentos em tecnologia e inovação, piores são os resultados. Em *performance* econômica, o País ficou na 38ª posição; eficiência governamental, 65ª; eficiência empresarial, 61ª e infraestrutura, 58ª.

Os primeiros colocados do Ranking de Competitividade, pela ordem, são: Singapura, Suíça, Dinamarca, Irlanda, Hong Kong, Suécia, Emirados Árabes Unidos, Taiwan / China, Holanda e Noruega.

De acordo com o professor e diretor do Núcleo de Inovação e Tecnologias Digitais da FDC, Hugo Ferreira Braga Tadeu, o Brasil só não ficou pior porque países com economias muito mais frágeis estrearam na lista: Nigéria (64º), Gana (65º), além de Porto Rico (49º), que ficou melhor colocado.

Entre os vizinhos da América do Sul, Chile (44º) e Colômbia (57º) tiveram *performance* melhor que a brasileira. Já Peru (66º), Argentina (66º) e Venezuela (67º) - todos vivendo grave crise político-econômica - estão atrás do Brasil no Ranking de Competitividade.

"Nós pioramos porque não estamos fazendo o dever de casa. Enquanto os outros países discutem o uso da tecnologia para o desenvolvimento industrial, ainda estamos em uma agenda antiga de reformas estruturantes. Nenhuma reforma tributária, por exemplo, será boa o suficiente se não tivermos um plano estratégico de desenvolvimento para o País", alerta Tadeu.

A posição brasileira é a mais baixa dos últimos anos, com piora em eficiência governamental e infraestrutura em relação ao ano passado. Porém, ficou estável em eficiência empresarial e teve sua melhor posição (38º) em *performance* econômica.

O resultado neste último indicador pode ser explicado pelo crescimento da oferta de empregos e pela queda da inflação. Subsídios governamentais (4º), crescimento de longo prazo de emprego (5º), crescimento do PIB real *per capita* (5º), fluxo de investimento direto estrangeiro (5º) e energias renováveis (5º) são destaques positivos. Entretanto, educação em gestão (67°), habilidades linguísticas (67°), dívida corporativa (67°), habilidades financeiras (66°), educação básica e secundária (66°) e educação universitária (66°) estão entre os piores resultados do País.

"Precisamos avaliar a qualidade do nosso crescimento. O *ranking* nos mostra que os países mais competitivos estão, principalmente, na Ásia e na Europa. Em termos absolutos de crescimento econômico Estados Unidos e China puxam os resultados, mas quanto mais a análise se sofistica, mais o crescimento se volta para a Europa. São países que além de discutir, tem uma grande capacidade de implementação de planos estratégicos de desenvolvimento baseados em uma educação voltada para a tecnologia", explica.

De outro lado, o grupo dos 10 piores classificados é composto majoritariamente por países da América Latina e África, incluindo o Brasil, com alguns da Ásia e do Leste Europeu. A África do Sul, atual membro do Brics, ficou na 60ª colocação, obtendo sua melhor posição em eficiência empresarial (48º). Os africanos possuem uma economia que está em rápido crescimento com possibilidades em inúmeros segmentos, além de ser uma porta de entrada para mercados da África Subsaariana.

Na América Latina, a Argentina obteve a penúltima posição no *ranking* (66º), puxada principalmente por eficiência governamental (67º) e eficiência empresarial (66º), ressaltando a necessidade de reformas econômicas e governamentais.

Segundo Hugo Ferreira, da FDC, nós pioramos porque não estamos fazendo o dever de casa FOTO: DIVULGAÇÃO / CAROL REIS

> **"Precisamos avaliar a qualidade do nosso crescimento. O ranking nos mostra que os países mais competitivos estão, principalmente, na Ásia e na Europa"**
>
> Hugo Ferreira Braga Tadeu

Educação é chave para melhora do País nos indicadores do IMD

Entre os principais desafios do Brasil para aumentar a competitividade, o pesquisador destaca a defasagem educacional. O País ficou em 66º tanto em educação básica e secundária quanto em educação universitária. Segundo a Pnad Contínua realizada pelo IBGE, 8,8 milhões de brasileiros de 18 a 29 anos não terminaram o ensino médio e não frequentam nenhuma instituição de educação básica.

Suíça e Singapura, por exemplo, se destacam em todos os níveis de educação, ocupando a 1ª e 2ª, respectivamente. No primeiro país, os níveis de educação são altos, sendo o ensino médio um padrão para a maioria da população e a educação superior é altamente difundida. Um dos grandes destaques do sistema educacional suíço é sua flexibilidade, em que os alunos podem escolher entre uma formação profissional, em que têm experiências em empresas por meio de estágios e aulas profissionalizantes alguns dias por semana, e uma educação geral, que os prepara para o ensino superior.

A conclusão do estudo sugere que o Brasil deve ampliar os programas de educação profissional e técnica, preparando os alunos para o mercado de trabalho com habilidades práticas e teóricas. Além disso, são necessários investimentos nas infraestruturas das escolas e principalmente nos professores, por meio da sua formação e remuneração adequada. Tudo isso em um cenário pressionado pelo envelhecimento da população o que leva à diminuição do contingente de pessoas capazes de serem treinadas em um futuro próximo.

"Não temos mais tempo para discutir uma educação que não é voltada para o desenvolvimento tecnológico. Não é uma questão de quantidade de recursos. Precisamos focar na qualidade do investimento em educação no Brasil tanto na formação da mão de obra operacional como das lideranças. Formamos poucos doutores e eles estão todos na academia. As empresas não contratam doutores para desenvolver tecnologia. É um erro grave o setor privado não investir em educação, pesquisa e desenvolvimento", destaca o diretor do Núcleo de Inovação e Tecnologias Digitais da FDC. **(DM)**

ESG na gestão dos ativos imobiliários é imprescindível

COMPLIANCE Estar atento ao microambiente no qual a empresa está inserida é essencial à sobrevivência dos negócios

Nos últimos tempos muito tem se falado sobre ESG, a sigla em inglês significa *Environmental, Social and Governance*, que traduzindo para o português quer dizer Ambiental, Social e Governança. Cada um desses pilares abrange uma série de aspectos que refletem o impacto e o compromisso das organizações em relação à sustentabilidade.

Esse termo é uma evolução do *compliance*, e ganhou maior notoriedade nos anos 2000, trazendo uma abordagem mais profunda e integrada dos três temas. Seu objetivo é orientar as decisões de investimento, consumo e gestão dos negócios, pois deve atender às demandas e às expectativas dos consumidores, investidores e da sociedade.

Quando falamos em ESG e nas práticas comumente adotadas pelas empresas, a primeira coisa que nos vem em mente são as ações ligadas ao verde, assim como a inclusão de minorias. Assuntos extremamente relevantes e que devem ganhar cada vez mais espaço. No entanto, é imprescindível que as empresas olhem para seu microambiente, e nesse sentido é primordial falarmos de ESG na gestão dos ativos imobiliários e suas permissões públicas obrigatórias.

"A gestão dos ativos imobiliários (imóveis, próprios ou locados), e das permissões públicas obrigatórias (licenças, alvarás, aprovações) é um fator crítico, na medida em que permeia não só o aspecto da governança, como também as questões ambientais e sociais", explica Fábio Ramos, diretor-geral da Plenno Arquitetura, empresa especializada em Arquitetura Legal e Real Estate Compliance.

> **"O ESG no âmbito imobiliário faz parte do antes, do durante e do depois de todo e qualquer tipo de empreendimento ou projeto de ocupação urbana, independentemente do seu porte ou perfil"**
> Fábio Ramos

Quando falamos do primeiro pilar (Ambiental), é preciso pensar além das ações que visam à proteção e utilização de recursos naturais, pois esse tópico refere-se a todo contexto de ambiente na qual a organização está inserida.

Existem inúmeras corporações que realizam ações de neutralização de carbono, por exemplo, mas, em contrapartida não cumprem as regras de poluição visual vigentes em seu território, como seguir padrões específicos de tamanho e modelo permitido para fachada.

"Com a evolução das cidades, vemos a degradação do meio ambiente por meio da abundância de imagens, cores, placas, setas, outdoors, faixas etc. Esse tipo de poluição não afeta somente o visual das cidades, mas também a saúde de toda sua população. Por isso, é preciso se adequar as regras baseadas na função social da propriedade, bem como na defesa do meio ambiente e do consumidor", ressalta Ramos.

Já no segundo termo que forma a sigla ESG - o Social - como próprio nome sugere, podemos destacar seu compromisso com a sociedade. Algumas práticas relacionadas a esse pilar são: a representatividade e inclusão de minorias; o combate a questões de preconceitos; entre outras. Entretanto, é fundamental prezar pela preocupação com o bem-estar coletivo de outros modos.

De acordo com o especialista da Plenno Arquitetura, "desde a instituição da lei federal 10.098 há quase 25 anos, todos os projetos arquitetônicos e urbanísticos realizados no Brasil devem seguir os princípios do Desenho Universal e atender à ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. O objetivo dessas diretrizes é democratizar o uso dos espaços e objetos, eliminando barreiras e obstáculos que prejudiquem a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida".

A segurança e a autonomia de todas as pessoas deveria ser um dos principais temas tratados pelas empresas, mas há muitas organizações que apesar de investirem em projetos grandiosos, sequer possuem certificado de acessibilidade em seu imóvel, afinal, esse tema vai muito além da mera construção de rampas ou de corrimões.

No terceiro e último pilar tratamos das práticas de administração e governança das empresas, como sua política de transparência; gestão de riscos; etc. Portanto, devemos considerar aqui não só a adoção de boas práticas administrativas, mas também todos os alvarás e licenças necessárias para o funcionamento do negócio.

"O ESG no âmbito imobiliário faz parte do antes, do durante e do depois de todo e qualquer tipo de empreendimento ou projeto de ocupação urbana, independentemente do seu porte ou perfil. É essencial olhar para os riscos físicos, legais e regulatórios que envolvem uma boa gestão como um todo", ressalta Ramos.

Esses três princípios, interligados, buscam equilibrar as diretrizes econômicas, sociais e ambientais, promovendo organizações financeiramente prósperas que desempenham papel ativo na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Sua adoção não apenas fortalece reputações, mas também contribui para um ambiente de negócios mais resiliente e responsável.

Infelizmente, algumas empresas usam o ESG como uma estratégia de *marketing* para atrair consumidores e investidores, mas na prática não adotam medidas efetivas, principalmente em relação ao seu ambiente primário. Essa prática é chamada de *greenwashing*, ou seja, é uma forma de enganar o público,

Segundo o profissional da Plenno, "aplicar uma agenda ESG em sua plenitude, abrangendo toda a gestão de ativos imobiliários não deveria ser um diferencial e, sim, uma obrigação. Afinal, uma empresa que preza por essa agenda, mas a implementa de maneira insuficiente nesse âmbito, não pode ser intitulada como uma organização ESG".

A incorporação dos critérios de ESG na estruturação de qualquer empreendimento visando à gestão dos ativos imobiliários e suas permissões públicas obrigatórias parece ser o único caminho realmente responsável a ser seguido.

Infelizmente, algumas empresas usam o ESG como uma estratégia de marketing para atrair consumidores e investidores, mas na prática não adotam medidas efetivas, principalmente em relação ao seu ambiente primário FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

ISP impulsiona sustentabilidade corporativa

O Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) lançou o estudo "Investimento Social Privado: estratégias que alavancam a agenda ESG", que aponta a correlação existente entre boas práticas de ISP e a Agenda ESG, a partir da análise das notas do Índice de Sustentabilidade Empresarial, o ISE B3, o maior índice de sustentabilidade do país. O levantamento analisou o triênio 2022-2024 das empresas que fazem parte do indicador e, durante o período avaliado, a prática de Investimento Social Privado manteve-se sempre entre os 10 tópicos que possuem maior correlação com a nota do ISE B3, o que demonstra que empresas que têm um bom desempenho em ISP tendem a ter bons resultados em sustentabilidade empresarial como um todo.

A análise dos dados reforça a tese de que é preciso conectar as ações de ISP das empresas com desafios e o propósito das marcas, buscando uma atuação estratégica que considere aspectos materiais do negócio e um bom mapeamento de partes interessadas e diferentes formas de engajá-las. "Dedicamos esforços para que o estudo também funcionasse como um guia orientador para as empresas avaliarem suas práticas e prioridades de investimento social privado, engajamento de *stakeholders* e relacionamento com comunidades relacionadas à Agenda ESG. O resultado são dados e informações fundamentais para estimular mudanças que beneficiem não apenas as próprias empresas, mas também os parceiros e as comunidades envolvidas", explicou e gerente de projetos e líder do núcleo ESG do Idis, Marcelo Modesto.

A performance em ISP e Cidadania Corporativa das empresas respondentes do ISE B3 ocupou a segunda maior correlação em 2022. Em 2023, o ISP apareceu no quinto lugar; e em sexto lugar, em 2024, mantendo-se no topo do *ranking*. Além disso, as empresas que afirmaram dar importância ao protagonismo de atores locais da sociedade civil em suas ações de ISP demonstraram uma performance consideravelmente superior em comparação com aquelas que não consideram esse aspecto.

Entre as ações de ISP adotadas por empresas, a prática de avaliação de projetos apoiados foi a que apresentou o maior crescimento no triênio, evidenciando sua valorização. Já a garantia de autossuficiência para organizações e auditoria para projetos apoiados são as práticas menos adotadas. O estudo mostra, aliás, que empresas que avaliam o resultado de suas iniciativas de ISP também apresentaram uma performance superior no índice como um todo: Entre 2022 e 2024, houve um aumento significativo nas notas das empresas que dizem avaliar o resultado de iniciativas apoiadas por meio do Investimento Social Privado. A diferença da nota mediana daquelas que não adotam essa prática chega a 20 pontos para mais, entre as organizações que possuem políticas de avaliação.

PROJETO PRESERVA

JULIANA PERDIGÃO

Jornalista e diretora do Projeto Preserva, plataforma com foco em meio ambiente e cultura

A década da restauração dos biomas

Começamos hoje, nesta COLUNA, o cultivo gradual de um espaço para falar sobre meio ambiente. Estreamos no site do Diário do Comércio no "Dia Mundial de Combate à Desertificação" e, não por acaso, a desertificação também foi o tema do "Dia Mundial do Meio Ambiente", no último 5 de junho. Ainda estamos imersos nas notícias sobre as consequências das enchentes no Rio Grande do Sul, mas é urgente olhar para a ameaça silenciosa da desertificação.

A desertificação é a degradação do solo acelerada pelo manejo errado, pelo aquecimento global e pelo desmatamento, que já comprometem 40% das terras de todo o planeta, como informa a ONU. Por isso existe uma coalizão global que mobiliza capital político, técnico e financeiro para preparar o mundo para secas mais severas e o Brasil aderiu a esse grupo na última semana. O País integra, desde 10 de junho, a Aliança Internacional para a Resiliência à Seca.

Há muito trabalho a fazer: no Brasil, 1,4 milhão de quilômetros quadrados de terras em 13 estados estão vulneráveis à desertificação, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Mesmo assim, o desmatamento avança no País: nos últimos cinco anos, o Brasil perdeu vegetação nativa em quantidade que corresponde a duas vezes a área do estado do Rio de Janeiro, segundo o Relatório Anual de Desmatamento, do MapBiomas.

Uma das soluções contra a desertificação é restaurar o que foi degradado. Só no Brasil, estamos falando da meta de recuperar 12 milhões de hectares de florestas, mas o chamado para salvar os biomas é mundial e já existe desde 2021. É a "Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas". O objetivo é prevenir, interromper e reverter a degradação dos ecossistemas em todos os continentes e oceanos até 2030.

Segundo a ONU, a restauração pode combater as mudanças climáticas e prevenir uma extinção em massa. As soluções precisam ser coordenadas entre países, empresas e organizações mundiais. Localmente, gestores públicos e privados precisam se responsabilizar.

É hora de acelerar essas iniciativas. E podemos nos perguntar: em nossa cidade ou região, quais são os projetos de restauração ambiental? Em recente conversa com a doutora em Geografia, Carla Wstane, diretora técnica do Instituto Guaicuy, abordamos de que forma uma cidade pode implementar o conceito de restauração ambiental. Repensar o modelo de construção baseado na impermeabilização do solo é o primeiro passo, ela nos disse. Em Belo Horizonte, já existem exemplos que indicam o caminho certo.

Quinzenalmente, vamos trazer aqui os desafios, mas também as soluções já implementadas localmente ou globalmente. Ao ver tantos números preocupantes de degradação no planeta, ondas de calor, enchentes, desertificação, podemos ser tomados por um sentimento de impotência. Mostrar o que está sendo feito e o que pode dar certo em outra cidade ou região, também é a forma como este espaço poderá, a partir de agora, semear um pouco de esperança.

CURTAS

Mater Dei Contorno celebra 10 anos

Há uma década, a Rede Mater Dei de Saúde inaugurava sua unidade na avenida do Contorno, em Belo Horizonte, o Mater Dei Contorno. A ideia surgiu da necessidade de ampliar a capacidade operacional da unidade Santo Agostinho, inaugurada na ocasião há 34 anos. Mas muito além desse objetivo, a nova unidade deu origem à Rede Mater Dei, hoje composta por nove hospitais sediados em Minas Gerais, Feira de Santana, Salvador, e Goiânia. Além desse marco, a unidade alcançou diversas conquistas, incluindo a aquisição do Robô Da Vinci, a inauguração do Hospital Integrado do Câncer, da Unidade de Mastologia, da Unidade de Queimados, o Transplante de Medula Óssea e a implantação do Serviço Integrado de Nefrologia. A infraestrutura do Mater Dei Contorno também passou por melhorias na última década, incluindo a ampliação do parque da medicina diagnóstica, a construção da segunda hemodinâmica, a abertura de novos apartamentos e leitos de terapia intensiva, entre outros avanços.

Orguel reforça estratégia de expansão até 2030

A Orguel, empresa de locação de equipamentos e soluções de engenharia, está comemorando seis décadas de sucesso e inovação, e anunciou na última semana o rebranding de sua marca, refletindo seu compromisso constante com a excelência e uma visão positiva de futuro. Segundo a empresa, a mudança está sendo implantada, com a participação direta de gestores e colaboradores. Desde sua fundação, a Orguel tem sido uma parceira inovadora para projetos de engenharia em todo o Brasil e na América Latina, seja fornecendo equipamentos de alta qualidade ou apresentando soluções personalizadas, o que contribui para sua sólida reputação conquistada ao longo dos anos. Atualmente, alinhada ao seu planejamento estratégico, a Orguel se dedica à elaboração de soluções cada vez mais amplas e avançadas de engenharia para atender aos atuais clientes e alcançar novos segmentos.

Aplicativo faz o salário dos trabalhadores render mais

Poder comprar produtos e utilizar serviços de mais de 5 mil marcas em 25 mil estabelecimentos de todo o país a valores mais baixos que o convencional. Colaboradores das empresas que oferecem SalaryFits já podem usufruir desse benefício. A fintech, que auxilia o RH a otimizar o poder de compra dos seus funcionários através de um amplo portfólio de benefícios com as melhores condições do mercado, atende hoje mais de 400 empresas públicas e privadas e faz a gestão destes produtos e serviços através do desconto direto na folha de pagamento. Sempre alinhada às melhores práticas do universo corporativo e buscando se antecipar às necessidades do RH e dos colaboradores, a empresa acaba de lançar o Clube de Descontos dentro de seu aplicativo, onde oferece cupons para compras em supermercados, farmácias, postos de gasolina, comércio em geral, e a serviços de saúde, bem-estar, beleza, educação, dentre outros, de forma a contemplar as mais diversas necessidades. A SalaryFits tem sede em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e atua também no Reino Unido, Itália, México e Portugal.

Certimine lança novo posicionamento

A Certimine, *startup* pioneira na certificação de mineradoras no Brasil, anunciou a remodelação do selo utilizado para reconhecer empresas que cumprem os padrões internacionais de qualidade e garantem a procedência legal dos recursos extraídos pela indústria. O novo selo foi criado em forma de uma pepita de metal, simbolizando a pureza e o valor dos recursos extraídos de maneira responsável e ética. Ele representa o processo de estruturação da base da mineração, etapa por etapa, até a produção de mais minérios, refletido em seu formato circular.

Voll prevê faturamento de R$ 1,3 bilhão em 2024

AGÊNCIA DE VIAGENS Com esse resultado empresa, sediada em Belo Horizonte, deve superar em 90% resultado alcançado em 2023

MICHELLE VALVERDE

A retomada do turismo e o aumento dos eventos corporativos estão gerando bons resultados para a mineira Voll, agência digital de viagens e despesas corporativas. Com soluções que atendem as grandes empresas nacionais, a Voll deve encerrar o ano com um faturamento de R$ 1,3 bilhão, superando, assim, em 90% o resultado de 2023.

De acordo com o CEO e cofundador da Voll, Luciano Brandão, as tecnologias desenvolvidas pela empresa permitem reunir em um só espaço todos os serviços e despesas relacionados às viagens corporativas.

Em 2023, após a empresa receber um aporte financeiro da Localiza, que se tornou sócia, a funcionalidade do aplicativo da empresa foi ampliada. Se antes já era possível resolver toda a mobilidade das viagens de forma unificada e digital, com o aporte, os pagamentos das despesas ao longo da viagem também passaram a integrar o serviço.

"A princípio, nossa ferramenta abrangia mobilidade, mas nossa ideia era criar uma solução que permitisse que o cliente corporativo viajasse sem a carteira, que ele pudesse resolver tudo com o aplicativo da Voll. Então, construímos a jornada das despesas corporativas. Recebemos uma capitalização da Localiza, o que permitiu o desenvolvimento dos produtos. Viabilizando, assim, a etapa de solução de meios de pagamento de despesas corporativas pelo aplicativo. Fechamos o ecossistema e permitindo, assim, que as empresas tenham uma solução unificada, com jornada única".

Diferencial - Com o uso da ferramenta da Voll, há um ganho importante na gestão, nos custos e no tempo. Com a tecnologia, a Voll já atende as maiores empresas do País, permitindo um melhor gerenciamento das viagens corporativas. Todo o processo é realizado por um aplicativo, de forma digital.

A ferramenta concentra em um só espaço todos os serviços e despesas que o viajante precisará durante a sua jornada, desde os custos com alimentação, combustível, até voos e hospedagem. Tudo é contratado e pago pelo próprio aplicativo, evitando a necessidade de reembolso da empresa para o funcionário.

Com o uso da ferramenta da Voll, há um ganho importante na gestão, nos custos e no tempo, fora um melhor gerenciamento das viagens corporativas FOTO: HENRIQUE COELHO

Brandão: construímos a jornada das despesas corporativas FOTO: DIVULGAÇÃO / VOLL

> **"Nosso objetivo para os próximos anos é nos tornarmos líderes do mercado. Para isso, definimos pilares estratégicos. O crescimento é um deles"**
> Luciano Brandão

Além de facilitar o processo para os funcionários, a ferramenta traz mais governança para as empresas. Todos os custos são rastreáveis e as despesas concentradas em apenas um boleto, gerando grande eficiência para a empresa. O uso da tecnologia permite uma economia de até 30% nas viagens.

"Desenvolvemos uma solução de viagens corporativas digital que torna a experiência do viajante muito mais amigável, reunindo em um só espaço os serviços que ele precisará durante a jornada, como alimentação, transporte, voos, hospedagens. Ao mesmo tempo, nossa solução gera para as empresas uma maior governança, um controle mais efetivo dos custos e economia".

Com a solução, a Voll atende mais de 700 mil usuários. Em 2023, a empresa registrou 4,8 milhões de transações. A Voll tem sede em Belo Horizonte e para o crescimento dos negócios abriu uma unidade em São Paulo, o que facilita o acesso às grandes empresas.

Expectativas - As expectativas são positivas para 2024. A estimativa é chegar a 6,3 milhões de operações em todo o Brasil e também na América Latina. Com a expansão da atuação e aumento dos serviços prestados, a previsão é ampliar em 90% o faturamento em 2024, alcançando, então, R$ 1,3 bilhão.

Hoje, a Voll atende grandes empresas de variados segmentos, entre elas estão o Banco Itaú, Nubank, iFood, CPFL, Localiza e Andrade Gutierrez.

O objetivo, segundo Brandão, é crescer ao longo dos próximos anos, chegando à liderança do mercado. "Nosso objetivo para os próximos anos é nos tornarmos líderes do mercado. Para isso, definimos pilares estratégicos. O crescimento é um deles, queremos que os negócios cresçam de forma sustentável e consistente".

Conforme Brandão, a escalabilidade também é um dos pilares. A estratégia, segundo ele, é crescer de forma escalada, a passos consistentes e enxergando uma construção de valor de longo prazo, 10 a 15 anos. Também são premissas da empresa a segurança de dados e a qualidade dos serviços prestados.

PESQUISA

Falta de engajamento é desafio global

O cenário atual do engajamento dos funcionários em âmbito global é motivo de preocupação e reflexão para líderes e gestores em todas as esferas organizacionais. Com base nos dados mais recentes da pesquisa "State of the Global Workplace" conduzida pela consultoria Gallup, o engajamento dos colaboradores estagnou em 2023, permanecendo em um modesto 23%.

Esse cenário é acompanhado por uma maioria expressiva de trabalhadores que não se sentem envolvidos em suas atividades diárias, representando 62% do total, enquanto outros 15% estão ativamente desengajados.

O relatório indica que a falta de engajamento dos funcionários não é uma mera inconveniência, mas sim uma perda significativa para a economia global. Estima-se que essa lacuna represente cerca de R$ 48 bilhões em prejuízos, o equivalente a 9% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

Para Luciana Lima, professora do Insper e especialista em liderança e gestão de pessoas, "o baixo envolvimento dos funcionários é um problema complexo que requer uma abordagem multidisciplinar por parte das empresas". Essa falta de engajamento não é apenas uma questão interna, seus impactos são tangíveis e têm repercussões econômicas substanciais, como revela a pesquisa.

O estudo ainda aponta para outra questão delicada: a solidão no ambiente de trabalho. Cerca de um em cada cinco funcionários relatou sentir-se solitário, sendo que essa condição é mais prevalente entre pessoas com menos de 35 anos e trabalhadores remotos.

"A solidão crônica pode ter sérios impactos na saúde mental e no desempenho dos colaboradores. Portanto, é fundamental que as empresas adotem medidas para promover a conexão e o apoio entre os membros da equipe", alerta Luciana Lima.

A Gallup aponta ainda que colaboradores descontentes com suas ocupações são propensos a experimentar níveis elevados de estresse diário, juntamente com uma série de outras emoções negativas. "Embora nem todos os problemas de saúde mental estejam diretamente ligados ao ambiente de trabalho, ele é um fato nas avaliações da qualidade de vida e nas emoções cotidianas", observa a especialista.

Outro aspecto destacado pela consultoria é a influência dos gestores no engajamento dos funcionários. Quando os líderes demonstram engajamento, os colaboradores têm mais probabilidade de se envolverem em suas atividades. "Isso ressalta a importância das empresas terem líderes capacitados, empenhados e bem formados que estejam comprometidos com o bem-estar geral do negócio e da equipe", observa Luciana Lima.

Compreender as causas e os impactos desse baixo engajamento é fundamental para promover mudanças significativas e construir ambientes de trabalho mais saudáveis e produtivos. "É emergente que as organizações se atentem para esses fatores, não apenas para garantir a longevidade e o sucesso do negócio, mas também para promover o bem-estar e satisfação dos próprios colaboradores", conclui a especialista em Liderança e Gestão de Pessoas do Insper.

LEGISLAÇÃO

Relator muda projeto de regulamentação de motoristas de aplicativo

TRABALHO **Percentual de contribuição previdenciária é reduzido de 7,5% para 5%**

São Paulo - A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados começou a analisar, na última terça-feira (11), o substitutivo ao projeto de lei de regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativos. A medida enviada pelo governo federal em março foi alterada pelo relator, deputado Augusto Coutinho (Republicamos-PE).

Dentre as principais mudanças estão a diminuição do percentual de contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de 7,5% para 5% e a estipulação de percentual no limite de 30% na taxa de intermediação das plataformas sobre o valor arrecadado nas corridas. Pela proposta, 30% ficam com a empresa e 70%, com o motorista.

O projeto foi retirado de pauta e ainda deverá ser votado na comissão. A principal mudança em relação à proposta inicial está na criação do limite de 30% na taxa de intermediação das plataformas sobre o valor arrecadado nas corridas. Pela proposta, 30% ficam com a empresa e 70%, com o motorista.

A Associação de Motoristas de Aplicativo de São Paulo (Amasp) afirma possuir ressalvas em relação à taxa de intermediação das plataformas: "Várias empresas como a Indrive, por exemplo, cobram 10% de taxa do motorista e, mesmo assim, sobrevivem no mercado, acreditamos fielmente que 30% ainda é muito a ser cobrado", disse a associação em nota.

O objetivo da alteração é garantir mais transparência na relação com as empresas, além de aumentar a renda dos trabalhadores. A atual falta de parâmetros na taxa de intermediação é objeto de queixas dos profissionais, que reclamam da cobrança de taxas superiores a 40%.

"Construímos um parecer voltado a garantir mais transparência e segurança à atividade, mantendo sua viabilidade econômica. Os aplicativos são uma realidade do dia a dia da população e é função do Congresso Nacional fazer a regulamentação", disse o relator.

No entanto, a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que representa os principais aplicativos de transporte, como Uber e 99, afirma haver preocupação em relação às novas propostas feitas na Câmara.

A entidade diz que a comissão está debatendo temas que não foram discutidos no grupo de trabalho integrado por representantes dos trabalhadores, das empresas e do governo. O grupo teve encontros periódicos por nove meses em 2023.

"O controle de preços dos serviços prestados pelas plataformas é inconstitucional e vai aumentar os custos para o consumidor", diz Amobitec. A associação afirma ainda que o projeto de regulamentação, da forma como está sendo modificado, cria um precedente negativo também para outras atividades econômicas.

Outra mudança feita pelo relator foi a alteração da alíquota de contribuição ao INSS. A proposta inicial era de recolhimento de 27,5% do valor das corridas como pagamento previdenciário, sendo 20% das empresas e 7,5% dos trabalhadores. Agora, a proposta é de arrecadar mais das empresas. Os percentuais seriam de 5% para os trabalhadores e 22,5% para as corporações.

MEI - Apesar da alteração favorável aos motoristas, a entidade que os representa os trabalhadores no estado de São Paulo se posicionou contra a proposta. A associação defende que o melhor formato para a classe é a contribuição como microempreendedor individual (MEI).

O projeto substitutivo manteve o valor da hora mínima proposto pelo governo, por meio da comissão tripartite, de R$ 32,10, que tem como base o salário mínimo nacional, hoje em R$ 1.412. Desse total, R$ 8,03 são referentes aos serviços prestados. Os outros R$ 24,07 serão para cobrir custos. **(Felipe Bramucci e Ítalo Leite/Folhapress)**

O deputado Augusto Coutinho alterou o projeto de lei do governo federal, enviado em março, na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços FOTO: VINICIUS LOURES / CÂMARA DOS DEPUTADOS

> **"Construímos um parecer voltado a garantir mais transparência e segurança à atividade, mantendo a visibilidade econômica. Os aplicativos são uma realidade do dia a dia e a função do Congresso Nacional é fazer a regulamentação"**
>
> Augusto Coutinho

INSS

Ministro defende vinculação de benefícios

Brasília - O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, defende a vinculação das aposentadorias e dos benefícios assistenciais ao salário mínimo e propõe aos críticos a realização de um plebiscito sobre o tema para saber a avaliação da população, boa parte dela beneficiária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

"Se algum cidadão do planeta chamado Brasil achar que não deve pagar mais do que o aumento real mais a inflação ao aposentado, ao pensionista, faz um plebiscito. Vamos ouvir a população. Acha justo pagar o BPC (Benefício de Prestação Continuada, também vinculado ao mínimo)? Se não achar, eu recuo", afirma em entrevista à reportagem.

O ministro alerta para a necessidade de cautela nas discussões envolvendo a Previdência, tanto em relação às vinculações quanto na aprovação de novos direitos ou desonerações. Ele critica o Congresso Nacional pelo corte na alíquota de contribuição dos municípios ao INSS.

"Todo mundo quer ter mais direito da Previdência e melhorar salário, mas quer ao mesmo tempo dar isenção. Que mágica é essa? Precisamos ter mecanismos para não ter o Estado como algoz, mas que ele também não seja a vítima, a viúva eterna", diz.

Segundo Lupi, o esforço de redução das filas de espera deve levar o INSS à marca de 40 milhões de beneficiários nos próximos meses, quase 20% da população brasileira. Ele reconhece que o resultado é uma despesa maior para o governo, mas afirma que o tema não se resume a grandes números.

"Hoje, 65% dos municípios só sobrevivem por causa do dinheiro da Previdência. Imaginar que isso é despesa é considerar o ser humano uma cadeira, uma mesa, e não é. Segundo, é o dinheiro que volta para o governo. Se o cara compra um cafezinho, tem imposto embutido, volta para o próprio governo", afirma.

A desvinculação das aposentadorias foi defendida em maio pela ministra Simone Tebet (Planejamento) em entrevista ao jornal Valor Econômico, mas a ideia foi rejeitada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), dada a sensibilidade política do tema.

Desde então, Tebet centrou a defesa da desvinculação em outros benefícios, como BPC, abono salarial e seguro-desemprego.

Mas os gastos com a Previdência continuam no foco da equipe econômica, que almeja implementar uma agenda de revisão de gastos para conter a trajetória de crescimento desta que é a maior despesa primária do Orçamento.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê gastar R$ 917,8 bilhões com benefícios previdenciários neste ano, R$ 9,1 bilhões a mais do que o aprovado inicialmente no Orçamento. Cálculos mais conservadores da área técnica indicaram o risco de pressão adicional de mais R$ 12 bilhões, até agora não incluídos nas estimativas oficiais.

No BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, a previsão atual de gasto soma R$ 105,1 bilhões.

Dois fatores principais impulsionam essas despesas: a retomada da política de valorização do salário mínimo, com reajustes acima da inflação, e o programa de enfrentamento às filas do INSS, que amplia as concessões.

Dois terços dos benefícios da Previdência e 100% do BPC pagam o equivalente a um salário mínimo, hoje em R$ 1.412. Neste ano, o ganho foi de 3% acima da inflação, mais do que a alta real de 2,5% do limite total de gastos previsto no arcabouço fiscal. **(Idiana Tomazelli/Folhapress)**

CURTAS

Cobrança de INSS sobre terço de férias

O Supremo Tribunal Federal (STF) finalizou o julgamento que legitima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, que será cobrado a partir de 15 de setembro de 2020, quando a contribuição passou a ser considerada válida pela Corte. Segundo o STF, as contribuições que já foram pagas e sem questionamentos na Justiça ou na administração não serão devolvidas pela União. A Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat) projetou que o impacto financeiro caso a modulação não fosse definida seria de até R$ 100 bilhões. "A declaração de constitucionalidade declarada em 2020 provocou uma quebra de jurisprudência porque desde 2014 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu entendimento em sentido contrário, de que o terço não poderia sofrer a tributação, avalia o o advogado especialista em direito tributário Fellipe Cianca Fortes, do escritório Balera, Berbel & Mitne Advogados.

Prazo de concessão de portos secos

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o prazo máximo para a concessão de portos secos é de 25 anos e sua eventual prorrogação é de dez anos. Respeitados esses limites, cabe à administração pública definir, em cada caso, o prazo de duração contratual e, se for o caso, o de sua prorrogação. Assim, os prazos podem ser inferiores aos previstos na Lei 9.074/1995, na redação dada pela Lei 10.684/2003. Na conclusão do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3497, o plenário entendeu, ainda, que somente podem ser prorrogados os contratos precedidos de licitação. A prorrogação não pode ser automática e deve ser formalizada por meio de aditivo contratual. A medida, ainda, deve ser justificada, e a prorrogação deve respeitar o prazo máximo de dez anos.

Isenção tributária a agrotóxicos

O Supremo Tribunal Federal (STF) fará uma audiência pública para debater a isenção tributária a agrotóxicos. O pedido foi feito na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5553 pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol) e aprovada pelo relator, ministro Edson Fachin, e pelo plenário da corte. A data será ainda marcada. Na ação, o Psol questiona cláusulas do Convênio 100/1997 do Confaz que reduz em 60% a base de cálculo do ICMS dos agrotóxicos e autoriza os estados a concederem isenção total do imposto nesses produtos. Fachin propôs ao tribunal a realização de uma audiência pública sobre o tema. Como o julgamento havia sido iniciado no plenário virtual, o relator entendeu que era melhor uma deliberação colegiada sobre o pedido antes de autorizá-lo. O plenário acolheu a sugestão.

Informações dos planos de saúde

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 1175) será julgada pelo plenário do STF diretamente no mérito, sem exame prévio do pedido de liminar. Na ação, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) questiona entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que permitiria aos planos de saúde obter informações sobre o patrimônio genético das pessoas antes de fechar contratos. Em seu despacho, Toffoli ressalta que a medida é necessária em razão da relevância da questão debatida na ADPF. Toffoli também pediu informações ao STJ, que devem ser prestadas em dez dias, e à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no mesmo.

Copom deve manter a taxa Selic em 10,5% ao ano

POLÍTICA MONETÁRIA Instituições consultadas pelo Botetim Focus apostam na interrupção do ciclo de corte nos juros básicos da economia

O Copom do Banco Central se reúne hoje e amanhã para definir o percentual da taxa básica de juros, sob a pressão da piora do cenário econômico do País FOTO: RAFA NEDDERMEYER / AGÊNCIA BRASIL

Brasília - Instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) esperam pela manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 10,5% ao ano, nesta semana. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reúne-se hoje e amanhã para definir os juros básicos da economia. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo BC com a expectativa para os principais indicadores econômicos.

Em sua última reunião, no início de maio, o Copom reduziu a taxa pela sétima vez consecutiva, para 10,5% ao ano. No entanto, a velocidade do corte diminuiu. De agosto do ano passado até março deste ano, o Copom tinha reduzido os juros básicos em 0,5 ponto percentual a cada reunião. Nesta última vez, a redução foi de 0,25 ponto percentual.

Além disso, os membros do colegiado mostraram preocupação com as expectativas de inflação acima da meta e, "em meio a um cenário macroeconômico mais desafiador do que o previsto anteriormente", não previram novos cortes na taxa Selic. A extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa, segundo a ata da última reunião, "serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta".

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 10,5% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 9,5% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida novamente, para 9% ao ano.

> **"O Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços dos alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, a taxa foi mantida em 13,75%"**

Meta - A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia da Covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021. **(ABr)**

Previsão do mercado para IPCA sobe para 3,96% neste ano

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do País – apresentou elevação, conforme o Botetim Focus, passando de 3,9% para 3,96% este ano. Para 2025, a projeção da inflação também subiu de 3,78% para 3,8%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo Banco Central (BC). Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

Em maio, pressionada pelos preços de alimentos e bebidas, a inflação do país foi 0,46%, após ter registrado 0,38% em abril. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, em 12 meses, o IPCA acumula 3,93%. **(ABr)**

PIB - A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano teve variação negativa, de 2,09% para 2,08%. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro estima expansão do PIB também em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatítica (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R$ 5,13 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda norte- americana fique em R$ 5,10. **(ABr)**

IGP-10 registra alta de 0,83% em junho, abaixo do esperado

São Paulo - O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) registrou alta de 0,83% em junho, depois de avançar 1,08% no mês anterior, em resultado abaixo do esperado, de acordo com os dados divulgados ontem segunda-feira pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Com isso, o IGP-10 passa a subir 1,79% em 12 meses. A expectativa em pesquisa da Reuters para a leitura mensal era de avanço de 0,95%.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60% do índice geral, teve alta de 0,88% em junho, depois de subir 1,34% no mês anterior.

"O índice ao produtor antecipa os impactos que chegarão ao consumidor. Três alimentos importantes se destacaram entre as maiores influências do IPA: batata-inglesa, carne bovina e leite in natura", disse André Braz, economista do FGV Ibre. Os preços desses itens subiram respectivamente 40,30%, 3,09% e 2,71%

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-10), que responde por 30% do índice geral, registrou a alta de 0,54% no mês, depois de alta de 0,39% em maio.

No IPC, destacaram-se a aceleração do aumento de preços dos grupos de Alimentação (0,53% para 0,97%), Educação, Leitura e Recreação (-0,51% para 0,22%), Habitação (0,26% para 0,52%) e Despesas Diversas (0,16% para 0,35%).

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-10), por sua vez subiu 1,06% em junho, depois de uma alta de 0,53% em maio.

O IGP-10 calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência. **(Reuters)**

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

CRISTIANE LEITE

Jornalista. Planejadora financeira. Possui experiência em atendimentos individual e familiar. Pós-graduada em planejamento financeiro e em gestão estratégica de comunicação

Jogos eletrônicos: qual o impacto do vício em funcionários de empresas?

Um vídeo que viralizou na internet trouxe à tona a reflexão sobre o endividamento provocado pelos jogos *on-line*. Na postagem, o empresário alagoano Rafael Tenório, que também é senador suplente por Alagoas, expressou sua preocupação com o vício entre os funcionários de suas empresas. Tenório revelou que muitos colaboradores começaram a solicitar antecipação de férias, de 13º salário e empréstimos, o que despertou a atenção do departamento de recursos humanos.

Após uma análise detalhada, os gestores concluíram que 90% dos funcionários que fizeram essas solicitações estavam envolvidos com jogos eletrônicos de apostas. Tenório mencionou que outros empresários também observaram colaboradores endividados, recorrendo a empréstimos, a agiotas e até mesmo cogitando em tirar a própria vida devido às dívidas acumuladas.

O caso exposto pelo senador não é isolado. Em janeiro deste ano, uma pesquisa do Datafolha mostrou que os apostadores brasileiros gastam em média R$ 263,00 por mês com jogos eletrônicos. Segundo o levantamento, 55% dos brasileiros são contrários às apostas esportivas *on-line*.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) já reconhece a ludopatia como um transtorno que afeta aqueles que jogam compulsivamente.

Em 2022, o Congresso Nacional decretou o dia 10 de outubro como o dia nacional de combate à ludopatia.

Problemas financeiros têm um impacto significativo no bem-estar da população. Uma pesquisa do Instituto Cactus revelou que cerca de 60% dos brasileiros têm sua saúde mental afetada por dificuldades financeiras, incluindo insegurança alimentar e insônia, que comprometem a saúde mental.

As empresas desempenham um papel crucial na prevenção do vício em jogos de azar e na promoção do bem-estar financeiro dos funcionários.

Ao implementar programas educacionais, oferecer apoio e criar um ambiente de trabalho positivo, as organizações podem ajudar a garantir que seus colaboradores mantenham uma saúde financeira sólida e evitem comportamentos de risco.

Isso não apenas beneficia os funcionários, mas também melhora a produtividade e a satisfação no trabalho, contribuindo para o sucesso da empresa.

A regulamentação do mercado de apostas *on-line* no Brasil está em fase final, prevista para ser concluída até o segundo semestre de 2024, conforme prevê a Lei 14.790/23. Esta legislação busca controlar um setor anteriormente desregulado, visando proteger os brasileiros contra riscos financeiros e psicológicos associados ao vício em jogos.

Bovespa

Movimento do Pregão 17/06

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em baixa de -0,44% ao marcar 119137.86 pontos, com volume financeiro negociado de R$ 17.602.839.586. As maiores altas foram ITAUUNIBANCO PN, B3 ON, CVC BRASIL ON, SANTANDER BR UNT e BRADESCO PN. As maiores baixas REDE D OR ON, BRASKEM PNA, YDUQS PART ON, MAGAZ LUIZA ON e ASSAI ON.

Pregão do dia 14/06

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	1.591.330	949.049	43,01	14.895.172,29	81,70
FRACIONARIO	307.550	3.739	0,16	66.393,47	0,36
DEMAIS ATIVOS	980.123	558.295	25,30	1.785.634,84	9,79
TOTAL A VISTA	2.878.997	1.511.083	68,49	16.747.180,00	91,86
BBT	1	690	0,03	8.215,76	0,04
EX OPC COMPRA	117	609	0,02	40.194,57	0,22
EX OPC VENDA	662	4.114	0,18	241.024,14	1,32
TOTAL EXERCÍCIO	779	4.724	0,21	281.218,71	1,54
TERMO	552	3.196	0,14	39.239,55	0,21
OPCOES COMPRA	266.758	357.041	16,18	194.095,71	1,06
OPCOES VENDA	288.111	309.723	14,03	299.440,84	1,64
OPC.COMP.INDICE	742	32	0,00	37.114,27	0,20
OPC.VEND.INDICE	411	28	0,00	53.921,15	0,29
TOTAL DE OPCOES	556.022	666.826	30,22	584.571,98	3,20
BOVESPAFIX	2.597	225	0,01	16.458,05	0,09
TOTAL GERAL	3.661.996	2.206.228	100,00	18.230.409,13	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	8.187	2.118	0,09	22.709,72	0,12
PARTIC. NOVO MERCADO	1.214.981	828.323	37,54	8.878.283,24	48,70
PARTIC. NIVEL 1	654.464	249.963	11,32	2.337.280,84	12,82
PARTIC. NIVEL 2	431.438	439.435	19,91	3.789.221,45	20,78
PARTIC BALCÃO ORGANIZADO	71	1	0,00	92,86	0,00
PARTIC. MAIS	761	137	0,00	1.838,54	0,01
PARTIC. IBOVESPA	1.260.848	784.762	35,57	13.482.619,87	73,95
PARTIC. IBrX 50	1.004.142	596.211	27,02	11.803.155,73	64,74
PARTIC. IBrX 100	1.341.466	839.706	38,06	14.083.402,05	77,25
PARTIC. IBrA	1.550.894	929.786	42,14	14.800.068,73	81,18
PARTIC. MIDLARGE	1.031.838	560.860	25,42	11.751.724,83	64,46
PARTIC. SMALL	517.703	369.326	16,74	3.044.597,89	16,70
PARTIC. ISE	908.283	574.879	26,05	7.583.539,42	41,59
PARTIC. ICO2	1.134.744	708.175	32,09	11.451.482,70	62,81
PARTIC. IEE	132.884	72.266	3,27	1.370.045,18	7,51
PARTIC. INDX	345.310	167.912	7,61	2.941.061,75	16,13
PARTIC. ICONSUMO	487.923	341.069	15,45	3.305.095,60	18,12
PARTIC. IMOBILIARIO	105.309	42.952	1,94	589.192,73	3,23
PARTIC. IFINANCEIRO	306.015	180.445	8,17	2.639.110,27	14,47
PARTIC. IMAT	128.828	67.799	3,07	1.617.952,89	8,87
PARTIC. UTIL	169.128	99.315	4,50	1.937.919,39	10,63
PARTIC. IVBX 2	615.396	383.873	17,39	5.872.830,08	32,21
PARTIC. IGC	1.517.628	907.109	41,11	14.373.472,34	78,84
PARTIC. IGCT	1.490.646	894.982	40,56	14.305.189,00	78,46
PARTIC. IGNM	961.318	605.053	27,42	8.619.098,98	47,27
PARTIC. ITAG ALONG	1.458.289	874.700	39,64	13.822.420,03	75,82
PARTIC. IDIV	587.823	344.304	15,60	6.404.471,28	35,13
PARTIC. IFIX	652.646	8.046	0,36	266.005,95	1,45
PARTIC. BDRX	103.152	11.748	0,53	348.315,09	1,91
PARTIC. IFIL	537.611	6.462	0,29	229.144,09	1,25
PARTIC. IGPTW B3	588.394	337.219	15,28	4.871.711,53	26,72
PARTIC. IAGRO-FFS B3	232.048	140.504	6,36	1.731.978,60	9,50
PARTIC. IBOV SD TR	309.239	222.778	10,09	4.649.088,53	25,50
PARTIC. IDIVERSA B3	933.526	559.811	25,37	9.817.979,84	53,85

Mercado à vista

LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
5GTK11	INVESTO 5GTK	CI	105,23	104,08	105,23	104,92	105,19	-0,03↓	105,18	106,64	16	556
A1AP34	ADVANCE AUTO	DRN	20,58	20,58	21,00	20,72	21,00	-1,82↓	20,16	22,80	2	3
A1CR34	AMCOR PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	50,00	56,21	-	-
A1DI34	ANALOG DEVIC	DRN	-	-	-	-	-	-	450,00	-	-	-
A1DM34	ARCHER DANIE	DRN	323,16	317,63	323,16	318,67	317,63	-3,26↓	312,14	363,00	8	506
A1EG34	AEGON LTD	DRN ED	33,49	33,49	33,49	33,49	33,49	-	33,49	-	1	1
A1ES34	AES CORP	DRN	104,17	104,17	104,17	104,17	104,17	-1,12↓	102,40	115,49	1	2
A1FL34	AFLAC INC	DRN	468,00	467,00	468,00	467,50	467,00	8,28↑	-	-	2	2
A1IV34	APARTMENT IN	DRN	-	-	-	-	-	-	42,96	46,00	-	-
A1KA34	AKAMAI TECHN	DRN	39,45	39,45	39,45	39,45	39,45	-0,30↓	36,90	-	1	10
A1LB34	ALBEMARLE CO	DRN ED	24,24	23,09	24,24	23,16	23,09	-4,74↓	23,09	24,80	60	16.276
A1LG34	ALIGN TECHNO	DRN	-	-	-	-	-	-	310,00	442,13	-	-
A1LL34	BREAD FINAN	DRN	53,25	53,12	53,70	53,48	53,12	-2,79↓	35,00	59,50	4	129
A1LN34	ALNYLAM PHAR	DRN	-	-	-	-	-	-	36,10	44,62	-	-
A1MD34	ADVANCED MIC	DRN	106,70	105,95	108,30	106,82	107,10	-0,65↓	107,10	107,15	378	60.992
A1MP34	AMERIPRISE F	DRN	568,91	568,91	570,33	570,07	570,33	-0,66↓	-	-	6	6
A1MT34	APPLIED MATE	DRN	125,95	125,80	128,27	128,02	128,21	0,36↑	125,80	-	22	1.905
A1NE34	ARISTA NETWO	DRN	446,57	439,12	449,99	442,66	449,99	0,54↑	437,38	449,99	37	466
A1NS34	ANSYS INC	DRN	437,36	437,36	437,36	437,36	437,36	5,18↑	-	-	1	29
A1ON34	AON PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	383,16	-	-	-
A1PA34	APA CORP	DRN	148,80	148,80	149,55	149,54	149,55	-4,62↓	143,38	-	2	101
A1RE34	ALEXANDRIA R	DRN	156,96	156,32	156,96	156,76	156,32	-0,91↓	153,00	170,06	4	116
A1RG34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	76,05	86,11	-	-
A1SN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	26,43	-	-	-
A1TH34	AUTOHOME INC	DRN	15,30	15,16	15,30	15,24	15,26	0,92↑	14,69	-	4	8
A1TT34	ALLSTATE COR	DRN	-	-	-	-	-	-	35,23	37,60	-	-
A1UT34	AUTODESK INC	DRN	302,00	302,00	306,23	305,48	306,23	1,97↑	-	306,23	2	51
A1VB34	AVALONBAY CO	DRN	267,30	267,30	267,30	267,30	267,30	-0,80↓	189,94	-	1	2
A1WK34	AMERICAN WAT	DRN	174,76	174,76	174,76	174,76	174,76	1,28↑	-	177,00	1	1
A1ZN34	ASTRAZENECA	DRN	70,90	70,84	71,19	70,99	70,91	-2,83↓	69,98	78,23	38	13.560
A2FY34	AFYA LTD	DRN	44,66	44,66	45,81	45,23	45,81	6,01↑	42,89	47,00	2	2
A2LC34	ALCON INC	DRN	-	-	-	-	-	-	48,42	-	-	-
A2MB34	AMBARELLA IN	DRN	-	-	-	-	-	-	9,40	-	-	-
A2RE34	ARES MANAGEM	DRN ED	71,13	71,13	71,13	71,13	71,13	-1,33↓	-	-	1	5
A2RR34	ARROWHEAD PH	DRN	17,14	17,14	17,14	17,14	17,14	-1,26↓	13,50	-	1	1
A2XO34	AXON ENTERPR	DRN	87,75	87,75	87,75	87,75	87,75	3,94↑	-	-	1	5
AAGO34	ANGLOAMERICA	DRN	-	-	-	-	-	-	40,00	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	60,78	59,58	60,78	59,86	59,97	-1,97↓	59,97	61,20	13	965
AALR3	ALLIAR	ON NM	9,85	9,46	9,98	9,66	9,70	-1,02↓	9,68	9,70	213	54.500
AAPL34	APPLE	DRN	57,35	56,76	57,80	57,19	57,30	-0,20↓	57,19	57,31	3.727	205.202
ABBV34	ABBVIE	DRN	55,74	55,74	56,58	56,45	56,46	0,64↑	55,50	57,01	5	11.765
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	20,84	20,70	21,11	20,97	20,96	0,62↑	20,96	21,00	1.546	283.000
ABEV3	AMBEV S/A	ON	11,09	10,98	11,28	11,17	11,24	1,35↑	11,23	11,25	28.577	22.354.900
ABGD39	ABDEN GOLD	DRE	59,90	59,65	59,90	59,76	59,76	-1,19↓	39,95	-	3	52
ABTT34	ABBOTT	DRN	46,40	46,00	46,40	46,08	46,00	-2,54↓	44,65	48,99	3	1.000
ABUD34	AB INBEV	DRN	54,10	54,10	54,10	54,10	54,10	=	52,50	61,00	1	4
ACNB34	ACCENTURE	DRN	1.524,23	1.524,23	1.524,23	1.524,23	1.524,23	-1,00↓	1.468,36	1.870,00	1	3
ACWI11	TREND ACWI	CI	12,45	12,39	12,51	12,48	12,51	0,16↑	12,45	12,65	88	3.992
ADBE34	ADOBE INC	DRN	56,40	56,07	57,03	56,40	56,22	13,73↑	54,55	56,49	275	73.961
AERI3	AERIS	ON NM	6,40	6,33	6,53	6,39	6,33	-1,09↓	6,33	6,36	360	143.800
AESB3	AES BRASIL	ON NM	11,23	11,22	11,27	11,24	11,25	-0,08↓	11,24	11,26	2.473	4.392.700
AFLT3	AFLUENTE T	ON	-	-	-	-	-	-	7,17	7,49	-	-
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	46,56	46,31	46,61	46,47	46,50	=	46,32	50,00	5	12
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	25,46	25,46	25,82	25,63	25,54	0,27↑	25,51	25,54	1.191	165.300
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	1,01	0,97	1,01	0,98	0,97	-3,00↓	0,97	0,98	625	448.200
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	23,35	30,00	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	19,22	-	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	19,50	120,00	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN ED	391,99	391,99	396,80	394,31	394,80	-1,98↓	393,00	-	11	23
AIRB34	AIRBNB	DRN	38,92	38,74	39,09	38,97	38,90	-1,16↓	38,90	40,70	51	36.738
ALLD3	ALLIED	ON NM	6,90	6,80	7,02	6,88	6,90	0,29↑	6,84	6,90	258	81.000
ALOS3	ALLOS	ON NM	20,71	20,54	20,99	20,81	20,82	0,48↑	20,82	20,84	12.519	4.462.100
ALPA3	ALPARGATAS	ON N1	9,40	9,28	9,40	9,35	9,28	-1,27↓	9,26	9,54	3	800
ALPA4	ALPARGATAS	PN N1	9,30	9,09	9,43	9,18	9,15	-1,50↓	9,15	9,17	5.919	4.499.900
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	3,00	2,80	3,04	2,88	2,80	-4,10↓	2,80	2,81	644	205.600
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	36,50	36,36	37,08	36,71	36,79	0,05↑	36,56	36,79	130	3.355
ALUP11	ALUPAR	UNT N2	29,57	29,29	29,59	29,44	29,49	-0,03↓	29,45	29,50	2.210	577.400
ALUP3	ALUPAR	ON N2	9,93	9,74	9,94	9,82	9,84	-0,90↓	9,83	9,84	22	3.700
ALUP4	ALUPAR	PN N2	9,75	9,73	9,84	9,78	9,73	-0,61↓	9,74	9,83	46	5.900
AMAR3	LOJAS MARISA	ON ES NM	1,51	1,51	1,60	1,55	1,55	-4,32↓	1,55	1,57	924	987.600
AMBP3	AMBIPAR	ON NM	8,61	8,40	8,81	8,51	8,40	-2,43↓	8,40	8,44	2.396	823.600
AMGN34	AMGEN	DRN	-	-	-	-	-	-	55,08	-	-	-
AMZO34	AMAZON	DRN	49,00	48,88	49,39	49,15	49,15	-0,30↓	49,15	49,28	2.296	304.637
ANIM3	ANIMA	ON NM	3,27	3,20	3,35	3,27	3,26	-0,30↓	3,26	3,27	8.281	3.953.600
APER3	ALPER S.A.	ON	44,19	43,72	44,49	44,11	43,81	-2,20↓	43,74	44,49	6	700
APTI3	ALIPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTI4	ALIPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTV34	APTIV PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	183,63	-	-	-
ARML3	ARMAC	ON NM	9,71	9,57	9,86	9,72	9,74	0,82↑	9,74	9,78	1.700	328.800
ARMT34	ARCELOR	DRN	64,00	62,23	64,00	62,41	62,23	-3,05↓	62,21	66,00	36	2.529
ARNC34	HOWMET AERO	DRN	421,08	421,08	421,08	421,08	421,08	-5,48↓	-	-	1	5
ARZZ3	AREZZO CO	ON NM	49,00	48,81	50,57	49,88	50,26	2,36↑	50,19	50,28	10.014	1.970.100
ASAI3	ASSAI	ON NM	11,45	11,41	11,77	11,64	11,66	0,77↑	11,65	11,66	7.769	4.780.300
ASML34	ASML HOLD	DRN	99,86	98,89	101,04	100,05	99,85	-3,05↓	99,85	100,56	460	30.586
ATOM3	ATOMPAR	ON	2,01	1,99	2,01	2,00	2,01	=	1,99	2,01	6	2.000
ATTB34	ATT INC	DRN	31,53	31,31	31,62	31,42	31,42	-0,63↓	31,42	31,95	23	4.137
AURA33	AURA 360	DR3	49,14	48,58	49,42	49,07	49,15	0,51↑	49,00	49,15	1.420	67.244
AURE3	AUREN	ON NM	12,11	12,10	12,24	12,17	12,18	0,57↑	12,18	12,20	7.539	8.488.700
AVGO34	BROADCOM INC	DRN	129,50	129,04	134,32	133,60	134,32	4,09↑	133,50	134,32	544	82.095
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	3,20	3,20	3,21	3,20	3,20	-3,03↓	3,00	3,29	9	50.500
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN	118,46	118,46	121,25	120,20	120,31	0,54↑	119,00	126,00	356	5.467
AZEV3	AZEVEDO	ON	1,26	1,26	1,30	1,27	1,28	0,78↑	1,27	1,28	293	247.200
AZEV4	AZEVEDO	PN	1,20	1,19	1,25	1,20	1,20	-0,82↓	1,19	1,20	592	1.296.300
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN	68,69	68,18	69,29	68,64	69,25	0,44↑	64,90	70,49	240	282
AZUL4	AZUL	PN N2	9,19	9,06	9,31	9,16	9,12	-0,86↓	9,12	9,13	7.058	8.716.000
B1AM34	BROOKFIELD C	DRN ED	55,00	53,94	55,01	54,67	55,01	-0,61↓	63,26	-	6	275
B1AX34	BAXTER INTER	DRN	-	-	-	-	-	-	86,70	98,15	-	-
B1BW34	BATHBODY	DRN ED	-	-	-	-	-	-	56,65	67,30	-	-
B1CS34	BARCLAYS PLC	DRN	55,00	55,00	55,70	55,68	55,70	-2,80↓	53,99	62,00	6	749
B1GN34	BEIGENE LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	33,10	36,78	-	-
B1IL34	BILIBILI INC	DRN	16,06	15,72	16,27	15,93	15,93	-4,78↓	15,72	16,60	20	2.301
B1KR34	BAKER HUGHES	DRN	-	-	-	-	-	-	162,54	-	-	-
B1MR34	BIOMARIN PHA	DRN	224,29	224,29	224,56	224,40	224,55	-2,02↓	-	-	5	700
B1NT34	BIONTECH SE	DRN	31,70	30,94	31,70	30,95	30,94	-4,03↓	30,60	33,03	8	2.956
B1PP34	BP PLC	DRN	47,05	46,56	47,10	46,72	46,71	-0,93↓	46,05	47,80	359	7.501
B1SA34	BANCO SANTAN	DRN	50,24	49,75	50,24	50,08	49,80	-2,35↓	46,70	49,99	3	6
B1SX34	BOSTON SCIEN	DRN	413,50	411,80	414,10	413,68	411,80	-0,41↓	399,53	-	3	7
B1TI34	BRITISH AMER	DRN	32,79	32,60	32,79	32,75	32,75	-0,24↓	32,58	39,94	14	4.586
B1WA34	BORGWARNER I	DRN	-	-	-	-	-	-	-	250,00	-	-
B2AP34	CREDICORP LT	DRN	-	-	-	-	-	-	66,63	-	-	-
B2HI34	BILL HOLD	DRN	1,48	1,44	1,48	1,44	1,44	-2,04↓	1,30	1,56	15	24.914
B2UR34	BURLINGTONST	DRN	40,64	40,64	40,64	40,64	40,64	-1,55↓	-	-	1	40
B2YN34	BEYOND MEAT	DRN	1,87	1,87	2,09	1,87	1,87	-6,03↓	1,87	2,08	9	1.327
B3SA3	B3	ON NM	10,10	10,05	10,42	10,28	10,37	2,87↑	10,36	10,37	26.839	33.350.800
BAAX39	MSCI ASIA JP	DRE ED	38,30	38,25	38,47	38,46	38,47	0,41↑	38,28	41,70	12	5.130
BABA34	ALIBABAGR	DRN ED	14,21	13,50	14,27	14,11	14,04	-3,03↓	14,04	14,19	2.520	408.169
BACW39	MSCI ACWI	DRE ED	59,99	59,48	60,09	59,87	59,88	-0,18↓	57,00	-	209	40.858
BAER39	US AEROSPACE	DRE ED	35,73	35,29	35,73	35,42	35,58	-1,00↓	34,93	36,03	6	169
BAHI3	BAHEMA	ON MA	6,74	6,74	6,75	6,74	6,75	0,44↑	6,45	6,80	4	1.600
BAIQ39	GX AI TECH	DRE	63,53	63,00	63,57	63,55	63,56	0,25↑	61,50	-	10	10.099
BALM3	BAUMER	ON	-	-	-	-	-	-	10,00	12,49	-	-
BALM4	BAUMER	PN	9,70	9,70	9,70	9,70	9,70	=	9,71	9,90	1	1.000
BAOK39	BKR CSV ALOC	DRE	-	-	-	-	-	-	49,86	-	-	-
BAUH4	EXCELSIOR	PN	78,49	78,49	78,49	78,49	78,49	-0,01↓	76,00	78,50	1	100
BAZA3	AMAZONIA	ON	89,46	89,46	90,49	90,11	90,49	1,15↑	90,53	93,96	5	600
BBAS3	BRASIL	ON EDJ NM	26,55	26,31	26,66	26,44	26,45	-0,36↓	26,44	26,45	26.482	11.112.200
BBDC3	BRADESCO	ON N1	11,29	11,22	11,39	11,32	11,38	0,88↑	11,38	11,39	8.733	3.955.400
BBDC4	BRADESCO	PN N1	12,72	12,63	12,86	12,75	12,83	1,02↑	12,82	12,84	145.475	43.700.800
BBOI11	BB ETF BOI G	CI	7,16	7,11	7,19	7,15	7,15	-0,13↓	7,12	7,15	58	8.660
BBOV11	BB ETF IBOV	CI	61,97	61,76	62,46	62,25	62,05	-0,16↓	62,05	64,00	414	561.771
BBSD11	BB ETF SP DV	CI	101,28	101,28	101,69	101,65	101,69	-0,40↓	101,33	108,99	5	23
BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	32,50	32,21	32,63	32,47	32,46	-0,15↓	32,45	32,47	10.008	3.043.900
BBUG39	GX CYBERSECT	DRE	-	-	-	-	-	-	39,99	-	-	-
BBYY34	BEST BUY	DRN	-	-	-	-	-	-	451,95	-	-	-
BCHI39	MSCI CHINA	DRE ED	28,99	28,81	29,00	28,96	28,90	-0,34↓	28,00	30,01	11	558
BCHQ39	GX MSCICHINA	DRE	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
BCIC11	B INDEX CICL	CI	110,27	110,27	110,27	110,27	110,27	0,34↑	102,79	110,27	1	100
BCLO39	GX CLOUD CPT	DRE	-	-	-	-	-	-	28,99	-	-	-
BCOM39	BKR COMT ROL	DRE	49,05	49,05	49,05	49,05	49,05	0,92↑	46,13	50,09	1	5
BCPX39	GX COPPER MN	DRE	-	-	-	-	-	-	41,99	-	-	-
BCSA34	SANTANDER	DRN	25,20	24,54	25,20	24,77	24,84	-2,12↓	24,84	24,92	1.372	23.581
BCWV39	MSCIGLMIVOLF	DRE ED	-	-	-	-	-	-	42,00	-	-	-
BDEF11	B INDEX DEFE	CI	114,25	114,25	114,25	114,25	114,25	0,44↑	-	114,25	1	100
BDOM11	INVESTO BDOM	CI	100,46	100,46	101,13	100,79	101,13	0,18↑	101,12	129,88	2	2
BDVY39	SELECT DIVID	DRE ED	64,35	63,73	64,35	64,17	64,12	-0,35↓	63,49	64,50	6	232
BEDC39	GX TLMEDC DH	DRE	-	-	-	-	-	-	18,99	30,01	-	-
BEEF3	MINERVA	ON NM	6,14	6,09	6,29	6,19	6,16	0,48↑	6,15	6,18	4.060	4.855.500
BEEM39	MSCI EMGMARK	DRE ED	-	-	-	-	-	-	33,66	38,04	-	-
BEES3	BANESTES	ON	8,92	8,80	8,95	8,87	8,80	-1,12↓	8,80	8,90	92	17.100
BEES4	BANESTES	PN	9,38	9,38	9,43	9,39	9,38	=	9,35	9,45	18	3.900
BEFV39	MSCIEAFEVALU	DRE ED	46,99	46,99	46,99	46,99	46,99	-0,73↓	-	-	1	85
BEGD39	TRTMSCI EAFE	DRE ED	52,14	52,14	52,14	52,14	52,14	-1,54↓	-	-	1	1
BEGE39	INC ESG AWAR	DRE ED	44,37	44,37	44,37	44,37	44,37	-1,40↓	-	59,99	1	1
BEGU39	TRUSTMSCI US	DRE ED	63,18	63,18	63,58	63,35	63,58	0,09↑	-	-	2	4.600
BEMV39	MSCIEMMRKMI	DRE ED	50,52	50,52	50,52	50,52	50,52	0,13↑	44,65	-	1	1
BERK34	BERKSHIRE	DRN	108,70	108,20	109,22	108,81	108,71	-0,35↓	108,71	109,98	257	13.228
BEWA39	MSCIAUSTRALI	DRE ED	43,24	43,24	43,24	43,24	43,24	-0,43↓	39,08	45,72	1	3
BEWC39	MSCI CANADA	DRE ED	49,46	48,65	49,46	49,38	48,65	-1,62↓	45,10	51,01	2	11
BEWG39	MSCI GERMANY	DRE ED	53,79	53,64	53,79	53,67	53,64	-2,33↓	50,90	57,55	3	30
BEWJ39	MSCI JAPAN	DRE ED	44,83	44,83	44,89	44,84	44,89	-0,59↓	44,89	47,90	2	4
BEWL39	MSCI SWITZER	DRE ED	52,51	52,35	52,51	52,48	52,49	-0,30↓	48,90	55,02	3	52
BEWP39	MSCI SPAIN	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	59,17	-	-
BEWQ39	MSCI FRANCE	DRE ED	50,85	50,60	50,85	50,84	50,60	-2,97↓	50,05	56,54	4	489
BEWT39	MSCI TAIWAN	DRE	47,55	47,55	47,55	47,55	47,55	0,63↑	37,30	-	1	1
BEWU39	MSCI UK	DRE ED	-	-	-	-	-	-	58,15	63,87	-	-
BEWW39	MSCI MEXICO	DRE ED	-	-	-	-	-	-	62,11	-	-	-
BEWY39	MSCISOUTHKOR	DRE	43,12	43,10	43,37	43,31	43,35	0,20↑	43,35	50,02	5	11
BEWZ39	MSCI BRAZIL	DRE ED	48,77	48,77	48,85	48,84	48,85	0,16↑	-	-	2	108
BFAV39	MSCIMINVOL F	DRE ED	46,40	46,21	46,40	46,30	46,21	0,07↑	37,31	-	2	2
BFXI39	CHINALARGECA	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	28,50	-	-
BGIP3	BANESE	ON	29,18	29,18	35,00	32,88	32,50	28,10↑	30,01	34,99	24	2.900
BGIP4	BANESE	PN	22,99	22,41	23,20	22,88	22,41	1,86↑	22,41	22,98	13	1.400
BGNO39	GX GENOMBIOT	DRE	-	-	-	-	-	-	23,99	-	-	-
BGOV39	BKR US TREAS	DRE	40,66	40,66	40,66	40,66	40,66	=	40,16	42,73	2	76
BGRT39	GLOBAL REIT	DRE ED	41,36	41,36	41,36	41,36	41,36	-0,28↓	40,61	44,00	1	2
BGWH39	COREDIVGROWT	DRE ED	61,49	61,31	61,49	61,47	61,31	0,45↑	61,42	-	2	45
BHDV39	BKR CORE HDV	DRE ED	-	-	-	-	-	-	50,00	-	-	-
BHEF39	CURHEDGEMSCI	DRE	-	-	-	-	-	-	35,99	-	-	-
BHEW39	BKR CH JAPAN	DRE	56,29	56,29	56,29	56,29	56,29	-1,24↓	-	-	1	1
BHYG39	BKR IBOXX HY	DRE	51,82	51,55	51,82	51,68	51,70	-0,50↓	49,29	51,65	5	233
BIAU39	GOLD TRUST	DRE	58,01	58,01	59,39	59,09	59,39	1,67↑	59,00	59,39	12	446
BIBB39	ICE BIOTECH	DRE	48,86	48,86	49,00	48,92	49,00	-1,07↓	48,20	50,02	2	21
BIDR39	BKR SELFDRIV	DRE ED	-	-	-	-	-	-	43,99	-	-	-
BIDU34	BAIDU INC	DRN	35,80	35,22	35,80	35,39	35,22	-2,78↓	35,20	36,70	34	12.566
BIEF39	COREMSCIEAFE	DRE ED	49,04	48,28	49,04	48,53	48,60	-0,89↓	48,18	-	6	331
BIEI39	BKR 3 7 YRTR	DRE	-	-	-	-	-	-	48,79	-	-	-
BIEM39	COREMSCI EMK	DRE ED	47,31	47,31	47,46	47,31	47,46	=	-	48,08	2	846
BIEU39	COREMSCI EUR	DRE ED	51,14	51,14	51,14	51,14	51,14	-1,23↓	50,86	51,10	2	16
BIEV39	EUROPE ETF	DRE ED	-	-	-	-	-	-	35,00	60,90	-	-
BIGF39	GLOBAL INFRA	DRE ED	64,32	64,32	64,32	64,32	64,32	-2,75↓	-	-	1	10
BIHA39	BKR CYBTECH	DRE	79,28	79,28	79,28	79,28	79,28	2,30↑	64,98	-	1	1
BIHI39	USMEDICDEVIC	DRE ED	-	-	-	-	-	-	7,10	-	-	-
BIIB34	BIOGEN	DRN	-	-	-	-	-	-	200,02	213,11	-	-
BIJR39	CORESMALLCAP	DRE ED	70,08	69,82	70,08	69,94	70,00	-1,42↓	69,98	78,00	5	111
BILB34	BILBAOVIZ	DRN	51,25	51,20	51,25	51,24	51,20	-3,30↓	39,48	60,00	2	7
BILF39	LATIN AMER40	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	46,10	-	-
BIOM3	BIOMM	ON MA	14,11	13,51	14,11	13,85	14,01	0,07↑	13,73	14,02	655	128.700
BIRB39	BKR ROBT AIM	DRE ED	89,98	89,98	89,98	89,98	89,98	-0,22↓	73,98	89,99	1	7.440
BITB39	BKR HM CNSTR	DRE ED	-	-	-	-	-	-	62,15	-	-	-
BITO39	CORE SP TOTA	DRE ED	63,21	63,11	63,50	63,35	63,50	0,11↑	56,16	-	3	30
BIVB39	CORE SP 500	DRE ED	73,19	72,55	73,19	72,91	72,92	-0,36↓	72,90	73,75	66	42.210
BIVE39	SP500 VALUE	DRE ED	64,95	64,26	64,95	64,60	64,73	-0,33↓	64,73	-	21	868
BIWF39	RUSSEL1000GR	DRE ED	77,84	77,84	78,15	78,12	78,15	0,46↑	78,00	-	2	13
BIWM39	RUSSELL 2000	DRE ED	53,10	53,10	53,40	53,31	53,32	-1,53↓	53,19	58,30	12	29.349
BIXC39	BKR GLB ENER	DRE ED	-	-	-	-	-	-	52,23	-	-	-
BIXG39	BKR GL FIN	DRE ED	-	-	-	-	-	-	48,98	-	-	-
BIXJ39	GLOBALHEALTH	DRE ED	-	-	-	-	-	-	51,98	63,15	-	-
BIXN39	GLOBAL TECH	DRE ED	14,90	14,78	14,90	14,87	14,78	-0,47↓	14,78	-	5	709
BIXU39	BKR TI STOCK	DRE	-	-	-	-	-	-	59,90	-	-	-
BIYE39	BKR US ENER	DRE ED	82,57	82,57	82,67	82,64	82,67	-1,12↓	-	-	3	48
BIYF39	US FINANCIAL	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	33,34	-	-
BIYT39	BKR 7 10 YRT	DRE	50,93	50,91	50,93	50,91	50,91	0,71↑	49,63	-	2	103
BIYW39	US TECHNOLOG	DRE ED	22,90	22,90	23,18	23,15	23,18	2,02↑	22,50	-	5	135
BJQU39	JP QLT FACT	DRE	70,80	70,60	70,80	70,70	70,60	5,37↑	39,90	-	2	2
BKNG34	BOOKING	DRN ED	116,92	116,90	118,89	118,20	117,68	-2,46↓	117,68	120,00	33	7.180
BKSA39	BKR SAUDARAB	DRE ED	-	-	-	-	-	-	23,70	-	-	-
BKYY39	FT CLOUD CPT	DRE	49,38	49,38	49,38	49,38	49,38	2,49↑	-	-	1	1
BLAK34	BLACKROCK	DRN ED	62,00	62,00	62,70	62,33	62,31	-0,90↓	62,11	65,17	365	1.483
BLAU3	BLAU	ON NM	10,00	9,99	10,14	10,05	9,99	-0,99↓	9,99	10,05	978	120.900
BLBT39	GX LITHIUM B	DRE	27,50	27,39	27,50	27,47	27,45	-2,10↓	27,00	-	5	33
BLPA39	GX MLP ETF	DRE	-	-	-	-	-	-	54,98	-	-	-
BLPX39	GX MLP EN IN	DRE	-	-	-	-	-	-	56,98	-	-	-
BLQD39	BKR IBOX IGC	DRE	58,14	57,94	58,32	58,15	58,31	0,29↑	54,50	59,00	16	409
BMEB3	MERCANTIL	ON N1	-	-	-	-	-	-	25,00	26,00	-	-
BMEB4	MERCANTIL	PN N1	26,50	26,40	26,84	26,52	26,40	0,07↑	26,40	26,50	22	4.400
BMGB4	BANCO BMG	PN N1	3,16	3,12	3,20	3,15	3,19	1,91↑	3,18	3,20	667	237.400
BMIN3	MERC INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	19,50	25,00	-	-
BMIN4	MERC INVEST	PN	15,75	15,75	15,75	15,75	15,75	-0,25↓	15,30	16,59	2	600
BMKS3	BIC MONARK	ON	364,98	332,00	364,98	348,74	332,00	-0,30↓	332,00	358,00	4	4
BMMT11	B INDEX MOME	CI	106,11	106,06	106,11	106,09	106,06	0,18↑	105,00	106,06	2	300
BMOB3	BEMOBI TECH	ON NM	13,06	12,88	13,41	13,17	13,28	1,68↑	13,26	13,29	2.865	696.700
BMTU39	MSCIUSAMOM F	DRE ED	52,15	52,15	52,15	52,15	52,15	-0,28↓	43,98	-	1	50
BMYB34	BRISTOLMYERS	DRN	221,10	220,22	224,40	223,82	224,18	0,49↑	216,23	415,00	4	53
BNBR3	NORD BRASIL	ON	-	-	-	-	-	-	111,50	116,50	-	-
BNDA39	MSCI INDIA	DRE	73,64	73,52	74,32	74,04	74,32	1,18↑	73,92	75,00	20	1.169
BOAC34	BANK AMERICA	DRN ED	52,89	51,90	52,95	52,46	52,48	-0,64↓	52,10	52,85	118	15.908
BOBR3	BOMBRIL	ON	-	-	-	-	-	-	1,00	-	-	-
BOBR4	BOMBRIL	PN	2,05	1,99	2,06	2,02	2,04	-0,97↓	2,01	2,04	17	5.800
BOEF39	BKR SP100	DRE ED	70,46	70,46	70,46	70,46	70,46	1,81↑	-	-	3	45.588
BOEI34	BOEING	DRN	-	-	-	-	-	-	940,00	1.049,00	-	-
BOTZ39	GX ROBOTC AI	DRE	42,08	42,08	42,16	42,08	42,16	-1,12↓	41,92	-	2	39
BOVA11	ISHARES BOVA	CI	116,12	115,37	116,80	116,06	116,22	0,03↑	116,15	116,22	81.097	5.884.307
BOVB11	ETF BRA IBOV	CI	120,47	120,47	121,21	121,12	121,21	0,04↑	121,21	121,30	31	20.520
BOVS11	SAFRAETFIBOV	CI	91,63	91,49	92,60	92,07	92,15	0,06↑	-	92,15	451	550
BOVV11	IT NOW IBOV	CI	121,89	120,97	122,46	121,61	121,80	-	121,80	121,98	27.125	3.020.336
BOVX11	TREND IBOVX	CI	12,10	12,03	12,17	12,12	12,13	0,24↑	12,13	12,14	1.059	680.685
BOXP34	BOSTON PROP	DRN	32,65	32,65	32,94	32,74	32,94	0,88↑	29,99	39,99	2	3
BPAC11	BTGP BANCO	UNT N2	31,74	31,48	31,99	31,74	31,90	0,06↑	31,82	31,90	23.308	11.886.500
BPAC3	BTGP BANCO	ON N2	15,75	15,75	15,99	15,91	15,91	-1,72↓	15,47	15,99	8	800
BPAC5	BTGP BANCO	PNA N2	7,95	7,76	7,99	7,83	7,76	-1,39↓	7,75	7,91	31	5.400
BPAN4	BANCO PAN	PN N1	8,60	8,49	8,73	8,58	8,57	-0,34↓	8,57	8,60	2.103	829.500
BPAR3	BANPARA	ON	-	-	-	-	-	-	175,00	270,00	-	-
BPEM39	JP DV US EME	DRE	59,28	58,65	59,34	59,09	59,34	1,38↑	-	-	3	6
BPIC39	BKR GBMM PRD	DRE ED	54,60	54,60	54,71	54,61	54,60	-4,62↓	-	-	15	160
BPVE39	GX INFRA DEV	DRE	-	-	-	-	-	-	56,98	-	-	-
BQTC39	FT NASD100TC	DRE	-	-	-	-	-	-	60,50	-	-	-
BQUA39	MSCIUSQUAL F	DRE ED	61,42	61,42	61,42	61,42	61,42	0,17↑	51,98	-	1	24
BQYL39	GX NASDAQ100	DRE	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	0,85↑	29,90	34,00	1	31
BRAP3	BRADESPAR	ON N1	17,65	17,45	17,65	17,53	17,55	-0,22↓	17,51	17,55	245	48.100
BRAP4	BRADESPAR	PN N1	18,28	18,01	18,32	18,12	18,01	-1,26↓	18,00	18,04	5.156	2.058.200
BRAX11	ISHARES BRAX	CI	99,51	99,28	100,38	99,90	99,90	0,05↑	99,40	109,00	55	52.576
BRBI11	BR PARTNERS	UNT N2	13,07	12,95	13,32	13,13	13,22	1,38↑	13,10	13,22	1.711	333.800
BREW11	B INDEX BREW	CI	111,41	111,41	111,41	111,41	111,41	0,38↑	110,96	111,41	1	100
BRFS3	BRF SA	ON NM	18,46	18,43	18,75	18,59	18,63	0,16↑	18,62	18,64	11.482	3.636.500
BRIT3	BRISANET	ON NM	3,94	3,93	4,09	4,03	4,06	3,04↑	4,04	4,07	1.692	538.300
BRKM3	BRASKEM	ON N1	18,65	18,40	18,90	18,65	18,74	1,68↑	18,35	18,88	34	5.000
BRKM5	BRASKEM	PNA N1	18,40	18,21	18,80	18,48	18,41	0,21↑	18,40	18,42	5.755	1.728.600
BRKM6	BRASKEM	PNB N1	-	-	-	-	-	-	13,75	15,00	-	-
BRSR3	BANRISUL	ON N1	11,89	11,53	11,89	11,59	11,56	-0,17↓	11,56	11,62	51	8.600
BRSR5	BANRISUL	PNA N1	-	-	-	-	-	-	15,01	21,99	-	-
BRSR6	BANRISUL	PNB N1	10,95	10,87	11,06	10,95	11,00	0,64↑	11,00	11,01	2.800	957.500
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE	59,05	59,04	59,41	59,07	59,41	0,01↑	59,09	60,25	6	1.167
BSHY39	BKR 1 3 YRTR	DRE	-	-	-	-	-	-	52,79	54,90	-	-
BSIL39	GX SILVER MN	DRE	-	-	-	-	-	-	33,50	35,77	-	-
BSLI3	BRB BANCO	ON	9,21	9,21	9,21	9,21	9,21	=	9,22	9,58	1	100
BSLI4	BRB BANCO	PN	-	-	-	-	-	-	9,52	10,00	-	-
BSLV39	SILVER TRUST	DRE	47,65	47,54	48,43	48,13	48,35	2,21↑	47,41	48,66	15	1.731
BSNS39	GX INTERTHGS	DRE	-	-	-	-	-	-	34,99	-	-	-
BSOC39	GX SOCIAL MD	DRE	-	-	-	-	-	-	24,00	-	-	-
BSOX39	BKR SEMICOND	DRE ED	33,80	33,55	33,98	33,92	33,96	0,08↑	33,97	34,24	49	12.923
BSRE39	GX SUDIVREIT	DRE ED	-	-	-	-	-	-	80,00	-	-	-
BSTI39	BKR STIP	DRE	-	-	-	-	-	-	49,50	-	-	-
BTEK11	INVESTO BTEK	CI	70,59	69,79	70,59	69,99	69,79	-1,98↓	51,98	69,80	5	560
BTIP39	BKR TIP	DRE	57,60	57,60	57,60	57,60	57,60	0,87↑	-	-	1	4
BTLT39	BKR 20YR TRS	DRE	33,69	33,69	34,01	33,81	34,01	0,97↑	33,78	38,88	132	9.599

Continua...

Pregão

Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
BURA39	GX URANIUM	DRE	53,91	53,00	53,91	53,18	53,10	-1,30↓	52,95	54,44	16	1.782
BURT39	BKR MS WLD	DRE ED	52,39	52,39	52,39	52,39	52,39	1,35↑	-	-	3	42.814
BUSR39	CORE US REIT	DRE ED	47,19	47,19	47,19	47,19	47,19	-0,23↓	47,19	49,01	1	1
BVLU39	MSCIUSVALUEF	DRE ED	-	-	-	-	-	-	47,98	-	-	-
BXPO11	INVESTO BXPO	CI	115,30	115,15	115,30	115,22	115,15	-0,77↓	114,00	115,16	2	2
BXTC39	EXPON TECHNL	DRE ED	-	-	-	-	-	-	47,57	-	-	-
BZRO39	PCOM 25 YRZC	DRE	35,10	35,07	35,10	35,09	35,07	0,94↑	29,95	35,50	7	24
C1AB34	CABLE ONE IN	DRN	-	-	-	-	-	-	5,75	11,11	-	-
C1BL34	CHUBB LTD	DRN ED	353,49	349,30	353,49	352,28	349,30	-1,84↓	348,00	-	7	149
C1BS34	PARAMOUNT GL	DRN ED	55,50	55,50	55,50	55,50	55,50	=	55,33	-	1	7
C1CI34	CROWN CASTLE	DRN ED	136,04	133,12	136,04	134,58	133,12	-0,97↓	-	-	4	16
C1CL34	CARNIVAL COR	DRN	86,01	81,01	86,01	82,38	82,17	-7,61↓	80,87	90,40	13	1.232
C1DN34	CADENCE DESI	DRN	824,92	824,92	842,23	840,55	842,23	1,49↑	832,38	-	3	216
C1DW34	CDW CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	62,34	-	-
C1FI34	CF INDUSTRIE	DRN	-	-	-	-	-	-	-	512,21	-	-
C1GP34	COSTAR GROUP	DRN	3,98	3,98	3,98	3,98	3,98	-2,45↓	3,25	-	1	275
C1HR34	CH ROBINSON	DRN ED	-	-	-	-	-	-	22,09	-	-	-
C1IC34	CIGNA GROUP	DRN	447,70	447,70	447,70	447,70	447,70	0,14↑	-	-	1	23
C1MG34	CHIPOTLE MEX	DRN	879,12	879,12	879,12	879,12	879,12	0,33↑	822,17	880,00	1	3
C1MS34	CMS ENERGY C	DRN	159,52	159,52	159,52	159,52	159,52	-3,48↓	-	-	2	25
C1NS34	CELANESE COR	DRN	377,52	377,52	377,52	377,52	377,52	-3,18↓	-	-	2	51
C1PR34	COPART INC	DRN	142,30	142,30	142,30	142,30	142,30	-0,76↓	-	-	2	265
C1RR34	CARRIER GLOB	DRN	84,40	84,40	84,60	84,50	84,60	2,42↑	-	-	2	2
C1TV34	CORTEVA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	66,45	75,05	-	-
C2AC34	CACI INTERNL	DRN	2,92	2,92	2,93	2,92	2,93	-0,67↓	2,92	-	2	12
C2CA34	FEMSA SAB CV	DRN	-	-	-	-	-	-	90,00	-	-	-
C2EM34	CEMEX SAB	DRN ED	-	-	-	-	-	-	-	32,00	-	-
C2HD34	CHURCHILL DW	DRN	36,56	36,56	36,56	36,56	36,56	29,37↑	-	-	1	30
C2HP34	CHARGEPOINTH	DRN	3,04	3,00	3,07	3,06	3,07	-4,06↓	3,04	5,80	4	673
C2OI34	COINBASEGLOB	DRN	53,47	50,94	53,52	52,17	52,00	-2,74↓	52,00	53,70	110	22.709
C2OL34	BANCOLOMBIA	DRN	44,22	43,68	44,22	43,79	43,80	-0,94↓	-	49,79	9	265
C2OU34	COURSERA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	36,00	-	-
C2PR34	COUSINS PROP	DRN	30,78	30,78	30,78	30,78	30,78	-0,09↓	30,78	-	1	1
C2PT34	CAMDEN PROP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	45,00	-	-
C2RN34	CERENCE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-
C2RS34	CRISPR THERA	DRN	-	-	-	-	-	-	34,00	62,80	-	-
C2RW34	CROWDSTRIKE	DRN	95,90	93,10	95,90	93,95	93,85	-2,13↓	93,85	105,54	318	3.959
CALI3	CONST A LIND	ON	-	-	-	-	-	-	22,01	35,00	-	-
CAMB3	CAMBUCI	ON EJ	10,30	10,19	10,45	10,32	10,45	2,65↑	10,31	10,45	60	29.200
CAML3	CAMIL	ON NM	8,96	8,83	9,09	9,00	9,04	0,89↑	9,01	9,05	2.991	480.600
CAPH34	CAPRI HOLDI	DRN	-	-	-	-	-	-	-	369,36	-	-
CASH3	MELIUZ	ON NM	5,87	5,70	5,92	5,79	5,86	-0,17↓	5,84	5,86	2.212	965.600
CASN3	CASAN	ON	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-
CATP34	CATERPILLAR	DRN	109,44	106,20	109,44	107,52	107,62	-1,63↓	107,50	112,00	61	5.706
CBAV3	CBA	ON NM	6,52	6,22	6,57	6,43	6,53	-0,15↓	6,53	6,54	6.231	4.086.200
CBEE3	AMPLA ENERG	ON	-	-	-	-	-	-	9,12	12,00	-	-
CCRO3	CCR SA	ON NM	11,49	11,40	11,73	11,60	11,59	0,52↑	11,58	11,60	7.199	4.735.800
CEAB3	CEA MODAS	ON NM	9,33	9,33	9,84	9,57	9,58	1,80↑	9,57	9,59	6.149	2.573.400
CEBR3	CEB	ON	20,83	20,11	20,84	20,45	20,50	-1,63↓	20,50	20,79	20	2.500
CEBR5	CEB	PNA	18,44	18,20	18,50	18,42	18,20	-1,08↓	18,17	18,39	22	6.400
CEBR6	CEB	PNB	19,88	19,57	19,88	19,68	19,57	-1,55↓	19,55	19,79	15	2.100
CEDO3	CEDRO	ON N1	27,00	27,00	27,00	27,00	27,00	=	0,02	30,00	1	200
CEDO4	CEDRO	PN N1	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	0,77↑	16,55	25,00	3	1.000
CEEB3	COELBA	ON	-	-	-	-	-	-	39,01	39,60	-	-
CEEB5	COELBA	PNA	-	-	-	-	-	-	31,20	53,00	-	-
CEED3	CEEE-D	ON	-	-	-	-	-	-	11,00	21,66	-	-
CEED4	CEEE-D	PN	-	-	-	-	-	-	17,00	34,69	-	-
CEGR3	CEG	ON	-	-	-	-	-	-	-	70,00	-	-
CGAS3	COMGAS	ON	110,00	110,00	110,00	110,00	110,00	-1,76↓	105,26	111,97	1	100
CGAS5	COMGAS	PNA	116,50	116,50	116,50	116,50	116,50	0,07↑	110,01	116,50	1	100
CGRA3	GRAZZIOTIN	ON	24,68	24,50	24,68	24,59	24,50	-0,60↓	24,50	24,70	14	2.200
CGRA4	GRAZZIOTIN	PN	25,32	25,05	25,32	25,20	25,21	0,03↑	25,10	25,21	20	3.300
CHCM34	CHARTER COMM	DRN	24,52	24,52	24,70	24,54	24,55	0,20↑	24,52	25,61	6	6.933
CHME34	CME GROUP	DRN ED	-	-	-	-	-	-	260,00	-	-	-
CHVX34	CHEVRON	DRN	82,64	81,71	82,64	81,76	81,71	-0,92↓	81,50	82,11	67	13.653
CIEL3	CIELO	ON NM	5,62	5,60	5,64	5,61	5,64	=	5,62	5,64	5.410	48.353.300
CLOV34	CLOVERHEALTH	DRN	5,54	5,54	5,54	5,54	5,54	-1,59↓	4,35	6,76	1	6
CLSA3	CLEARSALE	ON NM	7,06	6,92	7,32	7,13	7,08	0,71↑	7,07	7,08	4.108	1.614.400
CLSC3	CELESC	ON N2	68,95	68,95	68,95	68,95	68,95	2,91↑	62,97	69,98	1	100
CLSC4	CELESC	PN N2	69,57	69,50	70,34	69,56	70,16	0,37↑	69,50	70,39	22	5.800
CMCS34	COMCAST	DRN	40,00	39,89	40,41	40,12	40,07	-1,01↓	39,89	40,48	17	20.781
CMDB11	BTG COMMODIT	CI	12,75	12,62	12,79	12,66	12,67	-0,62↓	12,56	12,72	14	60
CMIG3	CEMIG	ON N1	12,36	12,23	12,43	12,34	12,35	-0,80↓	12,33	12,37	575	124.400
CMIG4	CEMIG	PN N1	10,12	9,94	10,16	10,00	10,01	-1,28↓	10,00	10,01	14.471	11.054.600
CMIN3	CSNMINERACAO	ON N2	5,00	4,86	5,00	4,90	4,88	-2,20↓	4,87	4,88	7.779	4.745.500
CNIC34	CANAD NATION	DRN ED	-	-	-	-	-	-	26,15	-	-	-
COCA34	COCA COLA	DRN ED	55,84	55,43	56,14	55,70	55,70	-0,29↓	55,60	56,04	480	21.295
COCE3	COELCE	ON	-	-	-	-	-	-	35,25	38,00	-	-
COCE5	COELCE	PNA	30,37	30,37	30,82	30,71	30,74	0,32↑	30,55	30,75	24	2.500
COCE6	COELCE	PNB	-	-	-	-	-	-	12,90	-	-	-
COGN3	COGNA ON	ON NM	1,66	1,63	1,68	1,65	1,67	0,60↑	1,66	1,67	7.397	36.932.500
COLG34	COLGATE	DRN	72,31	71,89	72,45	72,26	72,27	-0,72↓	72,21	76,21	9	1.425
COPH34	COPHILLIPS	DRN	49,90	48,87	49,90	48,89	48,87	-2,06↓	48,80	49,50	21	9.282
CORN11	BB ETF MILHO	CI	5,97	5,97	6,00	5,97	5,97	=	5,97	6,00	20	1.156
COTY34	COTY INC	DRN	26,82	26,82	26,82	26,82	26,82	-0,99↓	25,38	-	1	16
COWC34	COSTCO	DRN	113,05	113,05	114,92	114,30	114,30	0,95↑	113,05	115,05	395	18.325
CPFE3	CPFL ENERGIA	ON NM	32,50	32,11	32,84	32,46	32,73	0,58↑	32,73	32,81	4.637	1.683.000
CPLE3	COPEL	ON N2	8,29	8,15	8,37	8,32	8,33	0,36↑	8,32	8,33	11.049	19.421.000
CPLE5	COPEL	PNA N2	-	-	-	-	-	-	17,95	22,00	-	-
CPLE6	COPEL	PNB N2	9,28	9,13	9,40	9,30	9,35	0,53↑	9,34	9,35	15.353	14.593.900
CPRL34	CANAD KANSAS	DRN	102,00	101,80	103,20	102,71	103,10	0,29↑	94,65	-	4	37
CRFB3	CARREFOUR BR	ON NM	9,34	9,31	9,67	9,51	9,52	1,16↑	9,50	9,55	7.562	3.630.700
CRIN34	CARTERS INC	DRN	173,43	173,33	173,43	173,38	173,33	-3,60↓	-	-	2	600
CRIP34	CTRIPCOM	DRN	270,27	270,27	270,27	270,27	270,27	-1,18↓	191,01	-	1	10
CRPG3	CRISTAL	ON	-	-	-	-	-	-	30,10	39,00	-	-
CRPG5	CRISTAL	PNA	29,51	29,51	29,51	29,51	29,51	=	29,33	29,99	1	100
CRPG6	CRISTAL	PNB	29,01	28,72	29,47	29,10	29,15	-2,47↓	29,15	29,69	5	500
CSAN3	COSAN	ON ED NM	12,46	12,35	12,79	12,67	12,67	1,68↑	12,67	12,70	18.419	10.819.800
CSCO34	CISCO	DRN	48,52	48,52	49,09	48,83	48,83	-0,28↓	48,83	49,40	16	6.618
CSED3	CRUZEIRO EDU	ON NM	3,85	3,80	3,92	3,84	3,85	-0,25↓	3,83	3,86	697	338.900
CSMG3	COPASA	ON NM	19,65	19,47	19,74	19,61	19,61	0,20↑	19,61	19,67	2.201	510.800
CSNA3	SID NACIONAL	ON	11,90	11,74	12,05	11,96	12,03	1,09↑	12,03	12,04	8.046	5.667.600
CSRN3	COSERN	ON	22,00	21,50	22,49	21,99	22,49	4,60↑	21,00	22,49	3	300
CSRN5	COSERN	PNA	-	-	-	-	-	-	-	24,89	-	-
CSRN6	COSERN	PNB	-	-	-	-	-	-	22,02	24,41	-	-
CSUD3	CSU DIGITAL	ON NM	18,60	18,40	18,80	18,61	18,67	0,37↑	18,40	18,67	113	49.000
CSXC34	CSX CORP	DRN	85,80	85,37	86,09	85,81	86,09	-1,95↓	86,00	90,00	5	40
CTGP34	CITIGROUP	DRN	53,53	52,61	53,53	53,07	52,94	-2,08↓	52,68	56,89	334	8.908
CTKA3	KARSTEN	ON	-	-	-	-	-	-	13,00	19,01	-	-
CTKA4	KARSTEN	PN	16,99	16,99	16,99	16,99	16,99	8,49↑	15,66	17,00	1	100
CURY3	CURY S/A	ON NM	18,92	18,52	18,99	18,70	18,55	-1,95↓	18,55	18,68	7.103	2.268.500
CVCB3	CVC BRASIL	ON NM	1,93	1,91	2,02	1,96	2,01	4,14↑	2,00	2,01	3.399	8.945.700
CVSH34	CVS HEALTH	DRN	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	-0,31↓	31,12	35,02	1	78
CXSE3	CAIXA SEGURI	ON NM	14,40	14,27	14,52	14,45	14,48	0,55↑	14,47	14,48	6.327	1.831.500
CYRE3	CYRELA REALT	ON NM	18,97	18,83	19,34	19,04	19,04	0,31↑	19,04	19,09	13.301	6.271.300
D1DG34	DATADOG INC	DRN	63,20	63,20	63,20	63,20	63,20	-1,83↓	60,13	64,20	2	100
D1EL34	DELL TECHNOL	DRN	721,50	706,42	727,20	719,81	725,76	-0,37↓	706,43	730,00	160	727
D1EX34	DEXCOM INC	DRN	-	-	-	-	-	-	11,50	13,11	-	-
D1OC34	DOCUSIGN INC	DRN	13,70	13,70	13,70	13,70	13,70	-1,08↓	13,34	14,48	1	1
D1OM34	DOMINION ENE	DRN	135,52	135,52	135,52	135,52	135,52	-0,92↓	-	-	1	1
D1OW34	DOW INC	DRN	73,59	73,50	73,59	73,53	73,50	-2,15↓	69,35	79,16	2	150
D1VN34	DEVON ENERGY	DRN ED	-	-	-	-	-	-	234,87	-	-	-
D1XC34	DXC TECHNOLO	DRN	-	-	-	-	-	-	-	116,00	-	-
D2AS34	DOORDASH INC	DRN	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	1,93↑	-	-	1	10
D2KN34	DRAFTKINGS	DRN	34,38	34,38	34,77	34,41	34,77	-0,42↓	32,59	36,83	2	179
D2KS34	DICKS SPORT	DRN ED	115,40	115,40	115,92	115,65	115,92	-0,73↓	-	-	3	359
D2OC34	DOXIMITY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	15,24	-	-	-
DASA3	DASA	ON NM	4,93	4,17	5,29	4,73	4,22	-10,21↓	4,22	4,24	8.828	7.933.700
DBAG34	DEUTSCHE AK	DRN	82,80	82,80	82,80	82,80	82,80	-1,79↓	82,80	-	1	10
DEAI34	DELTA	DRN	262,26	262,26	262,26	262,26	262,26	-2,93↓	-	-	1	5
DEEC34	DEERE CO	DRN	67,50	66,99	68,22	68,10	68,22	1,06↑	65,29	68,67	12	1.777
DEOP34	DIAGEO PL	DRN	39,03	39,03	39,48	39,13	39,13	-0,33↓	38,50	41,00	11	5.505
DESK3	DESKTOP	ON NM	15,06	15,01	15,45	15,26	15,31	1,18↑	15,28	15,38	656	186.100
DEXP3	DEXXOS PAR	ON N1	10,24	10,03	10,28	10,15	10,03	=	10,03	10,15	105	22.600
DEXP4	DEXXOS PAR	PN N1	9,91	9,91	10,01	9,96	10,00	=	10,00	10,15	6	4.200
DGCO34	DOLLAR GENER	DRN	27,26	27,26	27,98	27,97	27,98	0,57↑	26,83	29,50	4	3.048
DHER34	DANAHER CORP	DRN	48,72	48,56	48,90	48,75	48,64	-0,16↓	48,26	60,00	10	39.433
DIRR3	DIRECIONAL	ON NM	25,57	25,03	25,64	25,35	25,27	-0,97↓	25,27	25,34	4.503	1.807.400
DISB34	WALT DISNEY	DRN	35,60	35,38	35,92	35,71	35,62	=	35,60	35,81	205	44.340
DIVD11	IT NOW DIVD	CI ATZ	50,91	49,45	50,91	49,73	49,85	-0,30↓	49,83	49,85	325	11.093
DIVO11	IT NOW IDIV	CI	85,65	85,00	86,00	85,60	85,55	-0,17↓	85,54	86,01	3.624	51.303
DMFN3	DMFINANCEIRA	ON	-	-	-	-	-	-	-	23,00	-	-
DMVF3	D1000VFARMA	ON NM	6,95	6,91	7,04	6,96	7,00	0,14↑	6,95	7,00	219	64.400
DNAI11	IT NOW DNA	CI	33,26	32,60	33,26	32,93	32,60	-2,68↓	32,15	40,01	2	4
DOHL3	DOHLER	ON	-	-	-	-	-	-	5,01	9,60	-	-
DOHL4	DOHLER	PN	4,03	4,02	4,16	4,07	4,16	-0,47↓	4,05	4,16	5	800
DOTZ3	DOTZ SA	ON NM	7,79	7,47	7,79	7,56	7,58	-2,19↓	7,39	7,58	31	7.400
DTCY3	DTCOM-DIRECT	ON	-	-	-	-	-	-	-	5,30	-	-
DUKB34	DUKE ENERGY	DRN	544,32	544,32	549,18	545,35	549,18	0,65↑	528,12	567,89	3	137
DVAI34	DAVITA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	730,00	-	-	-
DVER11	BB ETF DVER	CI	9,98	9,98	9,98	9,98	9,98	0,50↑	-	10,20	1	1
DXCO3	DEXCO	ON NM	6,66	6,57	6,80	6,69	6,70	0,60↑	6,69	6,72	4.907	1.416.900
E1CL34	ECOLAB INC	DRN	-	-	-	-	-	-	200,40	-	-	-
E1CO34	ECOPETROL SA	DRN	31,35	31,10	31,44	31,30	31,21	-1,01↓	31,21	32,68	59	6.465
E1DU34	NEW ORIENTAL	DRN	26,76	26,76	26,76	26,76	26,76	-3,14↓	25,00	28,52	1	420
E1LV34	ELEV HEALTH	DRN ED	575,40	575,40	575,40	575,40	575,40	0,86↑	-	-	1	1
E1MR34	EMERSON ELEC	DRN	576,52	570,14	576,52	571,73	573,62	-1,39↓	-	-	15	16
E1OG34	EOG RESOURCE	DRN	-	-	-	-	-	-	306,23	-	-	-
E1QN34	EQUINOR ASA	DRN	73,64	72,46	73,64	72,47	72,46	-1,65↓	72,18	77,20	16	4.120
E1QR34	EQUITY RESID	DRN	-	-	-	-	-	-	180,01	-	-	-
E1RI34	ERICSSON LM	DRN	15,56	15,56	15,56	15,56	15,56	-5,17↓	13,77	16,41	1	10
E1SS34	ESSEX PROPER	DRN	146,26	146,26	146,26	146,26	146,26	-0,13↓	111,75	-	1	1
E1TN34	EATON CORP P	DRN	-	-	-	-	-	-	118,14	-	-	-
E1TR34	ENTERGY CORP	DRN	288,84	288,84	288,84	288,84	288,84	-0,20↓	-	-	1	50
E1VR34	EVERGY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	200,00	-	-
E1WL34	EDWARDS LIFE	DRN	116,90	116,90	116,90	116,90	116,90	-0,74↓	-	-	1	2
E1XC34	EXELON CORP	DRN	188,96	188,96	188,96	188,96	188,96	-0,54↓	188,88	-	1	2
E1XP34	EXPEDITORS I	DRN	328,60	328,34	332,99	329,30	332,99	11,09↑	301,00	-	10	29
E1XR34	EXTRA SPACE	DRN ED	-	-	-	-	-	-	189,39	239,50	-	-
E2EF34	EURONETWORLD	DRN	3,82	3,82	3,82	3,82	3,82	-3,04↓	3,61	-	2	10
E2NP34	ENPHASE ENER	DRN	27,67	26,80	27,67	27,52	26,80	-4,14↓	24,89	27,65	8	2.586

Indicadores Econômicos

Dólar

		17/06/2024	14/06/2024	13/06/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,4210	R$ 5,3810	R$ 5,3660
	VENDA	R$ 5,4210	R$ 5,3820	R$ 5,3680
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,4124	R$ 5,3624	R$ 5,3968
	VENDA	R$ 5,4130	R$ 5,3630	R$ 5,3974
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,4440	R$ 5,3990	R$ 5, 3970
	VENDA	R$ 5,6240	R$ 5,5790	R$ 5, 5770

Fonte: BC

Inflação

Índices	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,28%	-0,34%
IPC-Fipe	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	-	1,51%	2,77%
IGP-DI (FGV)	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,60%	0,88%
INPC-IBGE	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	-	1,95%	3,23%
IPCA-IBGE	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	-	1,80%	3,69%
IPCA-IPEAD	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	-	3,14%	5,85%

TR/Poupança

09/05 a 09/06	0,0834	0,5838
10/05 a 10/06	0,0488	0,5490
11/05 a 11/06	0,0342	0,5344
12/05 a 12/06	0,0604	0,5607
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679

Ouro

	17/06/2024	14/06/2024	13/06/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.319,20	US$ 2.333,01	US$ 2.303,86
BM&F-SP (g)	R$ 402,40	R$ 401,07	R$ 398,87

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14
UPC (R$)	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50

Reservas Internacionais

14/06.. US$ 358.091 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 528,00

Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de maio de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7732	0,7902
COLON/COSTA RICA	35	0,3596	0,3621
COLON/EL SALVADOR	40	0,01019	0,01041
COROA DINAMARQUESA	55	0,7779	0,7781
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03877	0,03887
COROA NORUEGUESA	65	0,5057	0,5058
COROA SUECA	70	0,5147	0,5148
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4733	1,4739
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,5695	3,5726
DOLAR/BAHAMAS	155	5,4124	5,413
DOLAR CANADENSE	165	5,4124	5,413
DOLAR DA GUIANA	170	0,02572	0,02603
DOLAR CAYMAN	190	6,4819	6,5612
DOLAR CINGAPURA	195	3,9997	4,0016
DOLAR HONG KONG	205	0,6929	0,693
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7929	0,8006
DOLAR DOS EUA	220	5,4124	5,413
FORINT/HUNGRIA	345	0,01464	0,01465
FRANCO SUICO	425	6,0711	6,0725
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007191	0,0007202
IENE	470	0,03429	0,03431
LIBRA/EGITO	535	0,1133	0,1136
LIBRA ESTERLINA	540	6,8662	6,8696
LIBRA/LIBANO	560	0,0000604	0,0000605
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004162	0,0004164
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1671	0,1673
NOVO SOL/PERU	660	1,4287	1,4299
PESO ARGENTINO	665	0,06478	0,06483
PESO CHILE	715	0,005761	0,005763
PESO/COLOMBIA	720	0,001305	0,001307
PESO/CUBA	725	0,2255	0,2255
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09121	0,09181
PESO/FILIPINAS	735	0,09219	0,09223
PESO/MEXICO	741	0,2926	0,2928
PESO/URUGUAIO	745	0,1378	0,1379
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6966	0,6985
RANDE/AFRICA SUL	775	0,00257	0,002585
RENMINBI HONG KONG	796	0,7443	0,7444
RIAL/CATAR	800	1,4837	1,4855
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4424	1,4427
RINGGIT/MALASIA	828	1,1462	1,1476
RUBLO/RUSSIA	830	0,06117	0,06118
RUPIA/INDIA	860	0,06478	0,06481
WON COREIA SUL	930	0,003915	0,003916
EURO	978	5,8021	5,8049

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024 (Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Fevereiro/2024	Abril/2024	0,001024	0,001903
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

04/06	0,01364186	3,04488057
05/06	0,01364241	3,04500289
06/06	0,01364309	3,04515548
07/06	0,01364376	3,04530517
08/06	0,01364410	3,04537945
09/06	0,01364410	3,04537945
10/06	0,01364410	3,04537945
11/06	0,01364433	3,04543152
12/06	0,01364472	3,04551909
13/06	0,01364526	3,04563878
14/06	0,01364581	3,04576125
15/06	0,01364607	3,04581987
16/06	0,01364607	3,04581987
17/06	0,01364607	3,04581987
18/06	0,01364633	3,04587803

Fonte: Fenaseg

TBF

26/05 a 26/06	0,7687
27/05 a 27/06	0,8054
28/05 a 28/06	0,8015
29/05 a 29/06	0,7998
30/05 a 30/06	0,7635
31/05 a 01/07	0,7635

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Abril	1,0369
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

Dia 20

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de maio/2024, incidente sobre rendimentos de beneficiários identificados, residentes ou domiciliados no País. (art. 70, I, "e", da Lei nº 11.196/2005, com a redação dada pela Lei Complementar nº 150/2015).

• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.

Darf Comum (2 vias)

Cofins/CSL/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Recolhimento da Cofins, da CSL e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de maio/2024. (Lei nº 10.833/2003, art. 35, com a redação dada pelo art. 24 da Lei nº 13.137/2015).

• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.

Darf Comum (2 vias)

Cofins - Entidades Financeiras - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de maio/2024 (art. 18, I, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):

Cofins - Entidades Financeiras e Equiparadas - Cód. Darf 7987.

Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001). Darf Comum (2 vias)

PIS-Pasep - Entidades Financeiras - Pagamento das contribuições cujos fatos geradores ocorreram no mês de maio/2024 (art. 18, I, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):

PIS-Pasep - Entidades Financeiras e Equiparadas - Cód. Darf 4574.

Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001). Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência maio/2024, devidas por empresas ou equiparadas, incluindo as contribuições:

- retidas sobre cessão de mão de obra ou empreitada;

- descontadas dos trabalhadores que lhe tenham prestado serviços;

- descontadas pelas cooperativas de trabalho, dos seus associados, como contribuintes individuais.

Não havendo expediente bancário, deve-se antecipar o recolhimento para o dia útil imediatamente anterior.

Notas:

1. Produção rural - Recolhimento - Veja Lei nº 8.212/1991, arts. 22-A, 22-B, 25, 25-A e 30, incisos III, IV e X a XIII e Lei nº 8.870/1994, art. 25.

2. As empresas que optaram pela contribuição previdenciária patronal básica sobre a receita bruta - CPRB (Lei nº 12.546/2011) devem ficar atentas à suspensão dos efeitos da prorrogação da desoneração da folha de pagamento, concedida em medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7633 (DJe 26.04.2024), com efeito ex nunc (não retroativo). A suspensão será mantida até que seja apresentada a avaliação do impacto orçamentário e financeiro da desoneração, ou até que seja julgado o mérito da ADIn. Segundo a Receita Federal (notícia de 1º.05.2024, divulgada em seu site), a CPRB fica suspensa em decorrência da Adin, e as empresas que até então a adotavam devem voltar a recolher a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento (art. 22 da Lei nº 8.212/1991), a partir da competência abril/2024 (vencimento em 20.05.2024). Diversos setores econômicos já vêm contestando judicialmente as alterações.

Darf

FGTS - Depósito, em conta bancária vinculada, dos valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) correspondentes à remuneração paga ou devida em maio/2024 aos trabalhadores. Caso o dia 20 não seja dia útil, deve-se antecipar o recolhimento.

Notas:

(1) Na data de vencimento ou de validade da guia, o FGTS deve ser recolhido até as 21h59m59s - horário de Brasília.

(Lei nº 8.036/1990, art. 15, caput; Portaria MTE nº 240/2023, art. 27; Manual de Orientação do FGTS Digital - SIT/MTE, Capítulo II, subitem 3.1.1.1; Cartilha Operacional do Empregador - Caixa, subitem 2.8)

(2) A Circular Caixa nº 1.046/2024 e o Edital SIT nº 3/2024 divulgaram orientações sobre o uso do SEFIP/Conectividade Social para depósito do FGTS em situações de contingência..

VARIEDADES

19ª CineOP leva programação gratuita ao público

A cidade de Ouro Preto, Patrimônio Histórico da Humanidade, será sede da 19ª CineOP – Mostra de Cinema de Ouro Preto, entre amanhã (19) e 24 de junho. Trata-se do único evento brasileiro com enfoque no cinema como patrimônio e a estruturar a programação em três temáticas: preservação, história e educação. Cada uma delas tem atividades complementares, em sessões de filmes, debates, rodas de conversa, estudos de caso e lançamentos de livros.

Durante seis dias de programação intensa e gratuita, o público vai conferir mais de 32 sessões de cinema com exibições para todas as idades em dois cinemas instalados especialmente para o evento: o Cine-Praça, ao ar livre, na Praça Tiradentes (plateia de 500 lugares); e o Cine-Teatro, no Centro de Convenções (plateia de 510 lugares). Para além das sessões, as atividades incluem debates, masterclasses, rodas de conversas, oficinas, Mostrinha, atrações musicais e várias outras atividades espalhadas pela cidade, pelo Centro de Artes e Convenções e na Praça Tiradentes.

Na programação audiovisual, são 153 filmes em pré-estreias e mostras temáticas - (15 longas, um média e 122 curtas-metragens), vindos de sete países (Brasil, Angola, Argentina, Benin Colômbia, França e Portugal) e de 18 estados brasileiros (AC, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RS, SC, SP) distribuídos em oito mostras: Contemporânea, Homenagem, Preservação, Histórica, Educação, Mostrinha, Cine-Escola, Contemporânea TV UFOP e IC Play.

"A CineOP tem se destacado não apenas pelo enfoque conceitual diferenciado de abordar o cinema de maneira ampla em três frentes temáticas – preservação, história e educação -, mas também por ser um espaço privilegiado de discussões de políticas públicas para a preservação audiovisual e as conexões entre o cinema e a educação – duas linguagens que se enriquecem mutuamente realizando encontros, incentivando reflexões, provocando discussões, apresentando projetos, iniciativas e filmes instigantes e fortes na relação com o seu tempo e pelo que representam", relata a coordenadora geral da CineOP, Raquel Hallak,

A ser realizado na CineOP, o 19º Encontro Nacional de Arquivos e Acervos AudiovisuaisBrasileiros e o Encontro da Educação: XVI Fórum da Rede Kino seguem como ambientes referenciais de discussões e definições a profissionais e educadores.

Histórica Ouro Preto será sede da 19ª CineOP entre amanhã (19) e dia 24 de junho FOTO: LEO LARA / UNIVERSO PRODUÇÃO

O evento oficial de abertura será na quinta-feira (20), às 19h30, na Praça Tiradentes. O homenageado, dentro da temática "Cinema de animação no Brasil: uma perspectiva histórica", será o cineasta e animador Alê Abreu, que se tornou emblema e sinônimo de criatividade na área, inclusive tendo seu segundo longa-metragem, "O Menino e o Mundo" (2014), indicado ao Oscar da categoria em 2016.

> **"A programação completa da CineOP pode ser conferida em *www.cineop.com.br*. Durante seis dias de programação intensa e gratuita, o público vai conferir mais de 32 sessões de cinema em exibições para todas as idades."**

"Arraiá do PIC" foi uma festa grandiosa

Um dos eventos mais concorridos de Belo Horizonte é, sem dúvida, o "Arraiá do PIC". A cada edição, a diretoria se supera para realizar a maior e melhor festa junina da cidade. E este ano não foi diferente. Beleza, organização, qualidade e animação são alguns dos ingredientes que fazem esta festa grandiosa, digna de superproduções.

Cerca de mil profissionais, entre funcionários e terceirizados, trabalharam durante todo evento. O teste de som e iluminação aconteceu na quinta-feira que antecedeu o evento. Cada detalhe é checado inúmeras vezes antes da abertura dos portões. Tudo isso para que os participantes possam desfrutar de uma noite alegre e harmoniosa dentro do clima familiar e ter uma experiência única.

O "Arraiá do PIC", que foi no dia 8 de junho, começou às 20h e terminou às 4h. Foram oito horas ininterruptas de festa. O DJ Eduardo AUM abriu e fechou a noite com um repertório eclético e superanimado. Na sequência, João Neto e Frederico esquentaram a pista para segunda dupla da noite se apresentar, Marco e Belutti. Um coro de milhares de vozes acompanhou os artistas e a energia boa tomou conta de todo o clube.

Este ano, a festa foi ainda mais especial. Foram dois meses e meio de montagem da estrutura, utilizando 200 metros cúbicos de madeira (que ficam guardados para utilizar no ano seguinte), além dos 50 metros de cenários, 15 km de bandeirinhas e 5 mil luzinhas coloridas. O palco foi um espetáculo à parte, uma explosão de cor e luz . A decoração, composta por faixas coloridas estendidas sobre todo o ambiente como se fossem tendas gigantescas, davam a real dimensão da festa. Sobre cada mesa de toalhas coloridas, um adorno charmoso, assinado por Flávia Curtis (leia-se Florall Festas).

O sistema *all inclusive* mais uma vez foi superelogiado. Comidas e bebidas servidas nas barracas, à vontade, com qualidade e fartura. A equipe de restaurante do clube trabalhou incansavelmente para que tudo estivesse perfeito. Para se ter uma ideia da dimensão da festa junina, foram servidos 400 kg de feijão tropeiro, 700 kg do famoso torresmo de barriga do PIC, 40 mil unidades de doces, 800 litros de canjica, 1.500 litros de caldos, 6 mil unidades de pão de queijo, 4 mil porções de batata frita, entre outras delícias típicas da estação, além de whisky, vinho, cerveja, gin, espumante, cachaça e refrigerante. Para completar, o delicioso sorvete Sol e Neve.

A primeira dupla a se apresentar foi João Neto e Frederico FOTO: DIVULGAÇÃO / TULIO BARROS

Como ocorre todos os anos nos grandes eventos, a campanha de incentivo ao uso de táxis - "É Chic Ter Chauffeur"- funcionou de forma eficiente e prática. A partir de meia-noite, os taxistas tiveram acesso liberado dentro do clube para pegar os convidados em total segurança. O PIC contou com o apoio do Sindicato dos Taxistas – Sincavir e das cooperativas de táxis. Foram registradas cerca de 800 corridas.

Uma mega estrutura para receber artistas e convidados FOTO: DIVULGAÇÃO / TULIO BARROS

Marcilio Soares, Antonio Eustáquio, Jader Kalid e Wagner Espanha FOTO: DIVULGAÇÃO / TULIO BARROS

Leonardo Starling e Wanessa entre João Neto e Frederico FOTO: DIVULGAÇÃO / TULIO BARROS

A dupla Marcos e Belutti FOTO: DIVULGAÇÃO / TULIO BARROS

Moema e o presidente Antonio Eustáquio da Rocha Soares FOTO: DIVULGAÇÃO / TULIO BARROS

Presidente do PIC Antonio Eustaquio, o ex-presidente Wilson Alvarenga e o presidente da Fecemg Marcolino Oliveira entre representantes de todos os clubes da capital FOTO: DIVULGAÇÃO / TULIO BARROS

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067